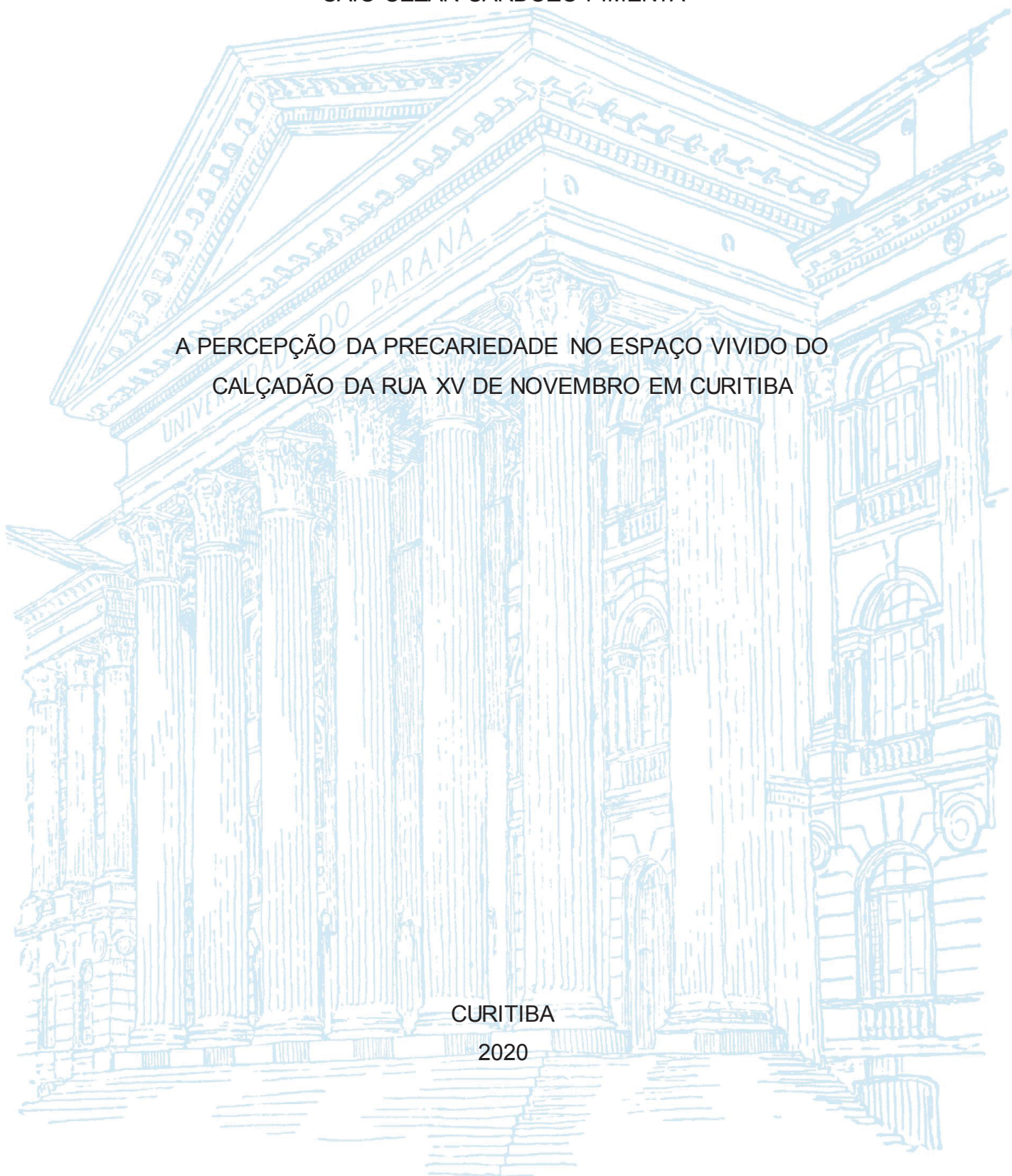


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAIO CEZAR CARDOZO PIMENTA

A PERCEPÇÃO DA PRECARIEDADE NO ESPAÇO VIVIDO DO
CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO EM CURITIBA

CURITIBA
2020



CAIO CEZAR CARDOZO PIMENTA

A PERCEPÇÃO DA PRECARIIDADE NO ESPAÇO VIVIDO DO
CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO EM CURITIBA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alberto Torres

CURITIBA

2020

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

P644p

Pimenta, Caio Cezar Cardozo

A percepção da precariedade no espaço vivido do calçadão da rua XV de novembro em Curitiba [recurso eletrônico] Caio Cezar Cardozo Pimenta. – Curitiba, 2020.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

Orientador: Marcos Alberto Torres.

1. Espaços públicos. 2. Interação social. 3. Geografia. I. Universidade Federal do Paraná. II. Torres, Marcos Alberto. III. Título.

CDD: 220.91

Bibliotecária: Vanusa Maciel CRB- 9/1928

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **CAIO CEZAR CARDOZO PIMENTA** intitulada: **A percepção da precariedade no espaço vivido do calçadão da rua XV de Novembro em Curitiba.**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS ALBERTO TORRES, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 22 de Maio de 2020.

Assinatura Eletrônica

26/05/2020 16:52:28.0

MARCOS ALBERTO TORRES

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/05/2020 21:50:17.0

ALESSANDRO FILLA ROSANELI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

26/05/2020 16:44:15.0

ALMIR NABOZNY

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

AGRADECIMENTOS

A todos que participaram desta etapa e estiveram de alguma forma presentes, todo este trabalho foi o resultado de relações, das mais simples e cotidianas até as mais intensas e reflexivas. Desta maneira, gostaria de agradecer a minha família, minha companheira e seus familiares, que me ajudaram e cuidaram tanto de mim neste difícil processo que é ser professor e pesquisador ao mesmo tempo, com tantas incertezas econômicas e políticas da atualidade.

Aos meus pais que sempre me passaram a importância da dignidade humana, da busca à crítica e a discussão como forma integral de construção pessoal e de compreensão ao outro, aos meus irmãos e sobrinhos, que estiveram próximos com a sua energia e alegria, a minha companheira, que sempre esteve presente comigo neste caminho, compartilhando das minhas dificuldades e me motivando para superá-las, aos seus familiares, que me apoiaram tanto e ajudaram com as pendências e tarefas escolares, sou extremamente grato.

Também gratidão ao Prof. Dr. Marcos Alberto Torres, que me orientou e foi fundamental em suas contribuições para a dissertação deste tema, acolhendo o desafio e sendo paciente a minha proposta que transmutou tantas vezes.

Aos meus amigos e amigas que me incentivaram a realizar esta etapa, colegas de profissão e de discussões cotidianas, Giordano Bruno, Sarah Pimentel, Lia Liberal, Marcos Pereira, Rubens Passos e Daniel Oliveira e outros amigos e colegas da pós-graduação, que me proporcionaram tantas reflexões e intuições diferentes em relação ao tema e de outras particularidades do gozo da vida. Aos alunos que sempre me lembraram da importância da humildade e da aprendizagem contínua, dos colegas professores das diferentes escolas, que se interessaram e me elucidaram com novas ideias e perspectivas. A todos os colegas voluntários de organizações não governamentais e assistenciais, que em meio a tantas dificuldades e precariedades, materiais e emocionais, se propõem a acreditar no reconhecimento do outro como parte do devir da vida.

Sou grato a todos vocês que acreditaram em mim.

- Sabe o que faço? Vou dizer... mas o senhor me prometa que não zanga...

- Prometo.

- o Que eu faço, agora, é me deixar atropelar. É. Ser embutido num resvalo de quase nada. Indemnização que peço é só esta: companhia de uma noite.

Fiquei quieto sem me achar conveniência. Nem gesto nem palavra me defendiam. O atropelado centrou esforço em se erguer, mão sobre o joelho. Já de pé me segurou o cotovelo:

- Pode ir, à vontade. Nem imagina como o senhor me fez bem, me bater e, depois, me falar. Agora já nem sinto dor nem dentro nem fora.

(Mia Couto)

Trecho de "O homem da rua".

RESUMO

São muitas as discussões que envolvem a problemática da precariedade, tal como as suas implicações sociais, culturais e econômicas. Sob a perspectiva geográfica, a teoria lefebvriana da produção e representação do espaço apresenta-se como uma análise central para a compreensão desse fenômeno e de suas contradições, revelando as possibilidades que podem ser significadas pelos espaços vividos dos diversos atores sociais, dentro de suas percepções e concepções próprias da cidade. As articulações de poder sempre estarão impregnadas nas representações como forma de intermediar dialeticamente a relação entre os sujeitos e o meio, apresentando-se como um importante campo de disputa para a visibilidade e a interação social, assim como a legitimação do espaço público e da imagem da cidade. Nesse sentido, este trabalho procurou investigar quais são as percepções dos atores sociais que se deslocam diariamente na Rua XV de Novembro no centro de Curitiba, caracterizado como um espaço público de vivência coletiva e de convergência de relações. Foi constatado que há diferentes formas de apreensões da precariedade, tanto dos sujeitos quanto dos grupos sociais, entrepostas entre imaginários sociais e concepções particulares do vivido que se contradizem ou se associam, evidenciando o papel das representações nas formas de percepção e concepção do outro.

Palavras-chave: Precariedade. Espaço-vivido. Espaço público. Imagem da cidade.

ABSTRACT

There are many discussions involving the problem of precariousness, as well as its social, cultural and economic implications. Under the geographical perspective, the Lefebvrian theory of the production and representation of space presents itself as a central analysis for the understanding of this phenomenon and its contradictions, revealing the possibilities that can be signified by the spaces lived by the different social actors, within their perceptions. and conceptions of the city. The articulations of power will always be impregnated in the representations as a way of dialectically intermediating the relationship between the subjects and the environment, presenting themselves as an important field of dispute for visibility and social interaction, as well as the legitimation of public space and image of the city. In this sense, this work sought to investigate what are the perceptions of the social actors who move daily on Rua XV de Novembro in downtown Curitiba, characterized as a public space of collective experience and of convergence of relationships. It was found that there are different forms of apprehension of precariousness, both of the subjects and of the social groups, interposed between social imaginary and particular conceptions of the lived that contradict or associate, evidencing the role of representations in the forms of perception and conception of the other.

Keywords: Precariousness. Lived space. Public place. City image.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – (A) PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA, (B) GRAFITE NA REGIÃO CENTRAL DE CURITIBA.....	33
FIGURA 2 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	54
FIGURA 3 – PALHAÇO DO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO.....	66
FIGURA 4 – FOTO DO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO.....	67
FIGURA 5 – (A) VÍDEO “CURITIBA A CIDADE DAS IDEIAS”, (B) CURITIBA A CAPITAL ECOLÓGICA.....	68
FIGURA 6 – (A) IMAGEM DO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO E SEUS ARREDORES.....	74
FIGURA 7 – MORADOR EM SITUAÇÃO DE RUA NA PRAÇA SANTOS ANDRADE.....	76
GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS EM PUBLICIDADE.....	79
FIGURA 9 – PROPAGANDAS DE ASFALTAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL.....	80
FIGURA 10 – MORADOR EM SITUAÇÃO DE RUA NO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO	83
FIGURA 11 – HOMENS IDOSOS CONVERSANDO NA RUA XV DE NOVEMBRO.....	90
FIGURA 12 - MORADOR EM SITUAÇÃO DE RUA NO CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO.....	98
TABELA 01 – ENTREVISTA DOS TRABALHADORES LOCAIS.....	105
TABELA 02 – ENTREVISTA DOS MORADORES.....	106
TABELA 03 – ENTREVISTA DOS TURISTAS.....	106
TABELA 04 – ENTREVISTA DOS TRANSEUNTES.....	107
FIGURA 13 – CRIANÇAS BRINCANDO NO CHAFARIZ DA PRAÇA OSÓRIO..	116

LISTA DE SIGLAS

FAS – Fundação de Ação Social de Curitiba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRE/FGV – Instituto Brasileiro de Economia Fundação Getúlio Vargas

IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de Rua

ONG – Organização Não Governamental

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADE E URBANO	17
1.1 A imagem da cidade, entre realidades e imaginários sociais	25
1.2 As representações do imaginário no espaço público e privado	33
1.3 As visibilidades e as invisibilidades das representações	41
2 A TEORIA DO ESPAÇO SOCIAL	47
2.1 O pensamento dialético tridimensional na teoria lefebvriana	53
2.2 O espaço-vivido como ferramenta de emancipação social	62
3 A REPRESENTAÇÃO DAS PRECARIIDADES NO URBANO DA RUA XV DE NOVEMBRO	72
3.1 A precariedade e a negação ao outro	85
3.2 Caminhos percorridos para a apreensão do vivido	92
3.3 A percepção da precariedade no espaço vivido do calçadão da rua xv de novembro em Curitiba	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS	122

INTRODUÇÃO

Independente da maneira que se contextualiza as variadas dinâmicas das relações sociais e suas formas de expressão, as mesmas sempre estarão impressas em um espaço, este que é continuamente transformado pelo homem de acordo com as suas práticas espaciais. Precisamente para a Geografia, as representações desse espaço estão temporalmente sujeitas a diversas modificações e significações ao longo do tempo, que passam de acordo com as vivências e os processos de intervenções no desenvolvimento do ser humano, em suas esferas simbólicas, culturais, sociais e políticas. Tomando as amplitudes dos lugares do mundo, diversas formas e estratégias de se relacionar convivem entre si e que abordam modos de vida pré-modernos, modernos e contemporâneos que se sobrepõem e convivem, dialeticamente, tornando os espaços de vivência em espaços de disputas simbólicas e de ressignificações. A construção das cidades é um reflexo disso, uma “obra” (LEFEBVRE, 2006) que carrega em si um redemoinho da sociedade e de seus variados extratos subjetivos e concretos, interligados às valorizações de seus sistemas políticos. A produção desses espaços urbanos transcorre de forma heterogênea e desigual, mais intensa e complexa atualmente, definindo um espaço rico em representações, inundado de símbolos e significados, atrelados estes ao ponto de vista de seu observador e das dimensões subjetivas de seu espaço social, que dito de outro modo, ideologicamente consciente ou inconsciente, só existe, por ser percebido.

Logo, essas representações do espaço tornam-se uma imagem do mundo construído pelo sujeito (LEFEBVRE, 1974). É a partir dessas representações do espaço e do urbano, que Lefebvre irá trazer à tona a discussão de que nem sempre essas representações são transparentes e apreendidas em sua totalidade, pois há um jogo ideológico por trás das representações que conformam as percepções em meios aos aspectos relacionais da sociedade, das concepções e vivências de seus atores sociais, desde a sua esfera individual à coletiva (LEFEBVRE, 1983). Os atores sociais exercem diferentes percepções e vivências

sobre o seu meio, a partir de cotidianos interligados ou compartilhados, interferindo na maneira em que estes percebem a si mesmo, aos outros, e, até mesmo, ao próprio ato de não perceber.

Contemporaneamente, vivemos em um cenário global onde cada vez mais as contradições da sociedade se chocam e evidenciam a atuação das diferentes esferas econômicas, culturais e sociais do capitalismo, como estrutura política dominante e ideológica. O aumento da acumulação do capital segue a produção de riqueza desigual assim como o aumento dos seus subprodutos sociais, no crescimento da pobreza, da desigualdade de renda, do desemprego e da informalidade, da violência, dentre tantas outras precariedades que acirram a sobrevivência dos atores sociais na cidade. A ideologia do consumo invade as dimensões mais abstratas e concretas que compõem a produção e a reprodução do espaço, se instalam no cotidiano e conformam diferentes formas de representação e de indução social, onde a precarização passa a ser um subproduto corriqueiro e exacerbado na realidade citadina. Um exército de excluídos é formado, cada qual mais ou menos incluídos no sistema de consumo, em diferentes graus de organização social. A precarização rompe as barreiras da materialidade e se instala como uma sombra abstrata, que coloniza diariamente o imaginário de seus atores sociais, aumentam as disputas entre si e o distanciamento do ato coletivo. Do exército de excluídos desenvolve-se um exército de estranhos, homens e mulheres estranhos as suas precariedades e dos outros.

Nesse sentido, o jogo das representações compõe uma estratégia importante na percepção do outro e dos problemas inerentes a estrutura político-econômica, em que se confundem as posições sociais nas expressões humanas pela luta de atribuição de sentido ao urbano e a ao valor da vida. Manifestações que permitem uma contemplação estética da cidade como imagem, que é reduzida a encargos de interesses ideológicos, dos quais contribuem na conformação simbólica do sujeito que permite realizar sua existência e, sobretudo nesta pesquisa, sua representação em meio ao espaço público. O que traz à tona a reflexão necessária quanto à organização da sociedade e às suas formas de

percepção do espaço, tendo o encargo que elas impõem na generalização de precariedades e de seus subsequentes processos de percepção e interação entre os atores sociais.

Propõe-se assim, nesta pesquisa, uma análise crítica sobre a percepção do outro e de quais componentes são mais apreendidos nas interações sociais, quais encargos culturais, sociais e econômicos influenciam neste processo que se caracterizou presente ao cotidiano histórico da humanidade, porém, intensificado na atualidade frente aos supostos inúmeros progressos da sociedade contemporânea, sobretudo nos últimos anos de crise. Uma crítica a contemporaneidade da sociedade urbana é necessária, não somente em um método estrutural, explícito de contradição social, mas também subjetivo e perceptivo, carregado de significados simbólicos e de condicionamentos sociais. Da interligação entre as diferentes percepções do espaço vivido dos atores sociais, espera-se captar suas relações e perspectivas, sobretudo de suas significações e apreensões espaciais que possam servir como matriz desencadeadora de consciência, para com outros atores que compartilham este mesmo espaço e se fazem presente no compartilhamento do espaço cotidiano.

Desta maneira, analisar-se-á a forma representacional desta problemática, visto que são consequências diretas da forma de organização política, presentes em todas as regiões do mundo em uma promoção estruturalizada de inclusão precária, premeditada e banalmente incorporalizada. Parte-se do pressuposto que o precário deixa de ser percebido como condição social humana de anormalidade - e passa a ser percebido como parte do cotidiano e comum a percepção do espaço.

Atualmente há diversos estudos que buscam elucidar as contradições da “cidade modelo” curitibana, entre seus discursos que permeiam o sucesso do seu imaginário frente as suas precariedades reais e o falseamento de sua presença em espaços públicos da cidade. No campo da Geografia Social e Cultural, os estudos se dão tanto por perspectivas humanistas e etnogeográficas, pautadas nas percepções dos sujeitos, quanto por abordagens críticas e estruturalistas, ligadas às influências da ideologia capitalista sob as formas de dominação do

espaço. Assim, a escolha teórica desta pesquisa visa abordar estes temas sobre a problemática espacial, tendo como base a dialética triádica e a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre, da qual vem sendo amplamente discutida por urbanistas, geógrafos, sociólogos, filósofos, arquitetos, pesquisadores brasileiros e estrangeiros, como podemos citar; Soja (1996), Serpa (2012), Luna (2017), Schmid (2012), Martins (1997), Carlos (2004), entre outros autores da Geografia Social e Cultural, que estudam desde temáticas que compõem fenômenos e problemas da sociedade urbana, até o estudo de festas, de religiões e de patrimônios culturais. Da mesma forma, sendo um fenômeno de dimensões complexas, será abordado outros autores que discutem o papel da imagem da cidade e do espaço público, a sua representação e percepção, Mitchell (2003), Gomes (2006) e Innaraty (2010); e autores que criticam os fenômenos da sociedade contemporânea em diálogo com as críticas de Lefebvre, como Harvey (2005), Debord (1997), Butler (2011) e Han (2017), etc.

Embora muitas obras de Lefebvre tenham sido traduzidas para o português, alguns de seus principais livros que auxiliam na compreensão do seu método espacial, como “La Presencia y La Ausência” (2006), *Retour de la Dialéctique* (1986) , e principalmente “La production de l’espace” (1974), não foram traduzidos para o português, ou possuem traduções não oficiais. Compreende-se que seu pensamento trazem elucidações teóricas complementares para a compreensão das realidades urbanas, engendradas no processo de reprodução espacial da urbanização e da globalização contemporânea.

Embora o objetivo desta pesquisa seja realizar uma análise da sociedade e da maneira que percebemos seus aspectos relacionais, não podemos fugir do fato de que trabalhamos com uma realidade específica, restrita a um determinado recorte e espaço temporal, onde tenta-se compreender uma determinada estrutura no seio de sua complexidade, simultaneamente ao modo como se dão as suas representações. Mesmo com limitações ao fundamentar as correlações entre os padrões representacionais e os métodos de reprodução do espaço deste recorte às outras realidades urbanas em comum, não deixa de ser importante

para a compreensão do todo e sobretudo o fortalecimento da contestação do referencial metodológico utilizado. Quanto à dimensão que propõe a abordagem desta pesquisa, esta busca apresentar uma visão crítica dos processos hegemônicos de representação do espaço, valorizando as presenças, as vivências e as diferenças da vida cotidiana dos atores sociais que utilizam o centro de Curitiba.

A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória, pois um olhar mais subjetivo é necessário para compreender o jogo das contradições que se manifestam na totalidade social do cotidiano, separando, correlacionando e reinterpretando-as, entre seus aspectos positivos e negativos, a fim de revelar as dinâmicas que estão impressas na sua organização estrutural. Em abordagens qualitativas há um grande apreço subjetivo e interpretativo, pois as informações levantadas não podem ser expressas em dados ou números, visto que o pesquisador se envolve de forma intensa com as experiências e as apreensões dos entrevistados com seus lugares, sendo um importante método também para a atividade social de aprender a se relacionar e escutar o outro, tendo em mente também o prisma psicológico que envolve o sujeito e o objeto a ser estudado (CRESWELL, 2010). A abertura à discussão promove a reflexão e expande a compreensão do escopo da totalidade, à medida que cada sujeito tem diferentes percepções, relações e apropriações do espaço e da realidade.

A prática se concebeu com observações, descrições, conversas informais e entrevistas semi-estruturadas a partir de questões geradoras, com o objetivo de analisar as narrativas e perspectivas de quatro grupos sociais participantes deste espaço de vivência, sendo eles: trabalhadores locais, transeuntes, moradores da região e turistas. Assim sendo, foram realizadas 34 entrevistas durante o ano de 2019, sendo que as abordagens foram realizadas em diferentes pontos estratégicos do calçadão da Rua XV de Novembro, possibilitando entrevistar indivíduos que passam por diferentes caminhos e fazem diferentes usos desse espaço público. Foram realizados pré-campos para realizar observações prévias, afim de se compreender as dinâmicas que estruturam o recorte espacial escolhido.

Para atender os objetivos propostos deste trabalho, o mesmo seguiu os critérios de associação entre o levantamento referencial - composto em 3 capítulos – com a prática da aplicação metodológica, discussão geral, análise de resultados e considerações finais. O primeiro capítulo é destinado à discussão dos conceitos lefebvrianos de cidade, urbano e representação, além das dimensões ideológicas que compõem a imagem da cidade e do espaço público urbano. Tendo como objetivo estruturar a discussão dos diversos fenômenos e impactos sociais discutidos na pesquisa a partir da análise do desenvolvimento histórico da cidade e do urbano na produção do espaço, caracterizando seu uso a partir das diferentes formas de apropriação, (re)significação e representação do espaço, presentes no cotidiano dos diversos atores sociais da cidade.

O segundo capítulo aborda as teorias desenvolvidas por Henri Lefebvre, tendo a produção do espaço como método central de análise, fundamentada em suas tríades espaciais, que abordam a dimensão fenomenológica, da linguagem e do tempo, tal como suas críticas aos aspectos da vida cotidiana moderna e os aparatos subjetivos de reprodução ideológica. Desta forma, buscou-se revelar os processos de representação e (re)produção do espaço, interligados a prática social e as diferentes formas de linguagem que compõem a vivência dos atores sociais em seu cotidiano, permeadas pelas suas concepções ideológicas, que estruturam um processo dialético de subjeção e contraposição a alienação, à experimentação do vivido e à busca da emancipação espacial.

O terceiro e último capítulo traz o recorte da problemática de análise, elencando componentes históricos e políticos da representação da cidade de Curitiba e de seu imaginário, apresentando o calçadão da Rua XV de Novembro como lócus de experimentação e contradição social. Assim sendo, evidencia os conceitos e os atuais processos de precarização presentes no calçadão e da dinâmica representacional da imagem da cidade contrapondo suas contradições, entre narrativas, percepções e concepções dos grupos sociais entrevistados.

Por fim, pretende-se com essa pesquisa além de dissertar sobre a problemática em questão, contribuir para a temática e complementar outros trabalhos que possam aprofundar essas discussões, sabendo que representa um

pequeno recorte científico e que muitas questões podem ter sido desconsideradas ou tratadas com menor relevância.

1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADE E URBANO

Cidade City Cité

*“atrocaducapacaustiduplielastifeliferofugahistori
loqualubrimendimultipliorganiperiodiplastipublirapa
reciprorustisagasimplitenaveloveravivaunivoracidade
city
cité”*

Augusto de Campos

Pode-se dizer que dentro do conjunto que compõe as chamadas ciências humanas ou as chamadas ciências das humanidades (e todas elas não o são?), dentro de todas as suas disputas metodológicas, todas as suas análises estruturais, minuciosas, complexas e herméticas, há uma paixão em comum, que é a paixão pelas relações humanas. Talvez por isso a sociedade e a complexidade de seus produtos sejam comumente escolhidas como principal forma de pesquisa por esses conjuntos, já que são tão banais ao cotidiano, próximas e distante às vontades, plurais à liberdade ou à sujeição.

Dentro de suas duras realidades uma impossibilidade de contradições a compõem integralmente, nunca como algo absoluto e definido, mas sempre amórfico e deslocado, uma ponta solta (ou várias delas), presa ao dinamismo das inúmeras causalidades das práticas e perspectivas humanas que compõem as relações sociais. É na proximidade com as relações sociais que os interesses e as preocupações de compreendê-las se manifestam, um mesmo espaço é percebido sob várias formas e símbolos, podendo incluir fatores físicos, emocionais, sociais, culturais, políticos, dentre tantos, esses carregados de uma marca d'água do tempo e do processo histórico da sociedade em contínua transformação. Nada é mais abundante desta representação da sociedade do que a cidade.

Anteriormente tratada como uma entidade, um organismo ou como um “todo entre outros” (LEFEBVRE, 2008b), a cidade representa uma das formas mais valiosas de representação da sociedade, pois é o local de manifestação dos seus fenômenos, resultado de um processo histórico interligado à produção do espaço pelas práticas e grupos sociais que “[...] muda quando muda a sociedade em seu conjunto” (LEFEBVRE, 1991). Uma relação entre “obra” e “produto”, com especificidade própria, local de encontros e desencontros, de expressões culturais diversas e de estabelecimento de decisões. Enfim, uma promoção humana excepcional, abundante de relações sociais e que privilegia a transformação, sendo criada a partir dos recursos oferecidos pela natureza, onde complementa o autor: “[...] A cidade é a projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina a cidade e o urbano.” (LEFEBVRE, 2008b, p. 62).

Uma mediação entre mediações, construída entre a ordem próxima - a união das relações dos indivíduos em seus cotidianos mais ou menos organizados. E a ordem da sociedade, constituída por grandes e poderosas Instituições como a Igreja, Estado, etc, regulamentadas por códigos civis e jurídicos que exercem e significam o poder – a ordem distante. Logo a cidade exerce um papel de mediação entre o local (ordem próxima) e o global (ordem distante):

A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata; a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser para a meditação. (LEFEBVRE, 2008b, p.52).

O autor aprofunda esta discussão, elucidando o papel de mediação ao enfatizar a importância de se compreender a cidade a partir do desenvolvimento dos modos de produção, constatando-se que cada recorte histórico apresenta uma realidade e temporalidade particular, uma descontinuidade, o que a impede

de analisá-la como um processo singular e contínuo em todas os países e regiões, ao longo de suas temporalidades e espacialidades específicas: “Este esquema abstrato coloca em parênteses, momentaneamente, as descontinuidades. Permitirá, numa certa medida que se situem os pontos críticos, isto é, as próprias censuras e descontinuidades.” (LEFEBVRE, 2008a).

Assim sendo, ao seguir uma análise espaço-temporal a partir do desenvolvimento dos modos de produção desde as primeiras cidades até as contemporâneas com processo de urbanização acentuada, o autor definiu o processo de evolução das cidades; cidade política, cidade mercantil e cidade industrial. Ao longo desse processo histórico, passando da cidade política dos reis e sacerdotes, para a cidade mercantil dos comerciantes, a cidade possuía centralidades e núcleos urbanos que irão transformar-se e se sobrepor, conservando características e valorizações anteriores, sempre em correlação e contraposição ao campo e o rural. Entretanto, é a partir do momento em que ela toma a dimensão de prioridade urbana dos Estados Nacionais, que ela começa a consolidar a hegemonia da realidade urbana (LEFEBVRE, 2008a).

Momento este que se dá na Revolução Industrial e no gigantesco salto tecnológico dos modos de produção, à medida que as relações capitalistas se aprofundaram dentro da divisão internacional do trabalho, sobretudo para os países centrais e posteriormente aos periféricos, perpassando o capitalismo comercial e o financeiro, o capitalismo industrial trouxe consigo a expansão da indústria e da urbanização – cada qual sociedade com sua intensidade – capitalista ou socialista, emergente ou excessivamente especializada (LEFEBVRE, 2008b). Isso promoveu a “cidade industrial” e a sujeição ao planejamento urbano, que incluiu todo um aparato técnico de implantação produtiva que envolve diferentes atividades de redes e fluxos, como transporte, tecnologia, energia, comunicação, entre outros que irão transformar as características do núcleo urbano como espaço de consumo.

Desta forma, potencializou-se a função da cidade de centralidade, de concentração econômica e decisão política, de produção de riqueza e de produção de pobreza. Esse fenômeno é chamado de implosão-explosão da

cidade, à medida que esta realidade se espalha pela mesma, como pedaços estilhaçados, criando novos espaços de segregação e intensificando os problemas da sociedade ao exercer novas dinâmicas de relação com o espaço, acirrando a luta pela terra e coagindo as relações produtivas à necessidade da valorização mercadológica do espaço (LEFEBVRE, 2008c). Em países de urbanização tardia, como o Brasil, esse fenômeno será ainda mais intensificado, promovendo uma ampla desigualdade de acessibilidade e infraestrutura urbana.

[...] o estilhaçamento das cidades permitiu segregações multiformes, os elementos da sociedade são implacavelmente separados uns dos outros no espaço, acarretando uma dissolução das relações sociais, no sentido mais amplo, que acompanha a concentração das relações de propriedade (LEFEBVRE, 2008a p.84).

A cidade torna-se assim, um campo de paradigmas, uma representação de campos opostos, de um lado a parte integrada à sociedade urbana, do outro a não-integrada e excluída, o centro e a periferia (LEFEBVRE, 2008a). Um espaço de disputa entre os diferentes atores sociais que a habitam, uma busca ao direito à cidade e a apropriação real desses espaços. O que irá enfatizar Martins (1997) em sua crítica a sociedade capitalista, que cria uma falsa impressão de produtora de “excluídos”, ao passo que conforme o espaço é intencionalmente alienado ao consumo, todos se tornam usuários inclusos. O autor evidencia que os diferentes atores sociais, sobretudo os periféricos, irão utilizar este espaço de forma subalterna e precária, sem a apropriação completa de suas oportunidades e possibilidades: “A sociedade capitalista desenraiza, excluir para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (MARTINS, 1997, p.32). Tomando um camponês como exemplo, que vai para a cidade em busca de um trabalho e se vê perpetuadamente em condições precárias, excluído da urbanização e do direito a cidade, conformando um modo de vida que embora lhe de possibilidades de consumo, não consegue o reincluir por completo. Uma forma de mascarar as realidades sociais a partir de uma suposta integração social do consumo, que esconde os processos que levam as perpetuações das contradições da cidade (MARTINS, 1997).

Dessa maneira, a cidade cada vez mais passa de “obra” para “produto”, conforme suas relações e práticas sociais passam a adquirir valor mercadológico na sociedade urbana capitalista, passando de valor de uso para valor de troca (LEFEBVRE, 2008). À vista disso, a forma urbana representará a intensidade que se dá essa mudança a medida que pode possibilitar, impedir, atrasar ou acelerar certas transformações, no limiar de suas realidades (LEFEBVRE, 2008). Assim o urbano se distingue da cidade como resultado dessa explosão-implosão, mantendo suas características de centralidade, mas potencializando a sua capacidade relacional, com a promoção da realidade urbana. Para tanto, é importante elucidar a importância da cidade e do urbano no processo de urbanização, no sentido de que não existe sociedade sem organização do espaço, precisamente diferenciando a morfologia material (cidade) da morfologia social (urbano), e como ao longo da dicotomia campo-cidade as ressignificações do urbano, criaram novas realidades.

Sendo assim, a busca de um real absoluto fica cada vez mais distante, entre passado e presente, o rural e o urbano, que convergem em um prisma de múltiplos “reais” que escondem a sua verdadeira essência. Essa transformação imposta pelos processos de industrialização e urbanização irão abarrotar a prática social de diferentes conteúdos e temporalidades, enriquecendo-a e ao mesmo tempo lhe tornando extremamente complexo para a compreensão da sua realidade, onde “[...] o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam” (LEFEBVRE, 1999). Essas distinções entre urbano e o rural não irão deixar de existir por completo, já que diferentes aspectos relacionais, sobretudo aos que remetem a representação de seus espaços – paisagem urbana e rural – continuarão a existir.

Entretanto, a composição de suas essências mediadas por suas formas e conteúdos – a comparação de suas realidades – apresentaram-se cada vez mais misturadas, dificultando o caminho para a sua compreensão. A análise da forma urbana e das dimensões que a constituem apresentam-se como um desafio que jamais podem ser vistos por um único olhar científico, exige uma análise que valorize um método progressivo-regressivo interdisciplinar de busca a totalidade.

Como afirma o autor: “tomado como um todo – o fenômeno urbano - não pode ser compreendido por qualquer ciência especializada” (LEFEBVRE, 2002 p. 53).

Ao procurarmos construir um conceito sobre fenômeno urbano baseado na relação entre a totalidade e a prática social, precisamos antes de tudo lhe dar uma forma - um corpo, um formato, uma aparência, uma abstração. Na teoria lefebvriana é através do estabelecimento do pensamento de formas que delimitamos um determinado conteúdo social, conectadas a uma lógica formal e de estrutura lógico-matemática que, em correlação, apanham o real por meio de reflexões que se dão na prática social. Assim, a forma é como um “contentor”, fruto da técnica, que “imobiliza” e codifica, mesmo que provisoriamente, os conteúdos da prática social (LEFEBVRE, 2006). Mas isso apresenta dificuldades, embora precisamos dela para apanhar o real, a forma não se encontra no plano real e concreto, ela sempre se apresentará em uma duplicidade de existências, a mental e a social; quanto mais transparente e pura ela for, mais difícil é de ser interpretada, por isso a necessidade da análise teórica para “enxergá-la” mais facilmente.

Logo, forma e conteúdo estão entrelaçados, não há forma sem conteúdo e não há conteúdo sem forma, porém, ao serem analisadas se apresentam como uma unidade, da qual é rompida momentaneamente por essa análise, fazendo aparecer a pureza da forma que remete-se ao conteúdo, e por fim revelando-a, eis a sua razão dialética. A reflexão é codificada quando constrói a forma por meio da identificação do que é comum a todos os conteúdos e também do que é diferente, do qual este quando dissociado acaba por construir “essências absolutas” (LEFEBVRE, 2008b).

Através da razão dialética, os conteúdos superam a forma e a forma dá acesso aos conteúdos. A forma leva assim uma dupla ‘existência’. Ela é e não é. Só tem realidade nos conteúdos e, no entanto, separa-se deles. Tem uma existência mental e uma existência social. (LEFEBVRE, 2008b, p. 91).

Em seu livro “O Direito à Cidade (2008b)”, Lefebvre utiliza um exemplo para facilitar sua explicação, a “Forma Contratual”, ao pensar a diversidade de contratos que normatizam relações e acordos sociais como contratos de

casamentos, trabalho, compra e venda, entre outros. Cada um deles se constitui como conteúdos baseados nas mais diversas práticas e experiências sociais, sendo portanto, atos, pactos e rituais mediados a partir de um compromisso, uma “reciprocidade de deveres”, o que Lefebvre chama de ficção social. Essas ficções são os conteúdos diversos de uma forma jurídica geral, sobre a qual operam os juristas e que entra numa codificação das relações sociais: o código civil (LEFEBVRE, 2008b).

Além da forma contratual, o autor irá definir outros tipos de formas, sendo elas: lógica, matemática, linguagem, troca, objeto, escriturária, a repetição (do qual o autor cita Nietzsche, como está sendo a forma suprema) e por fim, a forma urbana. Ao pensarmos a relação dialética entre forma e conteúdo, o urbano sempre se apresentará como uma forma pura: onde mentalmente é a simultaneidade - acontecimentos e as percepções - que representam socialmente a exigência da reunião, do encontro e da informação, onde o conteúdo nunca é específico, por que ele sempre estará em transformação, onde o autor complementa:

Também é evidente que nessas mesmas condições a dispersão aumenta: divisão do trabalho levada até suas últimas consequências, segregação dos grupos sociais, separações materiais e espirituais. Essas dispersões só podem ser concebidas e apreciadas através da referência à forma de simultaneidade. Sem essa forma, a dispersão e a separação são pura e simplesmente percebidas, aceitas, interinadas como sendo fatos. Deste modo, a forma permite designar o conteúdo, ou antes, os conteúdos. Na sua emergência, o movimento dialético (conflitante) do conteúdo e da forma urbana: a problemática. A forma na qual esta problemática se inscreve levanta certas questões que fazem parte dela. Diante de quem e para quem é que se estabelece a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana? (LEFEBVRE, 2008b, p.95).

Sendo assim, por não ter conteúdo específico, o urbano é uma forma que se distingue por sua capacidade de acumular todos os conteúdos reunidos e representados no cotidiano, relacionando-se dialeticamente, incluindo conflitos e contradições cujos resultados são diversos e inesperados, uma “socialização da sociedade”, onde a centralidade será o motor que propulsiona esse movimento dialético, a essência do fenômeno urbano (LEFEBVRE, 2008a). Logo, a

centralidade representará a reunião dos conteúdos, pouco importando os seus tipos específicos, mas as relações e os fluxos que perpassam por ela, ou seja, a pura integridade das atividades humanas: “[...] o amontoado de objetos e produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças e mercados, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano [...], assim se concebe o urbano, assim ele é percebido, assim ele é sonhado, confusamente” (LEFEBVRE, 2008a p 108).

Da mesma maneira que “toda sociedade produz seu espaço” (LEFEBVRE, 2008b, p. 55), cada sociedade também irá produzir a sua centralidade, perpassando diferentes épocas e influências, como a religiosa, por exemplo. A centralidade sempre representará a concentração dos produtos do convívio, das riquezas, dos meios de poder e o poder, a informação, o conhecimento, da cultura. Assim elas nascem e morrem, “seja por excesso, ou seja, por falta ou incapacidade de atrair tais elementos, seja, enfim, por um assalto dos excluídos, dos rejeitados para as periferias” (LEFEBVRE, 2008a, p. 124).

Logo, a forma urbana é antes de tudo uma abstração, mas ao contrário de uma entidade metafísica ou uma “abstração especulativa”, ela é concreta, associada a uma prática social e integrada à totalidade. A vida urbana compreende as mediações que realizamos cotidianamente entre a cidade e o urbano, e que em sua essência é mais complexa do que conseguimos perceber. O momento nunca é vivenciado em si mesmo, mas sim com os seus arredores, que somadas às simultaneidades e as experiências pessoais, constroem uma imagem urbana em uma combinação de sentidos (LYNCH, 1997).

À medida que o urbano vai adquirindo novos significados por meio dos processos de globalização da sociedade, o espaço também é revalorizado, e a cidade, constituída da soma dessas especializações e valorizações diversas, forma uma imagem absoluta, muitas vezes passando a impressão de algo extremamente consolidado, que esconde seu caráter vivaz de identidade própria e em constante transformação. Objetos facilmente se metamorfoseiam em símbolos e significados, inscrevendo a partir das percepções do espaço

profundas diferenciações de apreensão. Quando estamos pensando a cidade enquanto linguagem, pensamos sobre a percepção e a imaginação que se tem dela, pela sua forma de uso e conseqüentemente da sua produção, dado a tornar impossível separar a prática social da cidade da produção de um pensamento sobre ela (CARLOS, 1992).

1.1 A imagem da cidade, entre realidades e imaginários sociais

*Dia da caça, do caçador
Dia da mata, do matador
E na verdade, não precisa acreditar na crítica
Não precisa analisar a logística
Toda cidade vai ficar turística
E a polícia violenta vai ditar a política
Mística
Mística sinistra
Calamidade toma conta da cidade
(Baiana System – Dia da caça)*

Podemos definir a imagem da cidade como o conjunto de vários elementos criados ou transformados pela ação do homem, a este conjunto de elementos representamos a cidade e os vários cenários urbanos que ela constitui, um aglomerado de mosaicos com várias interpretações, que se configuram em diferentes escalas temporais a partir de várias funções. Na geografia, muitos autores irão utilizar o conceito de paisagem e paisagem urbana para definir as representações do espaço. De acordo com Moreira (2012), a paisagem urbana é o resultado da vivência de ambientes construídos, dotados de significados e valores a partir da associação mental por processos cognitivos e perceptivos, padronizados pela modernidade. Carlos (1992) observa que a análise da paisagem urbana constitui dois elementos fundamentais: o ambiente construído (construções) e o movimento da vida (orgânico). Portanto, não somente a representação visual é formada a partir das construções e da paisagem imóvel, mas também pela movimentação das pessoas dentro do espaço urbano, suas rotinas e características culturais que também apresentam particularidades e semelhanças do lugar.

O primeiro elemento chama atenção [...] é o choque de contrastes, das diferenças [...] de tipo e diversidade da utilização da cidade. Enquanto o segundo elemento refere-se ao movimento das pessoas, apressadas ou não, dos meios de circulação, etc. Uma concentração de pessoas exercendo uma série de atividades concorrentes ou complementares, de acordo com suas necessidades sociais, relacionadas diretamente ao processo de reprodução do capital. (CARLOS, adaptado, 1992 p. 41).

Portanto, compreender a cidade é perceber a forma que se apresenta o fenômeno estético e como ele está carregado de subjetividade. Esta imagem também pressupõe um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, que é em princípio, “invisível” e resulta sempre do “casamento” da sua representação com a sociedade (SANTOS, 1994). À medida que essas imagens são construídas a partir das práticas sociais, se elucida as dimensões individuais de cada sujeito e de seus grupos sociais que à eles produzem um modo de vida, com objetivos, projetos ideias, valores, enfim, em busca de um uso da cidade - direito à cidade - em que são compreendidos a multiplicidade da vivência dos seus lugares (CARLOS, 1992).

Todavia, há uma disputa quanto a qual imagem da cidade prevalece no contexto urbano e sobretudo a que circula no imaginário coletivo de seus atores sociais, podendo impor uma restrição de outras possibilidades relacionais e de percepção da apreensão do espaço, reduzindo parte da realidade e a considerando como absoluta, fazendo um jogo metonímico dos fatos. Para Arrais (2001) essa disputa faz menção à “representação metonímica e neutra da cidade a partir de locais específicos [...] onde se conforma como uma das formas de reprodução das relações sociais, que é fetiche, pois procura apresentar a mercadoria sem as contradições que estão impressas na sua produção” (ARRAIS, 2001, p. 148).

Este espaço urbano estará encravado de contradições, das quais possuem representações que nem sempre se apresentaram transparentes em conteúdo para as realidades de todos os atores sociais, pois sendo mediações de interações complexas, compreender a cidade é considerar as relações de

pertencimento e de não pertencimento, de inclusão e de exclusão (LEFEBVRE, 2006). Seus atores sociais desenvolvem diferentes estratégias de sobrevivência, distintas de acordo com as suas vontades de apropriação do espaço e da maneira em que organizam-se em seus territórios, priorizando lugares específicos em que se dá a plena vivência de suas práticas sociais da vida cotidiana.

Para Lefebvre (2008b), à medida que as estruturas políticas, econômicas e culturais se impõem como agentes dominantes, onde a ordem distante consegue se projetar sobre a ordem próxima, um conflito de linguagens é gerado, pois a ordem próxima não reflete a ordem distante na transparência, pois os seus discursos e narrativas são construídos individualmente ou em pequenos grupos sociais, configurando diferentes culturas com códigos e linguagens únicas. Sendo assim, a ordem próxima e a distante formam diferentes protagonistas que por meio de suas práticas sociais e de suas representações, irão operar interações, objetivos e formas de comunicação diferentes, que por sua vez, agem e operam na construção da cidade (LEFEBVRE, 2008b).

Nesse sentido, cada indivíduo ou grupo social constituiria o seu imaginário da cidade, podendo ou não ser influenciados pelo jogo de poder dos agentes que operam a cidade e promovem diferentes representações dela, como os urbanistas, a mídia, os governantes, as imobiliárias, e os próprios residentes que vivem nesse espaço. Constituindo diferentes disputas sobre as formas de conceber e significar a cidade, ou seja, quais ideologias estarão por trás das suas representações, tal como elas se relacionam com as experimentações de seus habitantes. Dessa maneira, “as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico” (DEBORD, 1997, p. 18). Para tal, além de pensarmos na imagem que a cidade produz e a sua carga de simbolismo e códigos, das suas mediações entre espaço concreto e abstrato, também devemos discutir como os seus participantes são imaginados como componentes participantes dessa imagem em totalidade, em sua dimensão individual para si, para o outro, coletivamente no imaginário social, como explica Silva (2003):

A construção do imaginário individual se dá, essencialmente, por identificação (reconhecimento de si no outro), apropriação (desejo de ter o outro em si) e distorção (reelaboração do outro para si). O imaginário social estrutura-se principalmente por contágio: aceitação do modelo do outro (lógica tribal), disseminação (igualdade na diferença) e imitação (distinção do todo por difusão de uma parte). (SILVA, 2003, p.13).

Para o autor, os imaginários iram ser difundidos por meio de suas próprias dinâmicas e tecnologias, do qual ele irá definir como tecnologias do imaginário, onde todo imaginário é decorrente de uma narrativa, de uma trama, de um ponto de vista, uma construção relacional, inacabada e anônima (SILVA, 2003). Assim sendo, mais importante do que pensar na definição de uma imagem da cidade, é procurar extrapolar a carga de signos e simbologia que as constituem, pensando a cidade a partir da maneira que se constrói e se representam esses imaginários de seus sujeitos participantes. De modo que as suas referências urbanas sejam levadas em conta e compreendidas qualitativamente, um caminho importante para o restabelecimento das relações sociais, ao se refletir sobre as diversas formas de se imaginar e perceber a cidade deve-se considerar os conflitos dos atores sociais da sociedade capitalista dividida em classes sociais, problemática essa que será abordada posteriormente nesta pesquisa. Todo imaginário social é sobrescrito por uma representação do espaço, pois a imaginação vista como um atributo da capacidade humana é sustentada por atributos espaciais. Logo, as representações espaciais fazem parte do cotidiano individual e coletivo que participam da prática social que lhes concedem valor simbólico (LEFEBVRE, 2006).

As representações espaciais comportam, assim, representações correspondentes à imagem do espaço que a definem a partir das imagens de experiências vividas, concebidas e percebidas. Da mesma maneira que os atores sociais irão desenvolver diferentes estratégias de sobrevivência, também serão as representações e os conflitos enunciados por elas, como por exemplo, o homem do campo e a sua concepção de imagem da cidade grande. Quando pensamos sobre a dimensão histórica-temporal da transformação do espaço rural para o espaço urbano das grandes cidades urbanizadas brasileiras, esquecemos que embora quem tenha fundamentado esses processos de urbanização tenham sido

os agentes sociais dominantes, como governantes, empresários e planejadores, a sua concretude se deu principalmente pelos migrantes e trabalhadores que vieram de outras cidades do interior, das quais carregavam consigo um conjunto de práticas sociais, impressas de representações tanto da imagem da cidade rural quanto das formas que definiam as suas relações sociais.

Nesse sentido, é comum encontrarmos estereotípicos acerca do campo ou das cidades do interior, como sendo lugar das proximidades das relações, onde as conversas são mais próximas, informais, duradouras e as pessoas se “olham nos olhos”. Aspectos simplórios da vida são discutidos de forma naturalizada, conformando uma maior interação entre os diferentes atores sociais que compõem as representações deste imaginário social. À medida que esses atores sociais migram para a cidade grande, como consequência do processo do êxodo rural, seja por meio da modernização do campo e a concentração fundiária que os expulsaram de suas terras; seja pelos componentes atrativos da cidade, como a disponibilização de melhorias de infraestruturas básicas, oportunidades de empregos e acessos a serviços públicos, trouxeram consigo a proximidade de suas relações cotidianas para o ambiente urbano. Nos seus ambientes familiares e comunitários, envoltos em formas de convívio social (das quais muitas vezes eram ideologicamente influenciadas pela igreja e seus espaços relacionais), assim como no conjunto de práticas cotidianas comuns às suas habitações do campo, como pequenas plantações ou criações de animais no jardim, varandas frontais e de fácil acesso, muros baixos e terrenos divididos entre parentes, dentre outras características que facilitavam o acolhimento da sua moradia ou da convivência com a vizinhança.

Desta forma, pode-se dizer que essas formas de interação enriquecem as relações da cidade, da qual normalmente é estereotipada com um imaginário social oposto ao do campo; um lugar frio, com pouca abertura relacional, onde a privacidade individual é valorizada e que constitui o imaginário do “povo da cidade grande”, “o povo que não para”. Assim sendo, a cidade é hegemonicamente representada como um lugar de velocidade, de novas tecnologias, de ruas largas e bem ordenadas, de comércios e serviços em abundância e que transpõem de

forma direta a praticidade das relações - muitas vezes confundidas entre as disputas das diferentes práticas dos atores sociais que permeiam o urbano. Entretanto, como um reflexo das extensas consequências do desenvolvimento urbano-industrial – planejado e não planejado – também criou uma série de precariedades que alienam a um imaginário da cidade urbanizada, junto aos extensivos prédios, muros e condomínios fechados que patenteiam a “arquitetura da defesa” ou “arquitetura do medo”, o oposto ao da convivência e da recepção (INNERARITY, 2010). Essas precariedades da cidade, ou “os problemas da cidade grande”, normalmente são interpostas pelo imaginário popular na representação imagética como “lugar da onde estão os problemas”, como o alto índice de violência, elevado crescimento populacional, moradias irregulares, alto índice de moradores em situação de rua, enchentes, desemprego, trânsito, dentre outros, mas que ainda em todas as suas precariedades, constituem na cidade o imaginário das possibilidades, do enriquecimento e do sucesso profissional, da melhoria da qualidade de serviços, de inovações tecnológicas e do conforto das praticidades. A beleza relacional da cidade, que, em sua selva de pedra, confere todos os dias, um dia da caça e do caçador, como enuncia Santos (1994):

A cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir. (SANTOS, 1994, p. 71).

Da composição das perspectivas de imaginário entre rural e urbano de seus atores sociais, surge um questionamento importante: o quanto a cidade é influenciada pelas dinâmicas relacionais dos seus migrantes, e o quanto esses migrantes são influenciados pela dinâmica relacional dos modos de produção da cidade? Aqui se encontra uma grande armadilha da estrutura contraditória da imagem da cidade e das suas relações, mais especificamente quando analisamos temporalmente a realidade urbana em conjunto com o urbano na modernidade, sob novas valorizações dos núcleos urbanos. Sendo a cidade locais de simultaneidade e que caracterizam imensas possibilidades de encontros e

reuniões, devido à volumosa concentração de pessoas que se utilizam de alguma maneira deste espaço e que promovem um fluxo constante de relações de convívio formais ou informais, a cidade está em constante transformação. Advinda de diversos fatores, essa transformação terá alguns elementos que irão induzir mais do que outros, em diferentes escalas locais e globais, mas que sempre estarão presas aos modos de produção e reprodução do espaço da sociedade capitalista que, com o passar dos anos, modificam a essência desses encontros e reuniões, à medida que passa a dar novos valores de uso mercadológico para as relações sociais, impactando as dinâmicas e as percepções de convivência coletiva e individual do espaço.

Coletivamente, com o trabalho e a esmiudez do seu tempo relacional, no sentido das interações passarem a ser mais práticas, objetivas, rápidas e não-presenciais. Ou dos núcleos familiares, cada vez menores, consequência tanto dos diferentes caminhos migratórios que integrantes familiares tomaram, reduzindo geograficamente suas relações, quanto aos novos padrões de vivência da cidade, que dentro de seu meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) tende por aspectos qualitativos aos aspectos quantitativos da mão de obra do campo. Individualmente, haverá uma intensidade na construção da imagem dos sujeitos, tanto como mercadoria, tanto quanto na definição de seus gostos em suas esferas simbólicas mais interiorizadas (BOURDIEU, 2011). Debord (1997) entende esse processo como a espetacularização da vida cotidiana e das relações sociais, onde as aparências são cada vez mais valorizadas em detrimento do “ser”, com padrões estéticos e comportamentais que valorizam aspectos culturais da vida privada. As inovações e as expressões individuais conformam um jogo dialético entre “ser” e estar, ser e estar distinto e inserido ao mesmo tempo (LEFEBVRE, 1991).

Os indivíduos necessitam circular na sociedade, assim como os produtos consumidos pelos próprios, sendo subordinados aos mecanismos da realidade que predomina todas as suas partes constituintes, conformando segundo Debord (2011), em uma “sociedade do espetáculo”, onde seus agentes participantes são instrumentos de um discurso que se afirma de acordo com o interesse

hegemônico, compreendendo uma relação ideológica da espetacularização do cotidiano como “linguagem do consumo”, uma grande máquina produtora de desejos e imagens transformadas em objeto de fetiche pelo espetáculo, onde Moreira (2012) irá associar à retificação da imagem da cidade: “[...] a imagem da cidade fabricada em série, em massa e padronizada, que invade o dia a dia a cidade e leva a não mais saber e distinguir se é a paisagem que faz o cotidiano ou se é o cotidiano que faz a paisagem. Mundo e simulacro fundidos na mesma linguagem.” (MOREIRA, 2012, p. 100).

De acordo com Inneraty (2010), a descentralização do espaço como loco relacional se dá como consequência estrutural da contemporaneidade, influenciada pelas novas tecnologias de comunicação e de transporte que destituem a necessidade presencial do espaço e de suas relações formais coletivas. Nesse sentido, o espaço concreto da razão cada vez mais aos espaços abstratos, os espaços virtuais, que passam a fazer parte do jogo da usabilidade do espaço em um movimento dialético onde a simulação abstrata também passa a ser objeto da realidade concreta e vice e versa, seja para escapar ou reinventar ela (LEFEBVRE, 2006).

Atualmente, há muitas tecnologias que permitem o desenvolvimento de atividades relacionais, recreativas e de lazer dentro da própria casa dos moradores, como jogos de videogame, canais por assinatura, a internet, aplicativos de contato, redes sociais, plataformas de filmes, séries, canais de TV, etc. O mesmo pode se dizer da priorização de serviços aos aplicativos, tanto do mercado quanto até mesmo de instituições públicas, variando desde entrega de alimentos, compras diretas, movimentações bancárias, tickets para estacionamento em vagas públicas, entre outros. Assim, alienando a praticidade e o conforto do consumo, ao passo que intensifica a dependência do uso de eletrônicos às relações sociais e das desigualdades em relação ao acesso de serviços: “O mundo chega até nós sem que precisemos sair de casa: lazer, as necessidades de abastecimento e a comunicação social são assim, cada vez mais intermediados por máquinas que permitem um deslocamento solitário e virtual” (GOMES, 2006, p 183).

Privilegiando assim, o individualismo, a segmentação social e o particularismo, reforçando a lógica da praticidade e da otimização do tempo, onde as relações passam a se tornar cada vez mais diretas e objetivas. Seguindo esta lógica de consumo-espetáculo dos modos de produção e a ressignificação das relações, diferentes estratégias de representação da cidade passam a ser propagadas em busca de formas que alienem essas aparências à praticidade da sua apreensão (HARVEY, 2002). O que nos leva a um segundo questionamento: “Como os atores sociais imaginam e usam os espaços da cidade”?

1.2 As representações do imaginário no espaço público e privado

Para compreendermos a pergunta lançada anteriormente, primeiramente iremos analisar as formas de representação publicitária da cidade, quanto às estruturas que fundamentam a “venda da imagem da cidade” ou a “cidade espetáculo”. Ou seja, a mercantilização da sua imagem e dos lugares e espaços que a compõem, sendo eles tanto espaços públicos quanto espaços privados.

Para Don Mitchell (2003), geógrafo contemporâneo que irá analisar as problemáticas do espaço público a partir das teorias de Lefebvre. As novas tecnologias irão favorecer o controle social pelo Estado e por outros agentes dominantes, distanciando cada vez mais o protagonismo político da maior parte da população nas tomadas de decisões e mobilizações que constituem a arena política, acirrando tanto as suas garantias básicas de direito a cidade – que podem vir a ser perdidas –, quanto aquelas que ainda não foram conquistadas. Para o autor, o espaço público é o espaço onde ocorrem as ações sociais e denuncia que os agentes dominantes, sobretudo os governantes, entrelaçados aos interesses da iniciativa privada, cada vez mais desenvolvem políticas e leis conservadoras que desestimulam a convivência nos espaços públicos, criando uma tendência de imobilismo nesses espaços que condicionam as experimentações da cidade, onde:

[...] o problema com a cidade burguesa, a cidade que em que realmente vivemos é claro, é que a obra (cidade) é alienada, deixando de ser um

campo de participação para campo onde a classe dominante expropria (e seus interesses econômicos), da qual esta, não está muito interessada em fazer a cidade um campo de coabitação das diferenças. Mais e mais espaços da cidade moderna estão sendo produzidos para nós do que por nós. As pessoas, argumentou Lefebvre, tem o direito a mais; elas tem o direito a obra. Além disso, esse direito está relacionado à necessidades objetivas, necessidades que qualquer cidade deveria estar estruturada para o encontro (MITCHELL, 2003 p 18. tradução livre).

¹

Nesse sentido o autor vai além e destaca outra crítica, que é a elaboração e a construção de espaços públicos pelos planejadores, que seguem mecanismos de previsibilidade e coerção social, a fim de controlar relações, comportamentos e direitos sociais, demonstrando claramente um interesse ideológico por trás da manutenção ou mesmo precarização destes espaços (MITCHELL, 2003). O turismo por exemplo, terá um importante papel na fundamentação simbólica dos principais espaços que farão parte do espectro imaginário da cidade, lugares com grande significância histórica e cultural, como centros e bairros históricos, ruas, museus, praças, monumentos, entre outros equipamentos de lazer (parques, jardins, estádios, etc.).

Para Serpa (2007), estes “espaços públicos visíveis” serão cooptados pelo interesse empresarial turístico, privilegiando-os e promovendo-os como espaços onde as relações sociais são valorizadas, em detrimento dos outros espaços residenciais dos moradores, sobretudo dos mais afastados e periféricos. Desse interesse econômico desenvolvem-se as parcerias entre público e privado (vice-versa, de acordo com a titularidade da propriedade), a fim de garantir a revitalização desses espaços por meio da sua manutenção e promoção, com investimentos em novas infraestruturas ou na recuperação das antigas, tendo como objetivo criar ambientes acolhedores e de grande apreensão estética.

Porém, a revitalização desses espaços implica tanto no ocultamento de elementos desagradáveis, que podem ser tanto de elementos arquitetônicos

¹ “But the problem with the bourgeois city, the city in which we really live, of course, is that this oeuvre is alienated, and not so much a site of participation as one of expropriation by a dominant class (and a set of economic interests) that is not really interested in making the city a site for the cohabitation of differences. More and more the spaces of the modern city are being produced for us rather than by us. People, Lefebvre argued, have a right to more; they have the right to the oeuvre. Moreover, this right is related to objective needs, needs that any city should be structured toward meeting” (MITCHELL, 2003 p 18).

estéticos específicos até atores sociais excluídos, quanto na disseminação de elementos agradáveis, dos quais podem ser reificadamente impostos, como a importação de modelos culturais externos que seguem um determinado padrão estético e de atividade relacional. Para Harvey (2005), esse interesse é enunciado no neoliberalismo capitalista dos anos 70, sendo denominado como “empresariamento urbano”. Uma nova prática de valorização do uso do solo como mercadoria que gera imagens de consumo atraentes, contribuindo para a acumulação flexível do capital e servindo em sintonia aos interesses especulativos de determinados atores sociais, vinculados estes ao poder governamental, financeiro, publicitário e imobiliário (HARVEY, 2005).

Uma lógica que aumenta as desigualdades sociais e reduz o acesso à cidade – O direito à cidade -, uma ferramenta de falsificação do real, desviando a atenção de turistas e residentes dos problemas acometidos pela desigualdade social e as disparidades do acesso a serviços e a infraestrutura urbana, apenas apresentado em soluções econômicas locais, e de curto prazo, como uma imagem representativa de triunfo para toda a cidade, que complementa o autor: “Nasce uma arquitetura do espetáculo para encenar lugares públicos, uma teatralização da vida pública” (HARVEY, 2005).

Além disso, um aspecto importante da mercantilização desses espaços é a justaposição do papel representacional da cidade no imaginário social das relações, impressos na percepção do espaço público e privado por seus usuários. Os espaços públicos e privados priorizados que são carregados de simbologia cultural ou histórica, e são componentes do interesse simbólico da cidade, serão significados no imaginário social como os espaços das relações positivas e confortáveis, das abstrações e da valorização da experiência individual; espaços das relações familiares e da energia infantil, dos fins de semana e do descanso, do entretenimento e das práticas de lazer, dos objetos de consumo locais, dos restaurantes tradicionais, dos itinerários em bairros prósperos, das excepcionalidades da paisagem local e do turismo. São espaços públicos onde as pessoas buscam se encontrar e se enxergar, onde as relações se dão de forma

duradoura e segura, atrelados a um uso de servidão, de classes ou atores sociais específicos.

Os demais espaços públicos comuns ao uso coletivo de todas as classes e atores sociais da cidade, como; as calçadas, ruas, praças públicas, galerias, pontos de ônibus ou mesmo o transporte público, embora possam produzir experiências agradáveis como qualquer outro, tendem a significação de um imaginário social inverso, como espaços de relações que podem ser associadas ao desconforto e a disputa, a banalidade do cotidiano coletivo que pode se apresentar como feio ou como indiferente e repetitivo; dos adultos sonolentos e da objetividade semanal, das marmitas e da comida dos restaurantes diários, dos longos expedientes de ônibus ao caminho do trabalho, em meio ao cansaço e das reclamações, das brigas e das negligências do trânsito, da concorrência do espaço da calçada, do barulho, dos pedintes, do medo constante de assaltos, furtos e atropelamentos, à paisagem genérica e contraditória da cidade grande.

São espaços públicos atrelados ao uso da disputa da vida cotidiana, onde as relações são curtas, superficiais e arriscadas, exigindo uma atenção constante do indivíduo para as interações que podem vir a ser direcionadas a si. Não há “espaço” e “tempo” para o externo, para a atenção ao outro, são estranhamentos que afetam até as surpresas agradáveis do convívio coletivo, que geram descrédito e desconfiança, como uma apresentação artística ou uma campanha social, por exemplo. Desta maneira, os espaços públicos partilhados no cotidiano em comum, se tornam cada vez menos valorizados no imaginário social, como lugares de encontros e reuniões, tornando-se espaços apenas de circulação, carentes de prestígio da vida, do desprazer da vida, cinza e ofuscada, do movimento repetitivo e da desatenção (GOMES, 2006).

Os atores sociais que partilham deste cotidiano, se agregam e se perdem nas representações, seres humanos e estruturas de concreto passam a fazer parte da mesma paisagem precária. O espaço público deixa de ser o lugar dos encontros e das reuniões, e passa a ser o “lugar dos estranhos”, as cidades se tornam cada vez mais “cidades privadas” (INNERARITY, 2010), ao passo que o direito a sua universalidade fica cada vez mais restringido e atado ao espaço

privado. O que nos leva para um terceiro questionamento: Quais são os espaços em que o direito à cidade é garantido ou agravado?

O uso do espaço público se torna cada vez mais separado por classes sociais, onde aquelas de poder aquisitivo melhor, se auto excluem dos espaços públicos de uso geral a vista de espaços de lazer mais protegidos e de difícil acesso, funcionando como um filtro de acessibilidade e de seleção social. Tomemos por exemplo, as canchas e praças espalhadas pelos bairros da cidade e que estão cada vez mais subutilizadas e abandonadas, onde anteriormente além de utilizadas como bacias de contenção de enchentes, também possuíam um apreço estético local, com paisagismo e equipamentos esportivos para lazer e encontro social. Em contrapartida, cresce o número de quadras e canchas particulares, atividades indoor das quais muitas irão exigir todo um aparato técnico de manutenção e consumo, tanto para o usuário quanto para o proprietário.

Da mesma forma, as poucas quadras públicas que irão receber investimento, normalmente são associadas a atividades privadas próximas como estádios de futebol, shoppings e empreendimentos comerciais. Há várias consequências complexas que estão engendradas neste fenômeno, que variam desde especificidades técnicas, proximidade e acessibilidade local, até o descaso e o descuido dos governos municipais, com equipamentos e brinquedos precários, que desestimulam o seu uso junto à população (GOMES,2006). Reforçando um imaginário de descaso com o espaço público, de descuido, associado a falta de segurança, a sujeira, ao medo, a violência e a espaço dos excluídos. Um espaço de conflito, de anarquia, muitas vezes até apadrinhados de estigmas e preconceitos sociais.

O espaço público concebe medos, medos que derivam da sensação do espaço público como um espaço incontrolado, onde a civilização é excepcionalmente frágil. (...) do desconforto diário que sentimos quando passamos por um sem-teto desmaiado na calçada, muitas vezes nos

convencem de que o espaço público é a anarquia espacial. (MITCHELL, 2003 p.13 tradução livre). ²

Entretanto, é também da anarquia que novas formas de relação e expressão espacial são criadas, um testemunho às experiências caóticas, tão espirituais, concretas e intangíveis, com símbolos e significados anteriormente desprezados. São resistências diárias que também demandam se representar e ser representadas, que criam, abusam e ressignificam novas formas de uso do espaço social denunciando as injustiças e as particularidades do cotidiano. Logo, muitos equipamentos públicos e privados anteriormente abandonados, como praças, quadras, canchas, postos de gasolina, prédios e estabelecimentos inutilizados, passaram a ser reapropriados, resignificados e reocupados pela união de vários atores sociais, dos quais muitos representam os mais estigmatizados no imaginário social. Como os sem-tetos, ambulantes, grafiteiros, pichadores, ciclistas, artistas, músicos, entre outros. Entre alguns exemplos de Curitiba, e sob diferentes formas de ressignificação, está a Praça de Bolso do Ciclista (figura 1a), a Pista do Gaúcho, o Parque Gomm, o Largo da Ordem, entre outros espaços que se espalham nas periferias e na região metropolitana da cidade. Desta forma, são várias as apropriações presentes nos espaços públicos compartilhados do cotidiano, como o grafite (figura 1b), o picho, as hortas urbanas, as festas, as feiras, assim como outras atividades socioculturais, que em pequenas insurgências sociais revitalizam a paisagem urbana e a relevância do vivido.

² Public space engenders fears, fears that derive from the sense of public space as uncontrolled space, as a space in which civilization is exceptionally fragile. (...) the everyday gnawing uneasiness we feel when we step around a passed-out homeless person on a sidewalk, often convince us that public space is the space anarchy". (MITCHELL, 2003 p.13).

Figura 1 - (a) Praça de bolso do ciclista, (b) Grafite na região central de Curitiba



FONTE: Bruno Posnik ³

Lefebvre (2006), também irá tecer suas críticas aos agentes dominantes – planejadores, governantes e publicitários – no sentido de que em seus discursos e projetos, irão manipular e ignorar as práticas e expressões culturais de outros atores sociais, assim como as precariedades que convivem cotidianamente, negligenciando seu conteúdo estético na promoção oficial da imagem da cidade, em processos complexos que muitas vezes contrapõem ou alinham – ideologicamente - planejamento urbano à gestão urbana. Por conseguinte, negam a própria capacidade criadora da cidade de novas expressões e organizações vindas de “baixo”, contidas nas histórias de repressão e resistência política e cultural, da vida cotidiana desses atores sociais. Uma promoção “anti-cidade”, onde a lógica dominante a seguir é a de mercantilização do espetáculo que valoriza a cultura na justa medida da valorização mercadológica que lhe for conveniente (DEBORD, 1997).

Um paradoxo da sociedade capitalista que repulsa a própria potencialidade utópica da cidade, ao desvirtuar o urbano como ferramenta de manipulação social com vistas às suas teorias e interesses econômicos, exacerbando o papel ideológico da representação, intensificando os “campos-cegos” (LEFEBVRE, 2008a). Para o autor, a sociedade urbana é uma potencialidade que se realiza em si mesma, sempre se fundamentando a partir da

³ Reportagem “Se essa praça fosse minha”, disponível em: <https://topview.com.br/self/coisas-boas/praca-de-bolso-do-ciclista/>

práxis social. A cidade, nascida da extensa promoção urbana de interconexões de acessos e serviços, é seu produto de maior capacidade relacional. Entretanto, ao se promover o urbano enquanto “campo cego”, a lógica simplória “do que se enxerga, se compreende e se pratica”, leva-se a leituras incompletas e insuficientes da cidade, fortalecendo as suas contradições e limitando a sociedade urbana a elas, pois “o urbano reduz-se ao industrial” (LEFEBVRE, 2008a p.38). Um rótulo de sociedade industrial, dividida e desconhecida de si, onde a “segregação generalizada, a separação, no terreno, de todos os elementos e aspectos da prática social, dissociados uns dos outros e reagrupados por decisão política no seio de um espaço homogêneo” (LEFEBVRE, 2008a p.37). Nega assim, a possibilidade de análise da sociedade urbana tanto em sua totalidade, quanto de suas possibilidades desconhecidas que produzem diferenças e criam novas relações e significações espaciais.

Quem diz diferença, diz relações, portanto, proximidade-relações percebidas e concebidas, portanto, inserção em uma ordem espaço temporal dupla: próxima e distante. A separação e a segregação rompem a relação. Constituem por si sós, uma ordem uma totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade. (LEFEBVRE, 2008a. p. 128).

Nesse sentido, o autor vê as representações como uma ferramenta crucial para a compreensão da sociedade em seu movimento concreto de realidade, e questiona o papel redutor da ideologia na mediação do real ao mascarar as intencionalidades das contradições da sociedade capitalista, da qual ela mesma produz e reproduz no espaço. Conformando assim, uma importante estratégia política não somente de coerção social sobre diferentes atores sociais, mas de manutenção e legitimação de um determinado sistema político que produz precariedades e falsifica a realidade.

1.3 As visibilidades e as invisibilidades das representações

Ao pensarmos na cidade, nas possibilidades que permeiam as suas representações na mediação do percebido de seus atores sociais, as elucidações de Lefebvre nos possibilitam discutir as visibilidades e invisibilidades dessas representações, como um modo de presença que intermedia o contato direto entre o homem e a realidade. O diferente é segregado e deixado de lado, deixa de integrar a imagem da cidade. Assim, a materialidade do espaço, cria uma imagem, da qual: “[...] se confunde aos discursos ideológicos que compõem nosso universo estético, orientando eticamente e politicamente nossas práticas e dando referências sobre o que vemos, pensamos e fazemos” (LUKACS, 1966 p. 517).

Em a “A Presença e a Ausência” (2006), Lefebvre realiza uma análise sobre o conceito de representação no pensamento filosófico e a sua diferença perante o conceito de ideologia. Para o autor, representar é aquilo que se apresenta diante de mim tendo-se como algo consolidado, pois precisa ser confiável e carregado de apoios e valorizações para se tratar de uma verdade. O homem busca a todo momento apresentar-se, tornar-se presente a si mesmo, gerando diferentes seres “em si mesmos” pendentes, semi existentes, semi aparentes ou semi ilusórios, sempre desenvolvendo símbolos como uma representação de uma representação (LEFEBVRE, 2006). Heidegger (1971), definirá que a representação se estende como o “sendo” e não o “ser em si”, é portanto um momento a ser ultrapassado em uma continuidade cíclica de decepções e esperanças, recriando-se incessantemente e medido através do espaço, que é a representação do tempo.

São produtos da mente humana expostas às estratégias das divisões sociais do homem e que o concebe como representado, do qual este promove diferenciações às suas práticas e objetos adicionando ou retirando valores de acordo com a sua sociedade. Esta remoção e substituição de valores da representação se dá continuamente à medida que suas linguagens-símbolos se desenvolvem e substituem as emoções e as sensações vividas, como por

exemplo, a moeda ou uma placa de trânsito. Na constituição do indivíduo, os sentidos e sentimentos são socialmente engendrados e se distanciam da sensibilidade animal constrangida pela necessidade imediata. Os sentidos se humanizam à medida que se produzem objetivações humanas (quando o homem coloca a sua marca no objeto) e estas são apropriadas (quando o homem incorpora as produções) em meio a relações sociais determinadas. “O olho tornou-se um olho humano, no momento em que o seu objeto se transformou em objeto humano, social, criado pelo homem para o homem” (MARX, 2004, p. 142).

A representação torna-se uma aparência coisificada, fetichizada, pois sempre está interposta entre a presença e a ausência. Essa interação entre o homem e o objeto, é tratada no tempo presente e por sujeitos presentes, inseridas em uma realidade inconclusiva e em transformação mediadas pelo vivido. Nesse sentido, as representações se interpõem entre a presença e a ausência onde, a presença; “sempre se dá em uma forma, e, sem embargo, tomada separadamente, é ôca, portanto ausência. Tomado separado o conteúdo é amorfo, portanto ausente. Forma e conteúdo separados são fugas da presença” (LEFEBVRE, 1983). Para Luna (2017), as representações são falsas no que apontam e dizem, mas verdadeiras sobre o que suportam. A materialidade suporta a ideologia e o tempo, pois, a definição do valor vem de relações complexas que se perpetuam ou se modificam à medida que as perspectivas seguem planos, objetivos e metas, estabelecidos nas relações de poder:

Para que um algum objeto se valore ou deprecie-se tem que estar representado. Em consequência, a separação entre a presença sensível e a representação precede o valor. No entanto, uma vez fixado, a valoração modifica a representação [...] O objeto no centro do campo coberto pela representação empírica e pela análise, torna-se precisamente este centro em torno do qual, organiza-se um cortejo de percepções e de representações, o sujeito que se constitui dessa maneira, determina a sua visão. (LUNA, 2017).

Lefebvre irá evidenciar esse processo em sua teoria da linguagem, que tem como fundamentação os conceitos de metonímia e metáfora, radicalmente criticados por Nietzsche. Desta forma, sua análise da linguagem se dá a partir da palavra falada e não de um modelo, correlacionando significado e valor,

conhecimento e poder, onde as palavras possuem conteúdos que vão muito além do imediato, do sensual, dos sentimentos e das impressões. Pois substituem esses conteúdos por uma imagem ou uma representação falada, uma metamorfose (SCHMID, 2012). As palavras nos dão somente as metáforas das coisas e seus conceitos surgem de uma identificação diferente, uma metonímia (NIETZSCHE, 1968). Sendo assim, Lefebvre definirá linguagem a partir da definição de verdade de Nietzsche:

[...] o que então é verdade? Uma arma móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, em resumo, uma soma de relações humanas que têm sido poética e retoricamente intensificadas, transpostas e embelezadas, e que parecem para as pessoas, depois de um longo uso, fixas, canônicas, irrevogáveis. (SCHMID, 2012).

Metáfora e metonímia se tornam figuras retóricas por meio do uso e do valor, a sociedade se torna um espaço arquitetado de conceitos, formas e regras cuja verdade abstrata impera sobre a realidade das impressões, das vontades, dos corpos, dos sentidos, do amor e, dos desejos, dos quais não se representam. Porém, mesmo que os desejos não se representam, vivemos em uma sociedade contemporânea que vicia e manipula as referências – reificando e preenchendo conteúdos a partir da ideologia - em formas racionais da “representação” (LEFEBVRE, 2006), individualizando as capacidades humanas (a ciência, economia, arte, política) por meio de sua especialização racional. Aqui entra o conceito, tão discutido, de trabalho e alienação:

Sob essa ótica, a organização da vida cotidiana representaria uma organização e uma disciplina da ausência, de tal modo que o “político”, com suas representações e implicações, parece ser a única presença, quando é, em realidade, nada mais que simulação, ausência suprema. Uma ausência sem esperança de presença, remissão perpétua a “outra coisa”, fim de todas as referências. Por outro lado, a produção imoderada de significações vai engendrar uma crise dos sentidos, que fez da palavra e da significação um absoluto, “ou melhor, um simulacro de absoluto sem sentido”. (SERPA, 2014 p. 491).

A representação pode corromper a prática, sob a forma de signos e símbolos, e podem desviá-la ou degenera-la, tomando o lugar dos objetos como

um substituto da presença na ausência designada pela linguagem, preenchendo sua ausência com as representações de seu interesse, ou mesmo, torná-la desinteressante (LEFEBVRE, 2006). Desta forma, a análise lefebvriana busca complementar-se a partir de um método de investigação do emocional, o instintivo e o irracional como fatos sociais, emersos de propósitos ou não, onde o símbolo em sua teoria da linguagem cumpre o intuito de instrumento de análise das estruturas e ideologias sociais, servindo como pilar para a alegoria e o fetiche (SCHMID, 2012), em um cotidiano programado pela convergência/divergência de representações e que constituem a base do imaginário social. Convergentes quando definidas pela publicidade, a indústria cultural e pelos modelos morais que incorporam valores de padrão ao uso/consumo; divergentes quando a vivência e a experiência, por meio da diferença, resistem e rebelam-se frente a violência da conformação cotidiana que, mediada pelo percebido; “[...] capta algumas presenças, sente algumas ausências, emana representações (SERPA, 2014)”.

Por fim, Lefebvre diferencia representação e ideologia, onde irá afirmar que é impossível à vida sem representação, pois são formas de comunicar e recompor o mundo a partir de aproximações da realidade, mas que, em sua essência, não substituem o vivido, a ideologia portanto se torna representação quando o vivido é substituído pelo concebido (SERPA, 2014). São diferentes possibilidades de aproximações, de diálogos, e nesse sentido, toda aproximação sugere um campo de embate para a interpretação do real, uma forma de “olhar”. Os campos das quantificações e da matemática são um exemplo de substituição da experiência e da vivência pelo pensamento e a reflexão. Sem vivência e experiência, impera a ausência e o concebido, a Filosofia tratada como uma “fenomenologia da verdade” é em suma uma “fenomenologia das representações”, um campo de diálogo que inverte a realidade e que supostamente desconsidera em sua gênese as ideologias definidas por sua origem social, mas que esta contida em seu saber.

Mas e os campos que estão escondidos e nos escapam os olhares, ou aqueles que nos recusamos a olhar e a conceber? Lefebvre irá responder que o olhar é influenciado pela complexidade das percepções e das relações espaciais: “O que olhamos, na verdade, não enxergamos. Quantas pessoas percebem

‘perspectivas’, ângulos e contornos, volumes, linhas retas ou curvas, mas não podem ver, nem conceber, percursos múltiplos, espaços complexos!” (LEFEBVRE, 2008a p. 36).

Nesse sentido, cada olhar é educado de acordo com as representações e as reproduções espaciais da sua época e do seu contexto; as imagens, símbolos, conceitos, teorias, entre outros, atrelados ao cotidiano das suas práticas sociais, percepções, desejos, sensações, emoções, etc., que variam de acordo com o passar do tempo e a transformação do espaço. Entretanto, ao transformar-se, o “olhar” concebido em épocas anteriores e/ou diferentes contextos não consegue apreender todos os aspectos do espaço e das representações engendradas pelo novo contexto. E é essa cegueira do não-ver e do não-saber que acaba por implicar uma ideologia ao processo de alienação: “entre os campos, que não são aprazíveis, mas campos de forças e de conflitos, existem campos cegos. Não somente obscuros, mal explorados, mas cegos no sentido em que há, na retina, um ponto cego, centro de visão e, contudo, sua negação” (LEFEBVRE, 2008a p.37).

Para complementar esta discussão, retomamos o conceito abordado anteriormente de “campo-cego” de Lefebvre, desenvolvido em seu livro “A Revolução Urbana” (2008a). Os campos-cegos instalam-se nas representações, à medida que o campo cegante: a fonte luminosa – conhecimento ou ideologia – que projeta a luz e que ilumina significados e perspectivas; impõem o seu olhar sobre o cegado: o desconhecido deixado às sombras, o olhar ofuscado. “De um lado uma via se abre à exploração; de outro, há uma barreira a romper, uma sanção a transgredir” (LEFEBVRE, 2008a, p. 40). Por possibilitar uma explicação, uma solução ou resposta, o campo cegante é hegemônico, pois nele há também a possível visão de esperança, como força alienadora do discurso que promove a cegueira. Enquanto que o cegado quando se dá conta da situação, verá esta esperança se transformar em angústia. Então haverá possibilidades de frustração, entretanto, dela também pode sair a diferença, novas perspectivas e conhecimentos.

Há, de início, a apresentação dos fatos e dos conjuntos de fatos, o modo de percebê-los e de agrupa-los. Em seguida, há a representação, a interpretação dos fatos. Entre esses dois momentos e em cada um deles, intervêm desconhecimentos, mal entendidos. O cegante (os conhecimentos que se adotam dogmaticamente) e o cegado (o desconhecido) são complementares da cegueira”. (LEFEBVRE, 2008a p.39).

Lefebvre encontrará na poesia uma solução para a vivência-experiência não atreladas ou reduzidas a um saber, pois na poesia tem em seu princípio o ato criativo exposto na arte cotidiana, a poesia da vida cotidiana, a arte da vida: “Por este meio, a racionalidade marxista se junta ao pensamento de Nietzsche na elucidação do devir” (LEFEBVRE, 2000, p. 129), o qual correlaciona-se em seu produto (no sentido de criação) a “obra” (no conceito lefebvriano), que define uma presença na ausência, “obra de arte sozinha é a unidade do finito e do infinito, infinitamente determinada e viva” (LEFEBVRE, 2006.) Para Marx (1969), a capacidade da subjetividade do homem é explicitada na relação estética do homem – ser social por essência – com a realidade. Nesse sentido, a obra de arte é um objeto no qual o sujeito se expressa, se exterioriza e reconhece a si mesmo. Se o homem só pode se realizar saindo de si mesmo, projetando-se para fora, isto é, objetivando-se; a arte cumpre uma alta função no processo de humanização do próprio homem.

Sendo assim, a teoria das representações proposta por Lefebvre compreende as representações como um aspecto dialético e mutável, aparentemente estacionário, mas em realidade sempre em movimento, não sendo nem falsas e nem verdadeiras, mas ambas ao mesmo tempo, onde; são verdadeiras como respostas aos problemas "reais" e falsas como dissimuladoras de finalidades "reais". Isso resulta sempre como resposta uma renovação, uma terceira alternativa (completando o ciclo dialético), que retoma a discussão da realidade inicialmente posta. “Viver é representar-se, mas também é transgredir as representações” (LEFEBVRE, 2006, p.161). É por essa razão que o autor irá desenvolver suas teorias e conceitos sempre a partir de tríades.

O espaço não é apenas a elaboração de um produto fruto de uma causalidade, ele contém e está contido nas relações sociais, onde o real é

historicamente construído tendo como representação mental o urbano e a cidade como expressão material desta representação (LEFEBVRE, 2008b), uma projeção da sociedade sobre um espaço, não apenas sobre o aspecto da vida social de cada lugar, mas também no plano da representação abstrata. Também sendo visto como criação intelectual humana, da qual só ganha sentido se relacionada a um sujeito ou a um grupo social, portanto é essencialmente um espaço social, pois todas as suas representações só possuem significância quando se associam a indivíduos que as produzem e lhe expressam símbolos, tendo a representação como uma expressão subjetiva da consciência que está temporalmente integrada à sociedade e que conceitua este dado objeto ou conjunto (LEFEBVRE, 1974). Ao mesmo tempo, a dimensão fenomenológica sempre se dará a partir do sujeito, que produz realidades espaciais e representações, que se referem a imagem deste espaço do qual também o define, necessitando para tal uma linguagem.

2 A TEORIA DO ESPAÇO SOCIAL

A compreensão da teoria espacial de Lefebvre (1974), se dará de maneira mais completa se apreendermos os caminhos que deram origem à sua ontologia. Desta forma, neste capítulo iremos realizar uma síntese dos seus fundamentos, perpassando autores que o influenciaram, tanto de correntes fenomenológicas quanto materialistas, e que elucidam os conceitos já apresentados nesta pesquisa, como o de representação, e outros conceitos fundamentais para o estabelecimento das suas teorias que complementam-se, seja na representação, no espaço ou na cotidianidade. “Conhecer os fenômenos é não considerá-los como isolados” (LEFEBVRE, 1983).

Dentre os fenomenólogos que influenciaram Lefebvre está Merleau-Ponty, sobretudo com a sua tentativa de correlação metodológica. De acordo com Schmid (2012), o principal objetivo de Merleau-Ponty era correlacionar os métodos fenomenológicos com os marxistas, dos quais Lefebvre também buscou superar, o que representou em sua busca constante de transcendência a partir da

intersubjetividade, por meio da elucidação da consciência dos sujeitos, em ato e situação, e nas diferenças que se dão as suas relações, fortalecendo a sua visão do método dialético como ponto de partida para a compreensão da totalidade que se renova em movimento. Autores como Cosgrove (1998), Duncan (1996), Bourdieu (2011), entre outros, baseados em metodologias, disciplinas e fundamentos teóricos diferentes, também buscaram correlacionar esses dois métodos de análise, porém, o que talvez os afaste do pensamento de Lefebvre, é que este compreenda ou dê demasiada importância ao processo de alienação (por meio das representações e da ideologia) e o seu papel influente na transcendência do sujeito. Por essa razão o autor sempre se pôs crítico ao idealismo purista da fenomenologia e sua suposta separação de sujeito e de objeto (SCHMID, 2012).

A fenomenologia não descarta as contradições, fundamentais à razão dialética, pois também procura transgredir a proximidade com o mundo para reaprendê-lo e o expor como paradoxo. As investigações fenomenológicas buscam as essências pautadas na compreensão da intersubjetividade de suas aparências, da experiência e do raciocínio ou, da forma e do conteúdo, e que a partir de suas contradições produzem reflexos, pois “a reflexão só se torna consciência do mundo porque o revela como estranho e paradoxal” (SERPA, 2013). O particular realiza a mediação entre o singular e o universal, e o sujeito transcende na medida que se comunica nas experiências do outro e vice-versa. A intersubjetividade se dará portanto, em relações, que revelam situações expostas à consciência em uma transcendência compartilhada e negociada, expressando o ato das contradições que são tomadas como manifestações parciais da realidade e que, quando discernidas, se tornam o devir do mundo em sua totalidade, um mundo de relações (SERPA, 2013).

Em “A Fenomenologia da Percepção” (1962), Merleau Ponty desenvolve os conceitos de espaço, tempo, de mundo vivido e percebido – onde está a experiência do mundo – além do papel da sociedade e da ciência, na produção dos símbolos que facilitam a explicação do mundo percebido. A percepção terá o papel de trazer a relação entre o sujeito e o ambiente, o espaço físico e

geométrico, assim como o espaço vivido, o espaço da arte, dos mitos, da imaginação. “Este espaço baseia-se na relação entre o sujeito e o mundo dele ou dela e é incorporado na corporeidade deste sujeito” (MERLEAU-PONTY apud SCHMID, 2012, p. 13). Ou seja, para Merleau-Ponty, o objeto é comum à todos, mas a forma que o interpretamos é diferente, e essa interpretação (percepção) se dá pelo corpo de cada um (horizontes) e de suas espacialidades (movimento). Outros apontamentos sobre percepção e representação, também estão presentes na obra do autor, onde forma e a estrutura são importantes para revelar e transcender a essência (MERLEAU-PONTY, 1962). Discussão esta que Lefebvre irá aprofundar sobre o tema de alienação e ideologia em seu livro “La presencia y la ausencia” (2006).

Tão importante quanto a influência de Ponty para a obra de Lefebvre está a de Bachelard, em “A poética do Espaço” (1957), que destaca o papel da imaginação onde “Só vemos aquilo que conseguimos imaginar” (BACHELARD, 1957), trazendo à luz os conceitos do viver e do morar no espaço vivido e na imaginação do espaço (concebido), a partir das “imagens que constituem o espaço feliz” e que compreende a valorização humana de suas práticas sociais com o vivido.

Aqui aparece a primeira distinção entre um aspecto “real” (ou material) do espaço e um aspecto vivido por meio da qual fica claro que ambos aspectos poderiam se referir a um único e mesmo “espaço”. O espaço feliz não é meramente imaginado ou vivido, mas possui um valor de proteção original e real. Também corresponde à prática espacial. (SCHMID, 2012).

As imagens se tornam impressões ou metáforas quando não tem potencial criador, e quando tem, vão direto ao ser em uma situação inédita, sem correlação com o passado, um ato poético e que traz a discussão quanto a valorização que damos a um espaço específico. Lefebvre irá buscar resposta junto a Nietzsche, para a compreensão dos “espaços não-felizes”, (não são citados por Bachelard) posteriormente relacionando-os ao consumo das imagens e à sua banalização na modernidade. Para Lefebvre (2006), Nietzsche foi um dos primeiros filósofos a problematizar o mundo mental e o real, ao pensar que essas duas dimensões

deveriam ter um olhar integrado e que a sua análise poderia trazer respostas para discussões profundas e de difícil resolução nas ciências humanas como a alienação e métodos críticos à subjetividade humana.

A crítica ao empobrecimento humano ético e moral da modernidade serão temas bastante recorrentes em suas obras, crítica abordada por Nietzsche e que Lefebvre incorrerá em seu estudo sobre a vida cotidiana moderna. Pela sua crítica ao idealismo platônico, Nietzsche é amplamente referenciado por outros autores materialistas, como Lukács (1966), Grespan (2019), Losurdo (2016), Chul-Han (2017) entre outros, que trabalham com dimensões subjetivas como a linguagem e a metáfora, sobretudo ao questionarem a importância da valorização do tempo e do espaço como componentes necessários para compreender o jogo de contradições que constituem as valorizações e percepções da realidade no seio da sociedade moderna, da qual abordaremos as suas críticas mais tarde nesta pesquisa.

Portanto, a aproximação de Lefebvre com a fenomenologia, resultará em sua compreensão de que fatores abstratos carregam formulações significativas para a análise do espaço em uma arquitetura de conceitos, formas e regras cuja verdade abstrata prevalece sobre a realidade dos sentidos, do corpo, das vontades e dos desejos, refletindo nas contradições da sociedade que é conformada estruturalmente pelo capital a partir das valorizações humanas. Seu foco passa a ser uma análise crítica profunda de todas as dimensões que comportam as relações sociais, não se limitando somente ao materialismo que solidificou os valores políticos, econômicos e sociais, mas complementando-os em uma totalidade, ao dar ênfase aos elementos subjetivos da prática, da linguagem e da experimentação cotidiana. Desta maneira, enriquecendo a elaboração da sua própria visão dialética, a medida que pensar dialeticamente é compreender que a realidade humana é marcada por contradições, das quais quando destrinchadas de seus elementos, nos ajudam a entender essa realidade.

De acordo com Soja (1996), Lefebvre não irá desenvolver a sua teoria dialética a partir de uma única obra, mas sim como resultado da construção de diversas discussões que o autor irá realizar em seus livros, como: “O Materialismo

Dialético” (1939), “Lógica Formal, Lógica Dialética” (1947), “Metafilosofia” (1965), “O cotiniano na vida moderna (1969), “La production de L’espace” (1974), “La presencia y la ausencia” (2006) entre outras obras, modificando-a e enriquecendo-a continuamente, tornando a sua visão de dialética original e independente.

Schmid (2012) vê a principal característica do pensamento lefebvriano como a busca em trabalhar com as dimensões da realidade concreta, não caindo no positivismo de apresentá-las como respostas absolutas, mas sim na geração de novas perguntas e caminhos. As relações e as especificidades dos lugares com os sujeitos sempre serão diferentes, o que gera inúmeras possibilidades que, vistas sob a visão do método dialético, possibilitaria a aproximação de uma compreensão do ato de devir dessas ações mesmo que de forma ilusória, a um “apanhamento de uma mão”, entre abstrações sociais e materiais. É o que remete-se ao pensamento dialético de “suprassunção da contradição” (*Aufheben* em Alemão), conceito que norteará a polissemia da dialética, contrapondo a lógica formal definida como “nenhum conteúdo é verdadeiro e falso ao mesmo tempo” e da qual Lefebvre confrontará ao dizer que toda proposição possui conteúdos reais e verdadeiros se vistos de forma isolada, falsos se for considerado absoluto, e verdadeiro se for considerado transcendente, como já abordados aqui a partir da sua teoria das representações (LEFEBVRE, 1968). É a partir das contradições que somos conduzidos à transcendência e a transformação da sociedade, não para a interpretação ou produção do devir, mas para analisa-lo (SHMID, 2012). Logo, em uma sociedade estruturalmente conformada de contrastes e cheia de relações contraditórias, desvendar as suas suprassunções, torna-se essencial para a sua compreensão. Nas palavras de Lefebvre:

[...] uma contradição, quando suprassumida, não alcança o seu verdadeiro estado ou destino final, mas sua transformação – é superada, mas ao mesmo tempo também preservada e adicionalmente desenvolvida, de acordo com essa dupla determinação. Assim, suprassunção neste sentido radical não significa de forma alguma alcançar uma verdade superior ou definitiva. A contradição tende à sua solução, ainda que a solução não negue simplesmente a velha

contradição, mas também simultaneamente a preserve e a conduza a um nível mais elevado. Portanto, a solução carrega nela o germe de uma nova contradição. (SCHMID, 2012, p. 05).

“Na supressão há sempre um risco, um possível fracasso e, ao mesmo tempo, uma possibilidade - uma promessa” (SCHMID, 2012 p 39). É por essa razão que as interconexões entre as diferentes dimensões que integram o espaço social, seja a dimensão fenomenológica – percebido, concebido e vivido – a dimensão da linguagem – prática espacial, representação do espaço e espaços de representação – e a dimensão temporal – espaço absoluto, espaço abstrato e espaço diferencial – trazem em si, uma cadeia complexa de possibilidades e incertezas das apreensões da vida cotidiana, uma figura tridimensional da realidade social, compreendida como a contradição entre pensamento social e ação social, suplementada pelo terceiro fator do ato criativo e poético (SCHMID, 2012).

Sendo o conceito de dialética o fruto de uma extensa discussão entre as suas obras, será apenas em seus últimos trabalhos que Lefebvre desenvolverá a sua análise de dialética tridimensional, partindo de questionamentos teóricos da dialética de Hegel (tese – antítese – síntese), de Marx (afirmação-negação-negação da negação) e de Nietzsche (criação- repetição-negação). Correlacionando às contradições e sobreposições das práticas sociais baseadas em Marx, da linguagem e do pensamento social de Hegel, e do ato criativo em Nietzsche, são “[...] três dimensões de igual valor que se relacionam-se entre si por meio de relações variadas e movimentos complexos em que ora um, ora outro, triunfa sobre a negação de um ou de outro [...] “e isso permite a formulação de uma estratégia – sem a certeza de se atingir o objetivo” (SCHMID, 2012, p. 08).”

Desta forma, o autor procura fundamentar a sua teoria por meio de ferramentas teóricas que possibilitem apreender a prática social enquanto totalidade e não meramente um aspecto parcial dessa prática. É assim direcionada para um ponto crucial de toda teoria do espaço: a materialidade da prática social e o papel central do ser humano como usuário do espaço. (SCHMID, 2012). A busca pela assimilação entre totalidade e prática é o que

difere a abordagem lefebvriana de outras abordagens, e, sobretudo conceitos convencionais da filosofia moderna. Para o autor a filosofia sempre buscou a compreensão dos diversos fenômenos humanos – entre eles a cidade – sob uma perspectiva de totalidade.

Entretanto, assim como em outras ciências influenciadas pelo positivismo e seu pragmatismo técnico ideológico, fragmentou-se em si mesma contribuindo para a produção de conhecimentos segmentados – o que o autor chama de ciências parcelares - reféns de análises abstratas, e que deixam de englobar outras formas de conhecimento: “quis alcançar ou realizar a totalidade unicamente por suas forças, perdendo-a.” (LEFEBVRE, 2008b p. 64). É justamente esta conjunção interdisciplinar que Lefebvre buscará retomar por meio da metafilosofia, a universalização do pensamento filosófico como um todo ao permear sua análise crítica entre o abstrato e o concreto, em busca de um caminho que elucide o real, deixando-o “transparente”, onde não haja a criação de um modelo que o defina. (LEFEBVRE, 2000).

2.1 O pensamento dialético tridimensional na teoria lefebvriana

Um conceito que vem da metafilosofia e é essencial nas elucidações do autor é o de cotidianidade, no sentido de que viver o cotidiano exige a reflexão do saber sobre a realidade e a verdade (LEFEBVRE 1969). O cotidiano passa a ser uma esfera de análise das transformações sociais, a partir das amplas possibilidades do recorte do espaço geográfico e das suas realidades impressas na cotidianidade. Nesse sentido, há dois tipos de alienação que remetem-se ao cotidiano; a alienação filosófica que confere a verdade sem realidade, em especulações, que será atribuída ao homem filosófico. E a alienação do cotidiano, que confere a realidade sem verdades, as propriedades e aos desejos mundanos, atribuídas ao homem do cotidiano. Portanto, há compreensão do cotidiano passa de justamente um objeto filosófico para uma filosofia em si, não completa e renegada as filosofias passadas, mas possível de definição e criação de novos

conceitos que abrangem aspectos especulativos e os da vida banal, como contempla o autor:

Para verificarmos a razão dos filósofos, para definirmos a unidade racional-real, prolongamos a filosofia e exigimos ao filósofo a forma de utilizar os conceitos, modificar essas regras e introduzir outros conceitos. [...] uma maiêutica: auxiliar a quotidianidade a criar uma plenitude presente-ausente nela. (LEFEBVRE, 1969 p 31).

Logo, Lefebvre busca na trivialidade do cotidiano, explorar a essência das atividades da sociedade em sua repetitividade, da vida social e dos lugares de encontro. São as repetições da sociabilidade, das funções do trabalho e fora dele, dos movimentos do corpo, dos constrangimentos, da contagem dos dias, das horas, de datas especiais, das festas e das comemorações, em repetições lineares e cíclicas (LEFEBVRE, 1969). É a partir da análise dessas repetições, que compreendemos a essência temporal da prática social e o seu papel produtivo e reprodutivo, isto é, as condições que os objetos e as obras se reproduzem, recomeçam e retomam as suas atividades iniciais, ou, se transformam e se modificam durante este caminho. Do movimento dialético da repetição que evocamos o passado, que sustentamos o imaginário entre a memória, a imagem e o conhecimento, impressos e reimpressos constantemente na produção e reprodução do espaço, dados nos resgates as práticas, as concepções e as vivências do cotidiano social.

Desta maneira, a prática social integra-se a composição ao espaço, ao pensar que essas práticas estão ligadas às mais diversas atividades humanas presentes na sociedade, quando o espaço e o tempo não deveriam ser considerados como um dado a priori ou como fatores materiais únicos (SCHMID, 2012). A prática torna-se o pilar central de sua análise, não sendo a sua teoria uma abstração transcendente dela, mas sim a possibilidade de revelação da sua representação concreta, onde complemente Lefebvre: “Apenas a vida social possui tais poderes,[...] de criar as relações sociais” (LEFEBVRE, 2008a p 109).

Assim chegamos à reflexão de produção espacial de Lefebvre, tendo como objetivo a compreensão da realidade social que sempre estará fundamentalmente

atada a um espaço, a medida que o espaço é um produto social pois não “existe por si mesmo” (SCHMID, 2012). É por essa razão que o espaço é um “espaço social” e ele é produzido, pois as relações sociais tornam-se o foco da sua teoria nas mediações da produção e reprodução do espaço:

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade, etc [...] (LEFEBVRE, 2008a, p. 49).

A estas dimensões também se associam características objetivas e subjetivas, sendo a primeira voltada à produção do espaço como condição da reprodução da vida social, ou seja, a produção de objetos, produtos, mercadorias; e a segunda, na qual o processo de subjetivação se dá pela linguagem e representação contida na produção do mundo da mercadoria (LEFEBVRE, 2006). Logo, vincula-se as estruturas sociais as relações espaciais, onde a produção do espaço esta impreterivelmente associada a história dos modos de produção. O que justifica o resgate do autor em assimilar os conceitos do materialismo clássico, de Marx e Engels, sobre produção e valor de uso e troca.

Para tanto, o espaço visto sob uma acepção de produção ampla, é nele que a sociedade produz a sua história, que homens e mulheres vivem as práticas do seu cotidiano e desenvolvem sua consciência, imprimindo suas diferentes formas de apreensão social, política, jurídica, filosófica, ideológica, artística, religiosa, entre tantas outras. São “obras” únicas, que abrangem formas múltiplas da realização criadora e imaginária da sociedade humana, e que, vão sendo transformadas em produtos, à medida que a acepção predominante e recorrente dos economistas as banalizam sob o olhar do trabalho e da repetição, conformando a ela uma lógica de mercadoria, a partir das suas valorizações de uso e de troca. É dessas conformações que Lefebvre (2006) realizará suas críticas de como as relações humanas se viciaram a essa mesma lógica de produção material à relacional, analogamente à crítica de Marx ao trabalho e ao modo de produção capitalista, considerada assertiva até os dias atuais.

Entretanto, embora utilize-se desses conceitos, o autor deixa claro que a sua concepção de espaço social escapa a conceitualização clássica materialista de espaço visto como superestrutura determinada, pretendendo melhorá-la, pois nada pode ser determinado. Logo, cada espaço é produzido de acordo com as especificidades de seus modos de produção e de suas relações sociais, mediados por “níveis” ou “planos” distintos que não são determinante hierarquizados – distintos, mas não incomuns – como símbolos, teorias, ideologias, interesses, entre outros.

Ora, o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho; ele tem relações com a propriedade, isso é claro. Com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso. Portanto, ele não se situa a tal ou tais “níveis”, “planos” classicamente distinguidos e hierarquizados. O conceito do espaço (social) e o próprio espaço escapam, portanto, à classificação “base-estrutura-superestrutura”. Como o tempo? Talvez. Como a linguagem? É o que veremos. Seria preciso, por isso, abandonar a análise e a orientação marxistas? De todos os lados surge esse convite, essa sugestão. E não apenas a propósito do espaço. Mas não se poderia, ao contrário, retornar às fontes, aprofundar a análise aportando-lhe novos conceitos, aprimorando e experimentando renovar as démarches? É o que se tenta nesta obra. Ela supõe que o espaço aparece, se forma, intervém ora a alguns “níveis” ora outros (LEFEBVRE, 2006 p.06).

Desta forma, a produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática, arranjando-os, coordenando-os e reunindo-os em relações, ou seja, a produção do espaço sempre se dará em uma conformidade relacional (LEFEBVRE, 2006). Para explicar o aspecto relacional que existe na produção do espaço o autor irá utilizar os conceitos de espaço e tempo, influenciado por Heidegger, onde relaciona simultaneidade e espaço – que estaria a ordem sincrônica (complexidade horizontal) da realidade social; e o Tempo, onde estaria a ordem diacrônica (complexidade vertical) do processo histórico da produção social (SERPA, 2014).

A construção da teoria do espaço lefebvriano é baseada na confluência de dois métodos que visam uma análise profunda dos fatos sociais; o método regressivo-progressivo e sua dialética triádica. O método regressivo-progressivo, irá possuir uma dimensão investigativa e uma interpretativa. Dispostas a partir da

análise de uma realidade social com um determinado conjunto de condições da época, separando-os, justapondo-os e por fim juntando-os, aplicando suas interpretações. Essa dupla dimensão é composta por três momentos distintos: a descrição do visível, a análise regressiva e a progressão genética. A descrição do visível é a observação empírica do estudo para o levantamento de informações sobre dados socioespaciais, é o “campo” por assim dizer da vida social, se desvendando assim a complexidade horizontal; A análise regressiva busca explicar as temporalidades existentes, onde a realidade é parcializada na tentativa de elucidar memórias exatas de cada relação social revelada, uma datação histórica que remete-se a complexidade vertical. Por último a progressão histórico–genética, que elucida a partir dos levantamentos anteriores como eles se subordinaram as estruturas do conjunto da época, definido as dinâmicos do seu tempo histórico, retorna-se ao presente, elucidado, compreendido e transparente (LEFEBVRE, 2006).

Por essa razão que o autor irá fundamentar a sua análise no espaço, porque nele esta impresso a coexistência, de práticas, relações, e representações de datas históricas distintas, possibilitando um resgate histórico que quando investigado, permite analisar as contradições entre aquilo que foi e não foi transformado entre diferentes experiências, elucidando as contradições que compõem as estruturas passadas e a do presente:

Toda realidade dada no espaço se expõe e se explica por uma gênese no tempo. Mas uma atividade que se desenvolve no tempo (histórico) engendra (produz) um espaço e somente num espaço assume uma “realidade” prática, uma existência concreta. (LEFEBVRE, 2006, p. 97).

Portanto, as contradições estão sempre impressas entre temporalidades e espacialidades, imprimidas nas relações de produção e reprodução do espaço dos atores sociais de suas respectivas épocas - potencializadas junto a evolução do capital – onde cada prática social surge como uma possibilidade de contestação do real. Lefebvre (2008) irá chamar esse método de “movimento de transdução”, uma abordagem intelectual que supõe uma constante realimentação de conceitos e observações empíricas que fundamentadas na

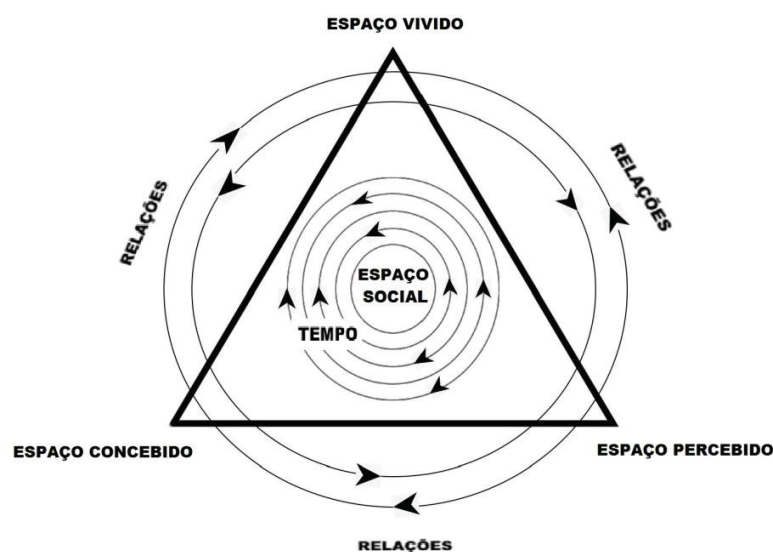
prática, sempre estarão associadas a uma totalidade, onde “ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento na utopia” (LEFEBVRE, 2008b p110). A utopia experimental, é outra abordagem intelectual necessária para a pesquisa segundo o autor (démarches intelectuais), devem ser aplicadas, testadas e questionadas, pois representam implicações e consequências, tentativas do novo.

Esta dimensão temporal do espaço irá corresponder em suma a história do espaço, da qual irá se desenvolver a partir da relação de três tríades de espaço temporais: O Espaço absoluto, o lugar natural e aonde estão os fragmentos da natureza, mediante a qual é transformado pelas forças políticas que ocupam esse espaço pelo valor de uso, pertencendo ao passado; o espaço abstrato, funciona “objetalmente” como conjunto de coisas-signos, é o espaço transformado pelo capital no valor de troca e que nega as diferenças – que vem dos outros espaços; e o espaço diferencial, um projeto revolucionário do futuro dado as contradições existentes no espaço. Entretanto todos coexistem em várias épocas. O espaço abstrato se assenta sem eliminar por completo o espaço absoluto, e, ao mesmo tempo, através de suas contradições abre brechas para as ressignificações do espaço diferencial (LEFEBVRE, 2006).

Por fim, para completar a teoria do espaço social esta o método dialético triádico, fundamentando a produção do espaço em uma dupla abordagem; sendo uma da dimensão fenomenológica das abstrações e outra das dimensões da linguagem (paradigmática, sintagmática e simbólica), compostas de três processos dialeticamente interconectados, sendo eles respectivamente: o espaço percebido e a prática espacial; o espaço concebido e as representações do espaço; e por fim, o espaço vivido e os espaços de representação. A dimensão da prática espacial está associada à realidade cotidiana e urbana do espaço percebido, onde se dá a interação social, política e econômica das forças produtivas e reprodutivas das relações sociais, atribuindo as representações mentais da materialidade do espaço. É intuitiva e específica de acordo com a intermediação da escala de distância, das práticas espaciais oriundas de atos, valores e relações específicas de cada formação social.

Nas representações do espaço está a imagem do espaço, as formas de apresentação da linguagem, seja pela fala ou conformações verbais, teorias, descrições, designações, etc. Aqui se encontram os mapas, as plantas, os programas, os filmes, as fotos, dentre outros produtos munidos e carregados de signos e, principalmente, de poder, pois em sua capacidade de produção e reprodução de informações e apresentações está inscrita a ordem que essas relações concebem o conhecimento. “Tal espaço é escravo do poder e do conhecimento” (LEFEBVRE, 1991). O espaço concebido é notadamente o da representação abstrata e do intelecto, que quando traduzido ao capitalismo orienta-se pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Advindo de um saber técnico e, ao mesmo tempo, ideológico, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral, colonizando as percepções e as imaginações do espaço vivido. A figura 2 apresenta um modelo de produção do espaço, evidenciando as inter-relações dos espaços concebido, vivido e percebido, contendo em seu cerne o tempo e o espaço social. A representação do espaço pode até ser hegemônica, mas não é total, pois outras interpretações, outros códigos do espaço resistem.

Figura 2 Modelo da produção do espaço



FONTE: O autor (2020)

Nos espaços de representação está o processo criativo, da arte, do corpo (habitus), da imaginação, o espaço simbólico e da valorização, da conexão entre os símbolos e os significados de acordo com a sua (não) utilidade, símbolos clandestinos, irreais e subterrâneos, presentes na paisagem citadina e que tem a potencialidade de conduzir a novas apreensões da realidade espacial. É no espaço diferencial que se traduz a simultaneidade do vivido e de suas possíveis pluralidades, da qual muitas vezes será o palco de batalha na apropriação e na dominação da cidade à medida que novos espaços diferenciais se opõem aos espaços abstratos e hegemônicos. Portanto, o espaço social configura-se como a expressão mais concreta do espaço vivido, quando entendido pela soberania do homem sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade das ações humanas, contemplando e entendendo o seu uso. São imagens e memórias que resistem e se resignificam frente às relações dominantes da representação do espaço com os espaços de representação.

Assim sendo, cada uma dessas tríades irá revelar uma determinada dimensão de interesse, a tríade do percebido-concebido-vivido indicaria a dimensão da experimentação do indivíduo ou de um grupo social frente à realidade apresentada, definindo-se através da percepção, do corpo, do ser-no-mundo; a tríade práticas espaciais-representações do espaço e espaços de representações tem como foco o espaço, a espacialidade, dos símbolos e e signos que compõem a linguagem, referem-se também a materialidade, aos lugares, arquiteturas, territórios, as representações criadas pelos sujeitos ou grupos sociais; e a tríade Espaço absoluto-abstrato-diferencial focaria o tempo, na historicidade do espaço e nas suas contradições. Assim, podemos falar da produção do espaço como: “um conjunto de práticas espaciais produzidas por meio das bases materiais e representações simbólicas que garantem a apropriação e permanência hegemônica em um território por um ator social” (LUNA, 2017 p. 22).

À medida que disputam esse espaço, esses territórios conformam diferentes práticas, e portanto versões espaciais das representações do espaço concebido e do percebido. A apropriação destes territórios refere-se à força de um ator social, que perpassa tanto a sua capacidade de produção concreta e material, quanto a sua produção abstrata e cultural. Em um mesmo espaço podem se sobrepor – em conflito ou não - várias apropriações produzidas por diferentes atores sociais (LUNA, 2017), tendo como principal “tabuleiro temporal” dessa disputa, a vida cotidiana, pois é por meio das representações que a vida cotidiana estabelece a relação dialética, cada uma dessas dimensões sempre estarão associadas umas as outras, à medida que fazem parte do mesmo espaço relacional – o espaço social. Para Soja (1996), Lefebvre busca assim elucidar por meio das diferentes relações e associações destes espaços, uma forma de explicar como o homem se relaciona com o mundo e também como ele enxerga a sua realidade, entre as diversas incertezas do mundo concreto e subjetivo.

Sendo assim, busca-se compreender o espaço urbano de acordo com essas dimensões que se posicionam como instrumentos mediadores para representar a realidade que o homem consegue apreender com o seu conhecimento, confundem e se sobrepõem, em um processo contínuo e simultâneo, competindo às nossas percepções e a novas descobertas. Entretanto, essa competição não se dá em uma relação simples e estável, nem tampouco amigável, pois o espaço representado tende a absorver a prática espacial e o espaço vivido, o que nesta pesquisa será assimilada a importância desta percepção no espaço público, a saber: as aproximações e distanciamentos resultantes do confronto constituído entre presenças e ausências, entre ordem próxima/ordem distante, entre espaço concebido/espaço vivido, entre práticas sociais/representações do espaço/espacos de representação, entre espaço abstrato/espaço diferencial. O ponto central está em saber se essas relações se dão de forma consciente, ou se não, o que está por trás de serem desviadas, falsificadas e ignoradas (LEFEBVRE, 1991).

2.2 O espaço-vivido como ferramenta de emancipação social

Reiterando o posicionamento estruturalista de Lefebvre, a potencialidade de seu método de análise está na correlação entre cotidiano e prática social (LEFEBVRE, 2006), perpassando tanto os processos de produção concreta da sociedade - dos ofícios e dos bens materiais, da rigidez do trabalho, das relações imediatas, da repetição da troca e do consumo - quanto aos momentos de descanso - do lazer, da liberdade, do ato de criar, da ressignificação das coisas, das festas, do gozo, da apropriação do seu entorno, da presença em sua totalidade. É por meio de suas práticas sociais que os atores sociais produzem o espaço, seguindo objetivos e necessidades de acordo com o seu tempo e sua espacialidade, em dimensões do dia a dia que conformam valores, ritmos, funções, práticas, formas, rituais, etc.; e que causam diferentes conflitos e combinações à medida que o vivido, o concebido e o percebido se relacionam.

Para Lefebvre (2006), a síntese dessa relação se dá no espaço vivido – ou espaço de representação - pois significará o mundo como ele é vivenciado pelos sujeitos em seu cotidiano, é a forma fidedigna da atividade social humana impressa no espaço, demonstrando como o homem, em todas as contradições das suas dimensões, divergentes e convergentes, consegue se relacionar com o mundo: “Das contradições do que o ser humano é, aquilo que ele pensa ser e aquilo que ele gostaria de ser (LEFEBVRE, 1991, p.57).” Ao enfatizar a importância dessa vivência como divergente e particular, Lefebvre (2006) inquirirá sobre o protagonismo do corpo na experimentação do espaço e da sua condensação nele, como um processo temporal de vivência, ao passo que são impregnados nele conjuntos de subjetividades, símbolos, códigos, imagens, ideias, desejos, entre outros. As atividades presentes na vida cotidiana contêm dimensões da nossa existência, elas não acontecem sem o uso que se faz do espaço e do corpo, na repetição dos afazeres de todos os dias, seja ao escovar os dentes, se vestir, acessar o celular ou pegar um ônibus, o corpo age como um nó vital que se apropria ao espaço (LEFEBVRE, 2006).

Há de se atentar para dois conceitos significativos nessa reflexão, o tempo de construção desse espaço e a sua idealização, dada a partir do que é vivido na cotidianidade, mediada pelo uso que determina quais serão os atributos do espaço. É por essa razão que Lefebvre considera essencial analisar as dimensões tão profundas que compõem o ser humano, da subjetividade dos seus pensamentos, de seus aspectos psíquicos, de suas apreensões ideológicas e imaginárias, da sua corporalidade e sensualidade. Quando correlacionadas as relações (produção) à vida cotidiana (tempo), a prática social surge como uma extensão para propagar esses atributos.

Antes de produzir, antes de se produzir e de se reproduzir cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: ele aí se produz e o produz. Relação notável: o corpo, com suas energias disponíveis, o corpo vivo, cria ou produz seu espaço: inversamente, as leis do espaço, isto é, da discernibilidade no espaço, são aquelas do corpo vivo e do desenvolvimento de suas energias. (LEFEBVRE, 2006, p 138).

Santos (1996), irá associar o espaço vivido ao espaço banal, o espaço do todo e de tudo, que abrange diferentes atores sociais e dimensões da totalidade social, afirmando ainda, que o espaço banal relacionado ao cotidiano é um importante fator na análise da complexidade do real e do conhecimento. Por fim, o espaço vivido abrigará essas atividades, a energia do cotidiano na multiplicidade de suas relações, à medida que elas decodificam-se umas as outras gerando uma gama de possibilidades, onde impressas no tempo histórico do espaço, esta a consolidação desse agrupamento de possibilidades (LEFEBVRE, 2006). Seja pelo percebido ao enxergar na associação direta da realidade cotidiana com a percepção urbana – ao tempo (cotidiano) com os lugares das práticas sociais (escola, o trabalho, moradia, lazer); seja pelo concebido na imposição, pelos donos dos meios de produção ou governantes, de suas regras, formas e estruturas espaciais que imperam o modo de produção da sociedade capitalista; ou seja pela própria prática social da vida corriqueira, do conjunto das necessidades do dia a dia às fugas do lazer, das invenções e reinvenções do pensamento e da imaginação, do “jeitinho” e das adaptações frente às durezas

da vida. É a relação dialética instituída entre o ser e o perceber, o representante e o representado, o vivido e o concebido, onde complementa o autor:

Decodificação do espaço? Sim, para passar dos espaços de representação às representações do espaço, mostrando uma correspondência, uma analogia, uma certa unidade na prática espacial e na teoria do espaço. A decodificação como operação se revela tanto mais limitada que se detecta imediatamente a multiplicidade de espaços dos quais cada um pode se decodificar multiplamente. (LEFEBVRE, 2006, p.40).

De acordo com Soja (1996), compreende-se o espaço vivido à medida que ele passa do real ao imaginado e a ele retorna, sendo, portanto, espaços de encontro e reunião, onde há a simultaneidade da experiência e das atividades sociais. É desta relação de encontros-experiências que os sujeitos e os grupos sociais definem a sua apropriação simbólica, imaginativa e criativa, em seu cotidiano. Todavia, isso não significa que a dimensão do espaço vivido seja mais importante que as outras, já que todas ocorrem em simultaneidade. A emancipação estaria na apreensão do espaço social a partir da dimensão do vivido para que em reflexão, relacione-se – codifique - com as outras, complementa a esse pensamento o autor: “É imprescindível que o vivido, o concebido e o percebido sejam reunidos, de modo que o ‘sujeito’, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder” (LEFEBVRE, 2006, p. 51).

Por essa razão o espaço vivido se torna um ponto de partida, pois ele representará o resultado da concorrência entre o espaço de representação e as representações do espaço, mediados pela prática social, do qual em si agrega uma variedade de fatores. Tomamos a escala, como um dos fatores essenciais na influência das representações, posta à escala global e a local, tendo como um exemplo generalista, a preferência do público brasileiro a filmes estadunidenses aos filmes brasileiros (que desta forma, seriam mais propensos a representar a vida cotidiana brasileira). Outro exemplo, mais próximo às necessidades corriqueiras do cotidiano; é a escolha no almoço, de alimentos *fast-food*/processados/marmitex a alimentos preparados em casa. As práticas da vida

cotidiana influenciam na produção do espaço como resultado das relações estabelecidas pelo trabalho no modo de produção capitalista. Logo, pensando no atual momento de austeridades que promovem o arrocho salarial e o acirramento de direitos sociais e trabalhistas, cada vez mais os trabalhadores(a) tem menos tempo para preparar seus alimentos em casa (à medida que se estipula novos valores sobre a venda do seu tempo como mercadoria), devido ao aumento da carga horária do trabalho(s), do trânsito a caminho/volta, das tarefas domiciliares, de bicos para o pagamento de dívidas, entre outros. Assim se institui claramente que alguns agentes que compõem a sociedade – como o Estado também – dominam por meio do poder as cadeias que definem os modos de produção – representação – cotidiano.

Esses poderes dominantes também estarão presentes em outras formas de relações e que disputam com outros poderes dominantes entre si, como uma relação familiar educacional e outra realizada por meio de programas de TV. A publicidade terá um fator importante nesse aspecto, ao representar por meio do fascínio do espetáculo do consumo, intencionalidades que condensam emoções e reúnem arquétipos da vida cotidiana, a partir da naturalização de suas dimensões mais triviais que assimila na ausência, o discurso imaginário de construir sonhos, devaneios, desejos ou opiniões políticas, ao reunir o imaginário presente na subversão do inconsciente coletivo. Tomemos novamente o exemplo anterior, à medida que uma matéria é promovida como uma representação positiva em um telejornal, indicando o aumento das vendas de marmitex no mercado consumidor como uma melhora do aspecto econômico. Tanto o trabalhador que não se encontra, quanto àquele que se encontra em situação precária, poderá ver essa notícia como uma valorização positiva na representação de suas práticas sociais na vida cotidiana, endossando o modo de produção vigente, embora que, essencialmente, possa indicar justamente o contrário.

O mesmo pode-se dizer da canção sertaneja que relembra para o migrante da cidade como era a apresentação da vida do campo, mas que em partes de diferentes realidades, desarranja o imaginário da dura realidade laboral e de acesso ou do antagonismo das classes latifundiárias dominantes. Desta forma, as

contradições se apresentam como fator essencial da sociedade e das estruturas das relações humanas, como típica e inerente a elas, desvelando que a compreensão imediata de fatos e atividades é na verdade mediada por um longo e estruturado processo de vivências e de processos reflexivos, que concebem a opinião a partir da intensidade que as representações são assimiladas e significadas, ao pertencimento do espaço e da compreensão do ser na sociedade.

Por essa razão o conceito de alienação é tão caro para Lefebvre, pois o autor parte da suposição de que a compreensão da sobrevivência – e também da sua valorização de conformidade - do capitalismo contemporâneo, estaria na sua forma de produzir e perpetuar uma estrutura espacial constante, reproduzindo as relações de produção que por meio do conjunto de representações e de práticas espaciais consolidadas, normatizam-na à trivialidade do cotidiano e de suas diferentes esferas de materialidade e imaterialidade, intensificando as contradições na produção do espaço. Conformando assim, a reprodução de precariedades às relações de produção incorporadas as contradições da sociedade. Para Serpa (2014), o espaço vivido – diferencial - pode se opor ao “espaço alienado” – abstrato e confrontar os alicerces que compõem suas conformações sociais, por onde Frémont acrescenta: “[...] a alienação esvazia progressivamente o espaço dos seus valores, para o reduzir a uma soma de lugares regulados pelos mecanismos da apropriação, do condicionamento e da reprodução social (FRÉMONT, 1980, p. 242).

De acordo com Serpa (2012), Frémont foi um dos pioneiros a conceitualizar “espaço vivido” e alienação, onde complementa a explanação acima: “Desse modo, os homens se tornam estranhos a si próprios e ao espaço onde vivem” (Serpa, 2012). Para o autor, os espaços alienados são produzidos por dois meios ilusórios: as nostalgias passadistas e os reordenamentos dogmáticos, que participam nos processos de alienação do espaço e do tempo contemporâneos, substituindo as realidades presentes por paisagens, lugares e regiões idealizados, seja através de perspectivas passadistas, seja a partir de visões futuristas (FRÉMONT apud SERPA, 2012). A essa perspectiva adiciona-se o tempo e a presença como fatores decisivos no processo de alienação,

anteriormente vinculado por Lefebvre à representação e a ideologia. O homem que não está presente em seu tempo, não está inteiro em seu espaço, da mesma forma que a consciência de suas atividades não serão inteiras a ele, vivendo de realidades passadas ou de futuras, que remetem a essas atividades. O homem alienado sempre estará preso a esse movimento de busca de realidades, para trás ou para frente, dificultando a sua estabilização no vivido-presente para o processo de experiência-reflexão.

Podemos pensar no lazer como um exemplo; Para Lefebvre (1991), na conformação estrutural da sociedade capitalista, três atividades centrais compõem a vida cotidiana do homem no espaço vivido. A do trabalho, a da habitação (família) e do lazer. Conforme o “homem cotidiano” executa suas relações sociais para a manutenção da sua sobrevivência, seja na rigidez da repetitividade do trabalho, ou nas tarefas domésticas e familiares, o lazer, representará o prêmio, uma forma de fuga e de compensação ao trabalho, o momento de descanso e da “abstração”. Entretanto, essas atividades influenciam uma às outras de acordo com a percepção de sucesso e a valorização temporal que se aplicam a seus sujeitos - o tempo ou o desempenho gasto para realizá-los, por exemplo – conformando sujeitos que sempre estão em busca de algo, sempre a desempenhar um papel, mesmo no lazer ou no descanso.

É o que o filósofo Byung Chul Han (2017) irá chamar de “sociedade do desempenho”, remetendo-se a falsa ideia que acomete a sociedade contemporânea, de constante superação, de realização, de mobilidade e de velocidade em suas atividades e relações sociais. Assim como Lefebvre, o filósofo irá tecer uma crítica da sociedade moderna a partir das ideias de Nietzsche. Sob um pretexto romantizado de autossuperação e positividade exacerbada, o homem moderno está a todo o momento praticando ou planejando alguma atividade, um labirinto sem fim de incertezas e de interconexões, a distância da mão de um celular, por exemplo. Nas disputas entre potências positivas e negativas, o tempo de descanso deixa de cumprir o seu papel de ociosidade e passa a se alienar ao trabalho e a produção, como tempo de recuperação ou mesmo de investimento para eles (HAN, 2017). Quem nunca escutou, por exemplo, o famoso provérbio

japonês: “Treine enquanto eles dormem, estude enquanto eles se divertem, persista enquanto eles descansam, e então, viva o que eles sonham.”

Logo, uma sociedade onde as pessoas estão em constante ação, como uma fábrica que nunca para os seus maquinários, uma alusão à sociedade industrial (HAN, 2017), o concebido aprisiona o percebido e despreza o vivido. Isso desencadeia uma “sociedade do cansaço”, viciada em soluções rápidas e na praticidade frenética, repleta de problemas de saúde físicos e mentais que mitigam a capacidade de fuga das alienações. Na definição do autor, a alienação passa ter uma outra concepção, “vinda de dentro”, pois não demanda mais o outro atuante ideológico como o agente explorador, o próprio sujeito passa a aceitar a conformação de explorar a si mesmo.

[...] Hoje, vivemos numa época pós-marxista. No regime neoliberal a exploração tem lugar não mais como alienação e autodesrealização, mas como liberdade e autorrealização. Aqui não entra o outro como explorador, que me obriga a trabalhar e me explora. Ao contrário, eu próprio exploro a mim mesmo de boa vontade na fé de que possa me realizar. E me realizo na direção da morte. Otimizo a mim mesmo para a morte. (HAN 2017 p. 105).

Desta forma, cria-se um universo ideológico no imaginário da sociedade de consumo, onde mesmo as barreiras classistas são “supostamente” superadas, a partir da passagem do primeiro comercial de TV. Mesmo havendo a desigualdade material, os desejos dirigidos por objetos de consumo em comum, promovem uma unificação ideológica que coloniza o imaginário do homem comum (MARTINS, 1997). Classes e cotidianos diferentes, mas que se assemelham no mesmo anseio de produtos e de conjunto de ideias individualistas e competitivas, seguindo padrões de consumo e comportamento que mimetizam aqueles que representam a imagem de sucesso, o alto desempenho e a vida abastada. Processo esse que será atenuado pelo desenvolvimento das redes sociais e de suas realidades paralelas, transformando as formas de interação social e de realização pessoal. Entretanto, vale lembrar que são realidades diversas, com oportunidades, valores e qualidades diferentes, a ascensão social não é exclusiva para todos. Embora todos estejam conectados, todos assistem e todos desejam,

isso não irá implicar nas variáveis estruturais que resultarão em suas formas de consumir, um interesse desprezado: “O que importa é consumir independentemente dos meios ilícitos, degradantes, precários e violentos que são necessários trilhar para chegar a tal fim” (MARTINS, 2002 p 37).

[...] o vulnerável é capturado como consumidor, ainda que consumidor marginal, porque suas necessidades estão limitadas ao que pode ser satisfeito pelos resíduos do sistema. Não são necessidades que lancem para além do atual. Suas necessidades são necessidades que afirmam as liturgias da sociedade de consumo, seus valores e ideais. (adaptado de MARTINS, 2002, p. 35-36).

À medida que cada vez mais a ética é substituída pela estética no âmbito da política-ideologia, conformando e causando grandes impactos na percepção e na representação do espaço (LEFEBVRE, 1991), mais a sociedade se torna espetacularizada, contribuindo para justificar a ordem social e o processo de reestruturação produtiva. Esse agir no mundo está contaminado por conformações sociais em todas as atividades que participam do “entorpecer do espectador no acender e apagar das luzes da realidade”, seja o trabalho, a vida cotidiana, os meios de entretenimento, tempo de produção, etc. (LEFEBVRE, 1969). Essa conjuntura facilita a naturalização do progresso e aceitação da vida imposta sob o ator social, as representações corroboram para a constituição desse universo ao mesmo tempo que entorpece a racionalidade crítica. Empobrecendo assim, a esfera da circulação e do consumo como momento integrado da reprodução social, onde o mesmo se torna o principal protagonista dos objetivos e dos definidores de sucesso social da sociedade, o que não significa que não sejam revelados e questionados, porém, sempre presentes em consciência. Portanto, estabelece o ato de consumir como representação de algum sentido qualitativo que o mundo da mercadoria não preenche, a não ser como contravenção ou contraposição. Como expõe Lefebvre: “Não é o consumidor nem tampouco o objeto consumido que têm importância nesse mercado de imagens, é a representação do consumidor e do ato de consumir, transformado em arte de consumir.” (LEFEBVRE, 1991, p. 64).

Em uma realidade cada vez mais esvaziada de conteúdo, onde tanto o tempo de trabalho quanto o tempo de ócio perde a sua capacidade de abstração, a extensão do mundo da mercadoria preenche ideologicamente como consumo tudo aquilo que se coloca como necessidade de reprodução social. Logo, o próprio consumo, enquanto forma que é, deve se representar enquanto um conteúdo que efetivamente não está posto, traçando aqui um paralelo com Debord, Lefebvre definirá isto como a espetacularização do consumo, onde tudo deve se realizar na forma do consumo, e o que não corresponda a esta simultaneidade do consumo como consumo, passa a ser desinteressante, dispensável, inutilizável, apadrinhando à linguagem, o poder comunicativo para aquilo que pode ser mostrado ou não, falado, escrito, visto, pensado, etc. (LEFEBVRE, 1991). A percepção do olhar cada vez mais é educada à cegueira do consumo enquanto forma, dissimulando seu conteúdo quase como se tenta-se preenche-lo com ela mesma, dando centralidade a apresentação como um delírio para a atenção. Ao passo que, a densidade relacional dos conteúdos dos espaços vividos tornam-se periferia, assim como suas formas de apresentação compartilhadas em comunidade, do perceber, do refletir e do sentir o outro.

Em seu livro “A vida cotidiana no mundo moderno” (1991), Lefebvre irá realizar uma crítica à burocracia como forma de linguagem que legitima o ato ideológico ao poder, ao impor formas de contrato social que fortalecem o discurso da autoridade estatal e de todos seus aspectos estruturais como indiscutíveis, como a esfera jurídica, por exemplo, ao transformar fato em direito e a redução da realidade a cientificidade, “o poder do papel” (LEFEBVRE, 1991a p. 216). Desta forma, a “burocratização do consumo” irá aliciar e programar a cotidianidade, estabelecendo o espaço social e o solo do consumo organizado, direcionando-o nas mais variáveis possibilidades relacionais, de vigilância sob o outro e de coação auto-repressiva, instalando-se uma passividade de consensos indiscutíveis, um cotidiano terrorista (LEFEBVRE, 1991 p.208), onde complementa:

Na ‘sociedade terrorista’ reina um terror difuso. A violência permanece em estado latente. As pressões se exercem de todos os lados sobre os

membros dessa sociedade; eles têm uma enorme dificuldade para se desembaraçar delas, para afastar esse peso. Cada um se torna terrorista dos outros e seu próprio terrorista; cada um aspira a tornar-se um terrorista exercendo (nem que seja por um momento) o Poder. Não é preciso ditador, cada um se denuncia a si mesmo e se pune". (LEFEBVRE, 1991b, p.158).

Entretanto, a própria representação pode ser uma via de acesso à essencialidade do homem, a fuga desse círculo vicioso, não somente para a resistência à dominação, mas também para um aspecto criativo da relação com o espaço, ancorado na aliança da arte e do espaço vivido (SERPA, 2014). A arte quando estabelecida no vivido e no cotidiano objetivado pode, junto com a ciência, mostrar faces alternativas da vida espetacular banal e impositória, sensibilizando a liquidez do mundo material e trazendo o para o dentro, resignificando-o a uma outra emanção de experiência estética, que sente e evoca o ser social em si, e que pode conduzir o homem a níveis mais abstratos de conhecimento do real, emancipando-o no seu próprio agir do cotidiano, um retorno reflexivo a vida cotidiana de olhos abertos.

Para Lukács, "a arte é uma atividade que parte da vida cotidiana para, em seguida, a ela retornar, produzindo nesse movimento reiterativo uma elevação da consciência sensível dos homens" (LUKACS 1966, p. 132). Esse processo é fundamental para colaborar com a transformação das estruturas alienantes e a libertação das amarras do duro e frio cotidiano. O espaço vivido deve contrapor-se como referência da realidade presente, relacionando dialeticamente presente-passado e presente futuro, sendo retrospectiva e prospectiva a um só tempo: "é na duração longa das existências que, em definitivo, se pode construir um espaço vivido sem alienação" (FRÉMONT, 1980, p. 251). Logo, é a plena possibilidade do diferente, do inevitável, do não institucionalizado, é o grito da ordem próxima que sempre esteve presente nas ressignificações e revalorizações da cultura marginal, são novas maneiras de se utilizar e se apropriar do espaço, ao trazer a festa, a poesia e a alegria para o cotidiano, de dar voz aos precariamente incluídos e marginalizados, e de denunciar as coações sociais dos poderes hegemônicos.

Figura 3: Palhaço do calçadão da rua xv de novembro



FONTE: Wagner de Melo (2019)

A partir destas discussões sobre o espaço vivido que se desenvolverá a análise sobre o centro da cidade de Curitiba. Analisar-se-á a forma representacional desta problemática, visto que são consequências diretas da forma de organização política, presentes em todas as regiões do mundo em uma promoção estruturalizada de inclusão precária, premeditada e banalmente incorporalizada.

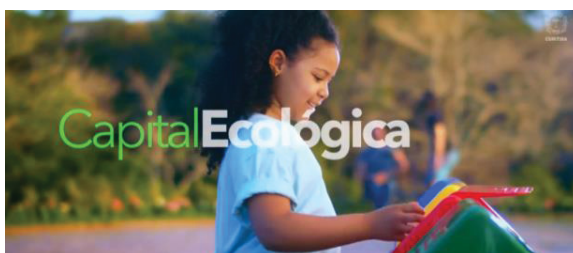
3 A REPRESENTAÇÃO DAS PRECARIIDADES NO URBANO DA RUA XV DE NOVENBRO

A cidade de Curitiba é popularmente conhecida como uma das melhores cidades para se morar no Brasil, sendo popularmente apresentada como uma capital brasileira de referência para outros países, com bons indicadores de qualidade de vida, polos industriais, programas de sustentabilidade e “city-marketing”. Na década de 1970, a cidade se industrializou e recebeu grandes empresas multinacionais, como a Siemens, Bosh, New Holland, Volvo, etc, com

políticas de acesso a infraestrutura, incentivo fiscal e doação de propriedades, o mesmo também se aplicou para o desenvolvimento de indústrias nacionais (OLIVEIRA, 2000). Entre essas e outras características, fundamentam a forte imagem da cidade vinculada a um forte processo de planejamento urbano que antecedeu outras capitais e grandes cidades do país, como a existência de um transporte público integrado, vias estruturais como canaletas, paisagismo e áreas verdes, leis de zoneamento e estética futurista.

De acordo com Oliveira (2000), sem contranarrativas a esse modelo, durante anos desenvolveu-se com sucesso os discursos da cidade, da “cidade que deu certo”, culminando em diferentes propagandas, como: “cidade modelo”, “capital ecológica”, “cidade europeia”, “capital da qualidade de vida”, “cidade limpa”, “cidade inovadora”, “smart city” entre outras que se tornaram referência nos estudos de urbanismo e planejamento urbano nacional e internacionalmente. Desta forma, fortalecendo a imagem da cidade e enraizando o seu sucesso no imaginário social, blindando assim, parte das interpretações críticas feitas pela cidade, seja pelos planejadores, acadêmicos ou cidadãos.

Figura 4 (a): Vídeo promocional “Curitiba a cidade das ideias”



FONTE: Canal de youtube oficial da prefeitura municipal de Curitiba (2019)

Figura 5 (b): Slogan, Curitiba a capital ecológica.



FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (2001)

Todavia, nas últimas décadas, a cidade tem sofrido grandes transformações no seu espaço, sendo a mais expressiva o aumento da sua população urbana em conjunto com a expansão da sua região metropolitana, acarretando um intenso fluxo diário de mobilidade urbana e de diferentes espaços

de atividades econômicas e práticas sociais. O planejamento urbano se deu em maior parte nas partes centrais e mais desenvolvidas da cidade, com políticas de agregação de valor a regiões já valorizadas (OLIVEIRA, 2000). As regiões periféricas, não foram acompanhadas com programas de infraestrutura e acessibilidade, acarretando em uma série de problemas e precariedades, acobertados pela prevalência de sua consolidada imagem da cidade imposta pelos agentes dominantes, como os meios de comunicação, planejadores, empresas imobiliárias, figuras públicas e políticos locais.

Compreendemos que são vários os problemas e as precariedades que uma cidade caracterizada como metrópole regional, como é Curitiba, irá apresentar, além de que as manifestações desses problemas se darão em diversos espaços que compõem a cidade, sobretudo naqueles de convívio público. Logo, a percepção acerca dos problemas e das precariedades que circundam os indivíduos, é influenciada pela sua vivência nos diversos locais que compõem a cidade e onde elas se manifestam; como bairros, comunidades, ocupações, centros comerciais, entre outros, como também é concebida e apresentada por outros meios além da relação direta que se dá com o espaço vivido. Um desses locais que representarão um espaço de compartilhamento de relações e práticas sociais, com atores sociais de diferentes lugares da cidade, ou seja, de centralidade e de encontro, de lugar de consumo e consumo de lugar, é o centro da cidade (LEFEBVRE, 2008a), onde complementa o autor.

[...] Os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Esta centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. [...] Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrines, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas veem, olham, falam, falam-se. É o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. (LEFEBVRE, 2008a, p.130).

Toda cidade impregna nos seus moradores um imaginário social do que representa o principal lugar de aglomeração de pessoas, uma rua ou praça com fluxo constante das mais diversas atividades sociais, normalmente comerciais, o que não quer dizer que necessariamente condicionam

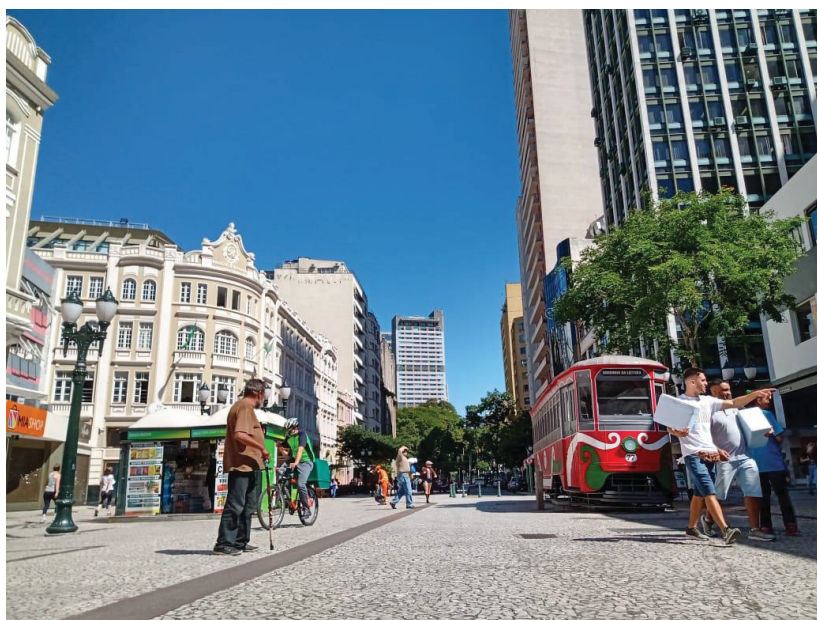
exclusivamente toda a centralidade da cidade e do fluxo de sua população a ele. Em grandes cidades há pequenos centros particulares aos bairros e comunidades locais, entretanto, sempre haverá um centro da cidade estabelecido, comum a todos os usuários da cidade, fundamentado por questões históricas, políticas, culturais e econômicas. Essa pode ser uma região que historicamente foi prioritária nos programas iniciais de planejamento urbano, sendo que em cidades grandes tais regiões tendem a conter elevado nível de verticalização, conjunção de destinos de transportes coletivos de outros bairros e uma complexa rede de atividades comerciais e financeiras.

Tomemos por exemplo o centro da cidade de Curitiba, onde várias são as praças e as ruas principais que simbolicamente representam ou já representaram em algum momento o imaginário coletivo curitibano de centro da cidade. Normalmente, há uma interligação entre uma rua principal que perpassa por essas várias praças, prédios, edifícios públicos ou centros comerciais. Esse era o caso da rua Barão do Rio Branco, que interligava a prefeitura - hoje o Paço da Liberdade - e a Estação Ferroviária – hoje o Shopping Estação – tendo entre eles a Assembleia Legislativa e outros prédios de importância da época, caracterizados hoje como “centro velho” de Curitiba (OLIVEIRA, 2000).

Atualmente, o calçadão da rua XV de Novembro é considerado uma das principais vias de Curitiba, componente de um importante valor simbólico à imagem da cidade, além de ser um local de grande concentração de atividades. Anteriormente chamada de Rua das Flores, o calçadão foi fundado em 1910, tornando-se na década de 1970, a primeira grande via pública do Brasil com tráfego exclusivo para pedestres, resultado de uma ampla política de planejamento urbano que incluiu o alargamento da via, sinalização, pavimentação, dentre outros elementos de paisagismo e ambientação estética, como passeios rebaixados e revestidos de ladrilhos e mosaicos (*petit pavê*), implementação de árvores, canteiros com floreiras, bancos para descanso e postes de luz estilizados, dos quais, são decorados de acordo com os períodos e as festividades do ano.

É uma das ruas de maior circulação da cidade, com movimentação de aproximadamente 250 mil pessoas por dia, segundo o IPPUC⁴ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), promovendo acessibilidade variada de serviços, como centros comerciais, lojas, galerias, shoppings centers, lanchonetes, bancas, bares, apartamentos, universidades, bancos, entre outros. Por ser um foco de grande visibilidade, é também rica em expressões e manifestações culturais, servindo de palco de apresentação para músicos, artistas de rua, artesãos, palhaços, pintores e expositores, constituindo também uma rica paisagem sonora. Além disso, conta com estruturas de ambientação estética acolhedora, como chafarizes, o Bondinho de Leitura e a tradicional esquina do Coral Infantil onde ocorrem apresentações natalinas ao final do ano. Contém também a chamada “Boca Maldita”, região de apreço histórico-político, comumente escolhida para manifestações políticas e intervenções sociais, como protestos, mobilizações trabalhistas, campanhas de saúde e conscientização, panfletagem partidária, entre outras.

Figura 5: Calçadão da Rua XV de novembro.

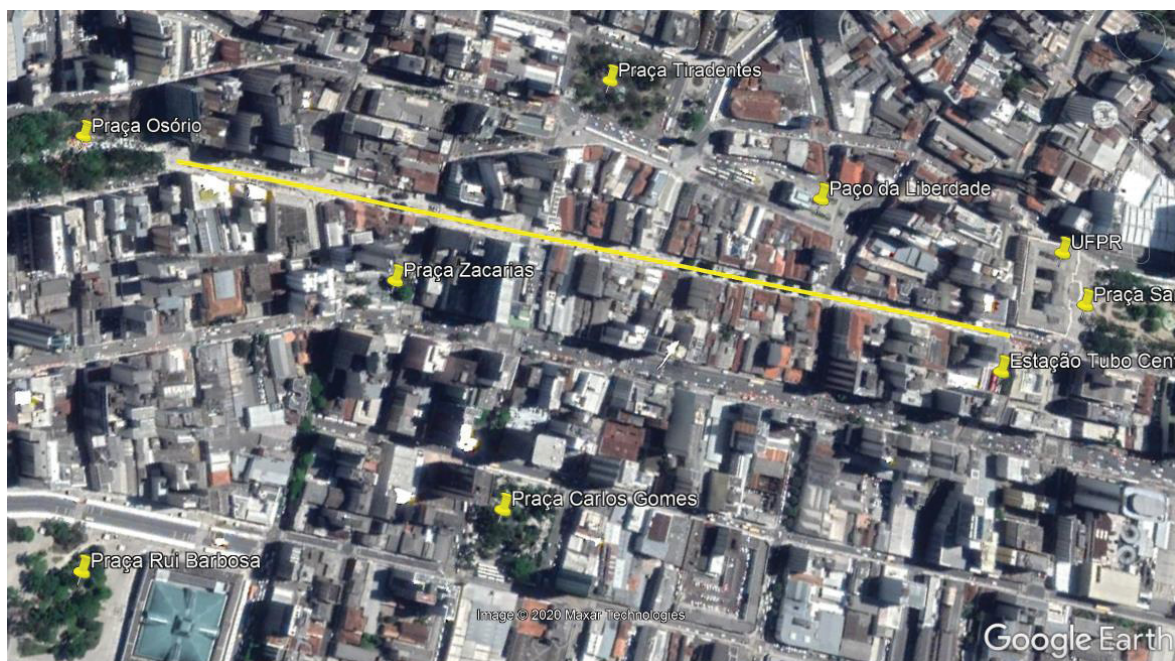


FONTE: Arquivo pessoal do pesquisador (2020)

⁴ Reportagem: “Greca defende avanços: “Parem com essa bobagem que sou higienista”. Disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=27363#&panel1-1

Embora popularmente seja considerada uma extensão até a Rua Voluntários da Pátria, o calçadão inicia-se entre a Rua Ébano Pereira e a Avenida Luiz Xavier, e termina na Rua Presidente Faria, continuando como rua (sem calçadão) em direção ao bairro Alto da XV, até as proximidades do viaduto da Praça das nações, na Avenida Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Entre os arredores do calçadão, está um conjunto de praças que exercem um importante papel de interligação viária, sendo elas: Praças Rui Barbosa, Praça Zacarias, Praça Osório, Praça Carlos Gomes, Praça Tiradentes, Praça Santos Andrade e Estação Tubo Central; além de outros prédios institucionais e históricos, como o Paço da Liberdade, o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, a Reitoria e a agência dos Correios, conforme a Figura 06 a seguir.

Figura 6: Imagem de satélite do calçadão da Rua XV de novembro e seus arredores.



FONTE: Google Earth, edição realizada pelo autor (2020)

O calçadão da Rua XV de Novembro representa um lugar de multiplicidade popular, visto que é um espaço público composto das mais diversas camadas sociais de todos os cantos da cidade e que transitam em uma infinidade de interações. Comporta desde o alegre palhaço, que imita os carregadores de

bebidas do restaurante local, cansados demais para notar a sua presença, até a boca cerrada e a cara incomodada dos moradores locais esperando na fila do banco. Abarca também o contraste do olhar despretenso dos fregueses e consumidores, dos quais, os vendedores ambulantes incansavelmente buscam a sua atenção para vender seus produtos. Olhando-os de longe suspiram os lojistas, presos aos seus vínculos formais, ansiosos por um pouco mais de agitação. Agitação não tão agradável para os fiscais, que visivelmente incomodados autuam artesãos indignados, que clamam em meio à esperança e a desilusão, a ajuda dos transeuntes. Estes, absortos em seu destino, caminham tão rápido que tamanha é a sua regularidade, que se tornam inofensivos aos olhares dos policiais. Em seu andar espaçoso, os “guardiões da ordem da cidade” atentam-se aos turistas e estrangeiros, estes muitas vezes contentes em sua procura pelas peculiaridades e curiosidades locais. Uma semelhança em comum se avista entre os turistas e um estudante que anda distraído com a música que toca em seus fones de ouvido: a semelhança das coisas em comum que lhes escapam. Uma paisagem que mistura diferentes sujeitos e práticas, evidenciando um ritmo intenso, em horários de pico, quase frenético. São relações alegres e tristes, cada qual munida de suas concepções e percepções, mas que muitas vezes são absortas em tamanha objetividade, que fazem da divagação do outro um improvável refém da casualidade.

Em meio a esse comum, um morador em situação de rua levanta de seus cobertores e recolhe suas caixas de papelão, quase como um adesivo descolado da paisagem urbana. Comumente ignorado e ofuscado aos olhares perpassantes, mas não para sempre, o espaço urbano é um limiar de tantas contradições que são quase que impossíveis de serem ignoradas, mas que em seu lugar, conformam processos entre não ver, ver, fingir não ver e esquecer. Quando captado em atenção aos olhares corridos dos transeuntes, rapidamente são refletidos para os estereótipos de suas concepções, uma mistura de pesar, injustiça e incapacidade, que levam ao julgamento que busca a culpa e os culpados. Esta pode ser atribuída ao próprio indivíduo em estado de precariedade ou às obrigações inconclusivas do Estado, os “problemas do Estado”. Porém, há

pouco tempo para um minucioso levantamento de suas possíveis causalidades, a compaixão e a indignação são postergadas, uma definição ou uma resposta é rapidamente preenchida em frente à emergência do objetivo previamente definido, tomando-se o rumo do comando novamente.

Figura 7: Morador em situação de rua dormindo no prédio histórico da UFPR.



FONTE: Organização Mãos Invisíveis (2018)

No Brasil, segundo o Censo da Pesquisa Nacional da população em situação de rua de 2016, há 31.992 pessoas em situação de rua. Já em Curitiba, segundo levantamento da FAS (Fundação de Ação Social de Curitiba) realizado no inverno de 2017, há 1.750 pessoas na mesma condição. Já de acordo com os dados levantados pelo MDS⁵ (Ministério de Desenvolvimento Social) de julho de 2019, este número subiu para 2,3 mil pessoas, um aumento de 200% nos últimos

⁵ Reportagem: “Em sete anos, população em situação de rua aumenta 200% em Curitiba” disponível em: <http://livre.jor.br/em-sete-anos-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-200-em-curitiba/>

7 anos. Esta é a segunda maior proporção em relação às capitais que participaram da pesquisa nacional e, vale lembrar, que de acordo com outros agentes, como o Instituto Lixo e Cidadania, ONG's, e o MNPR-PR (Movimento Nacional da População de Rua – PR) as estimativas do número de pessoas em situação de rua na capital paranaense são bem maiores do que os dados oficiais da FAS, tendo um grande acréscimo nos últimos anos sobretudo quando analisados no atual cenário de desemprego e crise econômica. A realidade desses atores sociais na cidade de Curitiba é caracterizada pelas mesmas questões e dificuldades de populações em situação de rua no resto do país: heterogeneidade de pessoas, dificuldade de sair da situação de rua, vulnerabilidade extrema, dificuldade de concretização de direitos fundamentais, e, cada vez mais recorrente, a violência contra esse segmento. Existem várias políticas e intervenções tanto de órgãos públicos, associações comunitárias, institutos, pastorais da igreja católica, ONG's ou mesmo grupos voluntários independentes, mas, ainda assim, remontam a processos duradouros e de difíceis resultados, das quais estão comumente alinhadas a questões políticas e ideológicas, racionadas de acordo com o tipo de apreço popular e seu público reclamante, demonstrando a importância estratégica da divulgação ou do acobertamento desta questão importante. Várias são as causas que podem levar a essa precariedade, como brigas familiares, problemas de saúde mental, ausência de vínculos parentais, alcoolismo e uso de outras drogas, fatal de moradia própria, desapropriação ou despejo por falta de pagamento de aluguel, demissão e desemprego, tal como muitos migrantes que se deslocam em busca de trabalho e assistência e não conseguem.

De acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), desde 2014 o número de desempregados no Brasil aumentou em 87,7%, em contrapartida, o número de trabalhadores sem carteira assinada, de autônomos e de subocupados, chamados de trabalhadores informais, aumentou para 41,3% da população ocupada em 2019, 38,763 milhões de pessoas, sendo a maior parte alocada no setor de serviços. No Paraná, o número de desempregados aumentou em 30% comparada a 2013, contabilizando em 2019,

um total de 441 mil pessoas. O trabalho informal também aumentou no estado com 34,4%, porém, em ritmo menor em relação ao resto do país. Já em Curitiba, que apresenta uma das menores taxas de desemprego no país, o número de trabalhadores informais é de 30,9%.

O Paraná, de acordo com levantamento do IBGE, é o terceiro estado do país que mais recebe migrantes, tendo essa dinâmica mais expressiva para a cidade de Curitiba, que além disso, recebe um grande número de migrantes de outras cidades do estado, devido ao seu desenvolvimento econômico e consolidada imagem da cidade. O número de imigrantes também aumentou na cidade nos últimos anos, de acordo com levantamento de 2018 do Ministério do Trabalho, a principal origem dos imigrantes é de países mais pobres, que enfrentam crises econômicas ou guerras, como haitianos, sírios, paraguaios, argentinos, entre outros. O levantamento também demonstrou que a maior parte desses imigrantes trabalham na área de serviços, como limpeza e alimentação.

Já quanto aos dados sobre a pobreza no país, de acordo com o Banco Mundial entre os anos de 2014 e 2018 houve um crescimento de 67% da população que sobrevive em condição de extrema pobreza no Brasil, 13,5 milhões, o mesmo aumento se deu para a população considerada pobre, chegando a 19,2 milhões de brasileiros. A pobreza atinge sobretudo a população preta ou parda, que representa 72,7% dos pobres, em números absolutos 38,1 milhões de pessoas. E as mulheres pretas ou pardas compõem o maior contingente, 27,2 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza. A desigualdade social também aumentou exponencialmente no país, onde de acordo com Ibre/FGV, o índice de Gini passou de 0,598 em 2013, para 0,627 em 2019, os 10% mais ricos tiveram um aumento de renda de 8,5%, ao passo que os mais pobres, tiveram uma queda brusca de 20% no rendimento médio, sobretudo para os mais jovens, analfabetos, idosos e pessoas negras.

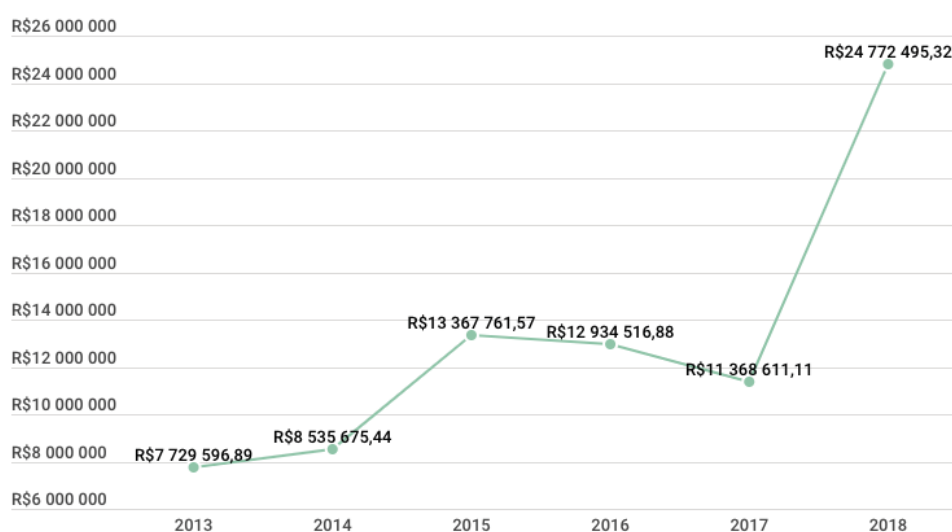
Embora a cidade de Curitiba seja comumente apresentada como uma cidade desenvolvida, de padrões elevados e que se destacam no cenário nacional, é também uma das mais desiguais. De acordo com Fórum Urbano Mundial da ONU, é a 17 cidade mais desigual do mundo e a 6 da América Latina,

esse cenário é ainda maior quando comparados os índices de qualidade de vida capital (45º melhor do Brasil) com a maioria dos municípios da região metropolitana, como Almirante Tamandaré (2139º) ou Itaperuçu (3992º), por exemplo.

Nesse sentido, a pavimentação e a limpeza da cidade são duas propagandas que sempre foram proeminentes divulgadas pelos seus gestores (OLIVEIRA, 2000), assim como pela atual gestão municipal de Curitiba, inclusive quanto à própria situação do calçadão da Rua XV de Novembro.⁶ Além disso, a atual gestão é a que mais gastou com publicidade nos últimos 6 anos⁷, chegando a um valor aproximado de 24 milhões de reais em 2018, dos quais 3,8 milhões atrelados somente a propagandas de asfalto novo, como mostram o gráfico e a figura 08 a seguir:

Figura 8: Evolução dos gastos da prefeitura de Curitiba com publicidade.

Evolução dos gastos em Publicidade (Institucional e Legal)



FONTE: Livre.jor

⁶ Reportagem: “Com auxílio do prefeito, calçadão é lavado”, disponível em:

<https://www.tribunapr.com.br/noticias/com-auxilio-do-prefeito-calcadao-da-rua-xv-e-lavado/>

⁷ Reportagem: “Prefeitura dobra gastos com publicidade em um ano”, disponível em:

<http://livre.jor.br/prefeitura-dobra-gastos-com-publicidade-em-um-ano/>

Figura 9: Propagandas de asfaltamento da prefeitura municipal



FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba (Instagram 2019)

Somado a isto, muitas reportagens e pesquisas, além movimentos sociais criticam as políticas higienistas da atual gestão da prefeitura em relação à população em situação de rua, com o endurecimento de políticas de assistência social, como o fechamento do guarda volumes que ficava na Praça Osório⁸ e o fechamento do maior abrigo central⁹, deslocando o mesmo para o bairro Sítio Cercado, na periferia da cidade, uma medida que segundo críticos visa afastar essa população do centro da cidade. Outra medida considerada autoritária é a truculência do trato dos guardas municipais, sobretudo no que diz respeito ao recolhimento dos pertences pessoais das pessoas em situação de rua. Desta forma, as políticas adotadas reforçam o caráter higienista adotado pelo Estado, sobre um pretexto supostamente positivo de revitalização e de maior limpeza com o espaço público, mas que contraditoriamente exclui os atores sociais mais marginalizados e mais dependentes deste mesmo espaço público. Estas políticas foram ainda mais exacerbadas no ano de 2020, no contexto da pandemia do vírus COVID-19, recebendo apoio de parte da população e fortalecendo a ideologia da

⁸ Reportagem: “Greca fecha guarda-volumes destinado a moradores de rua e fala “acabou a era Fruet”. Disponível em: <https://cbncuritiba.com/greca-fecha-guarda-volumes-destinado-a-moradores-de-rua-e-fala-acabou-a-era-fruet/>

⁹ Reportagem: “MP e Defensoria reagem a “políticas higienistas” de Greca contra moradores de rua” disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/mp-e-defensoria-reagem-a-politicas-higienistas-de-greca-contra-moradores-de-rua-94fwjm39cr4wb4oi92aphd5oa>

exclusão ao outro, em discursos que divergem até das ações de outras esferas do Estado, como evidenciado na fala do gestor: “Qual é o direito que existe em tempo de epidemia de permitir a sujeira numa cidade que é limpa, que é saudável, que é salubre e que ama o povo?” Não há higienismo nisso. Há falta de higiene em querer que more em locais que toda a cidade paga impostos para que sejam limpos”, continuou, recebendo aplausos da plateia. “Não existe direito humano que consinta em manter mocó, em manter lugar de sujeira, em manter lugar de infecção.”¹⁰ Desta forma, demonstram a atuação contraditória do Estado, e como as diferentes instituições que o compõem podem atuar sob ideologias e concepções sociais diferentes, contrapondo ou alinhando ideais de planejamento urbano frente aos interesses da gestão urbana local.

Este é um dos muitos problemas que são apresentados no calçadão da Rua XV de Novembro, problemas estruturais; como o descaso com os prédios públicos ou antigos, ruas mal sinalizadas e esburacadas, calçadas quebradas, o cheiro de urina ou esgoto, a poluição sonora e visual ou a acessibilidade limitada a deficientes físicos. Problemas esses que são muito mais expressivos em outras regiões da cidade em comparação ao centro, regiões carentes de infraestrutura, sobretudo as periféricas, que abordam problemas habitacionais, como ocupações e moradias irregulares, inchaço populacional, trânsito e subdimensionamento ou ineficácia da rede de transporte pública, enchentes e inundações, alto índice de criminalidade e violência, ou mesmo problemas ambientais, como falta de abastecimento de água, diminuição da permeabilidade do solo, poluição de rios e nascentes, entre tantos outros. São formas de precariedade que são facilmente visíveis quando concebidas à apresentação e apreensão desses espaços públicos, mas, e aquelas que estão invisíveis às apreensões superficiais? Aquelas que estão impregnadas nas práticas e interações sociais no cotidiano?

A correlação desses problemas estruturais com as interações humanas, alicerçadas nas pequenas ambições, tristezas e desejos da repetição

¹⁰ Reportagem: “Greca relaciona moradores de rua com crime e epidemia de coronavírus. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/greca-relaciona-moradores-de-rua-com-crime-e-epidemia-de-coronavirus>

do cotidiano, impregnam o banal em suas relações como precarizações invisíveis; na insegurança do trabalho informal do ambulante, nas longas horas de trabalho do motorista de aplicativo, do passo rápido dos transeuntes e do medo de serem assaltados, do pavor dos artesãos e artistas de serem abordados pela truculência dos policiais e outros órgãos fiscalizadores, do lojista que se preocupa diariamente em garantir o cumprimento das metas para não demitida, do ciclista temeroso que não tem seu espaço respeitado nas ruas pelos carros e caminhões, ou do desempregado idoso, ansioso para a entrevista de emprego que poderá tirá-lo da miséria. Dentre essas e tantas outras incertezas que percorrem cotidianamente o imaginário desses atores sociais.

Entretanto, nesse mesmo calçadão estão impressos muitos elementos positivos da representação urbana e simbólica da imagem da cidade de Curitiba, um lugar de encontro e movimentação humana, de atividades comerciais, feiras e festivais que abrigam e demandam as mais diversas interações sociais. Onde artistas performáticos, músicos, pintores e expositores, da região de Curitiba, de outras regiões do país e do mundo, apresentam suas expressões culturais. Um lugar com estrutura consolidada, com certa prioridade de manutenções e com amplas políticas de paisagismo que conformam um apreço estético acolhedor. Também um espaço de manifestação política, de conscientização popular e de intervenções ou campanhas públicas, que valorizam o imaginário desse espaço público curitibano e o seu pertencimento coletivo, um lócus de decisão política, onde, de acordo com Mitchell (2003), a retomada da sua centralidade estimularia a participação direta da população como agentes efetivos para soluções coletivas, como a procura da igualdade e a justiça social.

É por essa razão que escolhemos esse ambiente para a realização desta pesquisa, dentre tantas outros recortes espaciais possíveis do centro de Curitiba. Por representar um lugar de convergência de relações, o calçadão da Rua XV de Novembro é um espaço rico de contradições e de possibilidades, que dissimulam e influenciam as percepções de seus usuários, caracterizando-se como um local de conflito e de transformação de concepções e vivências.

3.1 A precariedade e a negação ao outro

Figura 10: Entre a sobrevivência e a precariedade.



FONTE: Wagner de Melo (2019)

Compreende-se que a precariedade não anula a busca da felicidade. Assim como a tristeza, a alegria é um componente essencial da dialética da vida humana, seja em gestos simples como um aceno ou um sorriso, seja na canção alegre de um artista de rua. Ela nos faz suportar a dor e o cansaço do trabalho, nos faz sonhar com uma liberdade utópica e esquecer temporariamente as preocupações e responsabilidades domésticas. Entretanto, como em uma areia movediça, a sociedade é conformada estruturalmente para ter parte das suas vivências baseadas na fuga do precário, um amparo que retrata a busca constante por migalhas que garantam um pouco de realização pessoal. Em vista das correntes que impedem a valorização de um tempo satisfatório de lazer e de descanso, é um amparo modesto, que incapacita a habilidade criativa humana e a aliena as satisfações práticas do consumo. Logo, ela – a precariedade - irá representar uma sombra que habita o imaginário dos sujeitos, e que pode refletir

em suas percepções, concepções e experiências pessoais, uma dialética entre realização e insegurança que coloniza diariamente a sua realidade.

Sobre esses problemas e precariedades, podemos compreender a sua causa em diferentes esferas globais, nacionais ou locais. Entre as globais, podemos citar aquelas como consequentes de políticas econômicas do atual sistema capitalista neoliberal, que incluem políticas de austeridade, como a mitigação da atuação do Estado, arrocho salarial e redução de direitos trabalhistas, desenvolvendo uma série de precariedades, como a profunda terceirização de serviços, aumento de desempregados e trabalhos temporários, dos quais com grande rotação contratual (BRAGA, 2012). Também haverá um grande estímulo a agendas ideológicas promovam serviços privados, instituindo privatizações e a precarização de infraestruturas e de serviços públicos, com um decréscimo de investimentos e da qualidade em setores de educação, saúde e transporte público, por exemplo.

Além disso, ao longo dos anos as cidades se tornaram cada vez mais um lugar oneroso para se viver, com um aumento do custo de qualidade de vida dado em praticamente todos os setores mercadológicos. Uma consequência estrutural das dinâmicas que compõem o sistema político-econômico vigente, perpassando por várias contradições desde as inovações tecnológicas e a implicação da redução do custo por produto, o aumento do consumo e do acesso ao crédito, e a ampliação do protagonismo da acumulação de capital financeiro e de políticas inflacionárias sistêmicas. Uma consequência representada na elevação do preço de produtos e da prestação de serviços considerados básicos, como alimentos, educação, saúde, transporte e, principalmente, o acesso à casa própria, este sobre grande influência da expansão do mercado da construção civil e da especulação imobiliária (HARVEY, 2005).

Entre as esferas locais e nacionais podemos citar a falta de atuação do Estado e de políticas públicas eficientes, tanto de salvaguarda da estabilidade econômica, quanto de promovedor de desenvolvimento social e econômico. No Brasil esses problemas serão acirrados a partir da crise econômica de meados de 2014, que se estende posteriormente para uma crise político-econômica e que irá

fragilizar ainda mais as poucas políticas de bem-estar social estabelecidas. Somado a isso, outros problemas tradicionais, como a corrupção e a manipulação de instrumentos governamentais para fins e interesses econômicos particulares, a associação de investimento público a disputas políticas partidárias, concentração latifundiária no campo, assim como a desregulamentação de infraestruturas e instituições locais que auxiliam as populações mais necessitadas.

As questões acima elencadas, ampliam as desigualdades sociais e a disputa pelo legítimo acesso dos moradores ao uso do espaço público na vida cotidiana, negando seu direito à cidade, sobretudo dos atores sociais mais vulneráveis. Obviamente que muitas medidas são tomadas e programas são criados para as soluções desses problemas, sendo várias as instituições e esferas que compõem o Estado, cada qual com suas limitações financeiras e políticas, ao compreender-se que são problemas complexos e de difícil resolução. Entretanto, é importante pontuar a falta de protagonismo do Estado como agente ativo na propagação de soluções que estimulem resoluções construtivas para esses problemas, no que tange a possibilidade de integrar esforços dos diversos participantes da sociedade, sobretudo a iniciativa privada, a promover soluções que estejam conectadas as vivências dessas realidades. Desta forma, construindo uma imagem da cidade baseada na construção de um imaginário social que preze pelo coletivo e pela solidariedade, no acolhimento das diferenças, na valorização do espaço público e na promoção de debates que alertem a importância da comoção social como fator desencadeador de união e de combate as injustiças sociais.

O falseamento dessas precariedades pode levar além do desconhecimento da gravidade do seu fenômeno, mas à conformação de um imaginário social que aceite essas precariedades como naturais e sempre presentes, não como uma anormalidade em uma sociedade supostamente desenvolvida. É por essa razão que nesta pesquisa optamos por abordar o conceito de precariedade, associando precariedade como uma forma de inclusão social insuficiente, ou como Martins (2002) afirma, uma forma de inclusão

precária. Um vício estrutural do sistema político-econômico capitalista, que corrobora seu descaso intencional ao perpetuar a sua manutenção.

De acordo com os dicionários, o termo precariedade é definido como uma qualidade de algo que é ou está precário, ou seja, aquilo que: esta insuficiente, em péssima condição, em ausência de estabilidade, incerto ou inseguro, cuja resistência é reduzida e pode ser facilmente afetado. São várias definições que podem ser relacionadas com alguns conceitos e teorias abordadas anteriormente. Desta forma, este termo é incorporado aos estudos acadêmicos à medida que os teóricos se voltam às questões políticas e aos fenômenos econômico-sociais que tem como consequência o acirramento da qualidade de vida. De acordo com Maurício (2015), a associação deste termo será originada nas análises da família e da pobreza na França no final da década de 1970, relacionando-se a condição social, moradias precárias, vulnerabilidade e acesso a equipamentos básicos como saúde e educação, deterioração de laços familiares e solidariedade precária. (GEORGES apud MAURICIO, 2015).

Posteriormente na década de 1980, o termo precariedade é aplicado para os campos de estudo que analisam as formas e conteúdos que compõem as atividades laborais na contemporaneidade (MAURICIO, 2015). Nesse sentido, vários serão os autores que irão estudar a problemática da precariedade do trabalho no atual cenário político econômico, associando as condições e relações de trabalho, de caráter frágil ou instável, como a informalidade, a flexibilidade de tempo, a ilusão do protagonismo colaborativo, ao falso autoemprego (STANDING, 2013), popularmente conhecido como “microempreendedorismo”, e a uberização de serviços¹¹ (ABILIO, 2017). Castel (2011) será um dos primeiros autores a analisar os processos de exclusão social na Europa sob este termo, a partir do declínio de políticas de Bem Estar Social em favor de leis que reduziram ou flexibilizaram as garantias trabalhistas, aumentando a desigualdade e

¹¹ De acordo com Abílio (2017) o termo uberização refere-se ao processo em que o trabalhador passa de empregado para nanoempresário-de-si, permanentemente disponível ao trabalho, retirando as seguranças laborais mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação a empresa. Além disso, esse processo representa uma evolução da terceirização já que transfere os mecanismos de riscos e custos não mais para outras empresas a elas subordinadas, mas para uma multidão de trabalhadores autônomos engajados e disponíveis para o trabalho.

insegurança social, junto com o acesso ao crédito, favorecendo a liquidez do mercado financeiro e a agenda neoliberal.

Desta forma, um processo de exclusão que se caracteriza por excluir um grande número de trabalhadores que tinham alguma segurança laboral, sem criar condições para a sua reinserção, definindo-os como “sobrantes”, uma perpetuação de exército de reserva de desempregados e endividados (CASTEL, 1998). Para Standing (2013), embora a precariedade possa ser vista como uma condição social, ela não é dada, pois necessita ser perpetuada por uma ação humana. É nesse sentido que o autor irá criar o termo “precariado” – relacionando precário com proletário - como uma representação de uma determinada classe ou grupo social de trabalhadores dentro da sociedade, que não tem estabilidade, possui trabalhos temporários e os realiza em péssimas condições. O Geógrafo brasileiro Ruy Braga em seu livro “A política do precariado: Do populismo a hegemonia lulista “ (2012), irá realizar uma crítica a esses dois autores, fundamentando-se a partir do processo histórico de formação do precariado, definindo-o como “proletariado precarizado”. Este autor irá analisar também a dimensão relacional do precariado como parte intrínseca da classe trabalhadora, um processo que sempre esteve presente nos modos de produção sobretudo na associação das relações laborais com a mercantilização do trabalho (BRAGA, 2012).

Uma outra definição mais aprofundada, que irá se espalhar para outras epistemologias integrando todos os aspectos existenciais que compõem a vida precária, irá discorrer sobre a sua presença em todas as esferas relacionais. Autores como Bauman (2007) e Butler (2011), irão seguir esta análise existencial entre outros aspectos intersubjetivos que trazem relações de insegurança, violência ou instabilidade, como questões de gênero, orientação sexual ou racial, transparência ou privacidade de dados pessoais, preocupações de moradia própria e endividamentos. Bem como, aspectos relacionados à capacidade de construir relações sociais afetivas ou mesmo de interação social (MAURICIO, 2015).

Butler (2015) irá analisar as relações de pertencimento que aproximam ou distanciam os sujeitos como processo de humanização ou desumanização, compreendendo a precariedade como uma condição social atrelada a vivência existencial humana, no sentido de que uma vida digna seria aquela que pertenceria a boas condições e apoios, e não uma exposta a condições precárias, onde a autora definirá como:

[...] designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doença, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. (BUTLER, 2015, p. 47).

A autora busca traçar uma crítica ao reconhecimento ou a ausência do humano através do corpo (ser), daquilo que efetivamente representa uma vida humana. Podendo ser mais ou menos reconhecido de acordo com as regras do sistema, que conforma as condições e os apoios. Nesse sentido, haverá uma hierarquização dos corpos, onde aqueles que se situam em condições precárias ou estão fora dos padrões do sistema, são irrelevantes, não são pertencentes ao sistema, são os “outros”. Não são reconhecidos como sujeitos e tem seus direitos básicos de valorização (vida) humana negados, corpos que não representam a comoção do luto, da perda, da vida que importa (BUTLER, 2015). Logo, o resgate aos “outros negados” definiria um processo de humanização, da valorização ao sentir e da exaltação da vida, onde “a vida exige apoio e condições possibilitadoras para poder ser uma vida vivível” (Butler, 2015, p. 40):

[...] o Eu que não se enxerga como semelhante no Outro, no marginalizado, torna-se incapaz de conceber a presença deste “corpo estranho” na medida em que sua não-presença, sua invisibilidade, mantém o distanciamento social necessário ao estabelecimento e reprodução das relações sociais vigentes. Os próprios sentimentos provenientes de um encontro casual, por exemplo, com um/a morador/a de rua demonstram muitas vezes a ideia da “indignação seletiva” como uma resposta estratégica ao imperativo de dada situação – será que ao nos acostumarmos a não-olhar e a não-interagir passamos agora a não-sentir? (BUTLER, 2015 p. 37).

Desta maneira, a precariedade irá atingir cada indivíduo de forma diversa, obviamente que aqueles que vivem a mercê da periferia do sistema capitalista, que se sobrevivem de forma subalterna e vulnerável, serão facilmente elencados. Entretanto, as complexas relações da sociedade moderna imprimem diferentes possibilidades de precariedades e configurações específicas que podem atingir qualquer ator social. O que nos leva a três importantes questionamentos: o quão próximo estes atores sociais estão de resoluções que possam interromper ou anular essas precariedades e vulnerabilidades?; qual é o papel das instituições na promoção ou mitigação delas?; e por fim, o quão conscientes esses atores sociais estão sobre as precariedades que se dão em suas vivências pessoais, na interação com outros atores sociais e nas precariedades que estão ao seu redor, carentes de atenção e interação social?

São várias as precariedades representadas em uma simples caminhada pela Rua XV de Novembro, problemas estes pertencentes à praticamente todas as localidades da cidade de Curitiba e com intensidade variável de acordo com os fatores de infraestrutura local, horário das atividades, épocas do ano, entre outros. Entretanto, por mais que estejam presentes, a sua apreensão exige um olhar intencionalizado, que escapam as confusões entre representação da imagem da cidade, práticas sociais e as vivências locais. Desta maneira, faz-se necessário pontuar dois aspectos pertinentes ao imaginário social – concebido - e as percepções e experiências próprias – percebido e vivido - dessas precariedades: a primeira dimensão são os problemas e as precariedades que todo morador/visitante/ex-morador já possui em seu imaginário sobre a cidade e a segunda se relaciona as dimensões perceptivas de cada um a partir de suas experiências próprias.

No que diz respeito à dimensão do imaginário social sobre a cidade, alguns dos problemas assinalados, terão uma resposta mais frequente ou comum devido às expressões e representações deles nos mecanismos de comunicação e a apreensão concebida que se dá nas relações sociais com outros indivíduos e de suas experiências próprias. Quanto à segunda dimensão, tem a ver com as percepções próprias que cada ator social da cidade vive e apreende de seu

cotidiano. Não serão todos os curitibanos que irão citar, por exemplo, o problema habitacional e o grande número de favelas que a cidade possui. Isto se dará obviamente pelas vivências e convivências com as diferentes realidades da cidade que cada sujeito relaciona em suas práticas sociais e o quão integrado estes dois aspectos estão relacionados. Há precariedades particulares de cada local e que escapam ao imaginário social construído sobre os problemas da imagem da cidade de Curitiba e do próprio calçadão da Rua XV de Novembro. É a pertinência dessa segunda dimensão que buscamos realizar como objeto de estudo quanto a nossa pesquisa.

3.2 Caminhos percorridos para a apreensão do vivido

Figura 11: Homens idosos conversando no calçadão.



FONTE: Wagner de Melo (2019)

Compreende-se que a tarefa de capturar as apreensões das relações subjetivas não seja fácil, mais se tornam ainda mais complexas quando separamos as suas coexistências e as reunimos novamente nos impetuosos

processos da análise metodológica. Sendo a Geografia uma ciência de origem descritiva que aborda as interações entre sociedade e meio, as categorias de análise do espaço geográfico, como território, paisagem, região, lugar, possibilitam uma grande variabilidade de levantamento de dados, com possibilidades de métodos de estudo e análises com perspectivas que integram diferentes subprodutos. Nesse sentido, o método qualitativo é amplamente utilizado nesta ciência, sobretudo nos campos da Geografia Humana, que abordam aspectos econômicos, culturais, sociais, urbanos agrários, com diferentes formas de análise e métodos de estudo.

Dentro dos considerados sub-campos da Geografia, está a Geografia Cultural, com enfoque teórico nos estudos sobre práticas e manifestações culturais. Porém, para Heidrich (2016), muitas das atividades deste campo se assimilam a algumas referências da Geografia Social, dando possibilidades de uma reflexão articulada, e até mesmo a concepção de uma geografia sociocultural (RAIBAUD apud HEIDRICH, 2016).

Logo, os temas comumente analisados pela Geografia Social, como os fenômenos e problemas da sociedade contemporânea, como a desigualdade, a segregação, a precarização do trabalho, reterritorializações e disputas territoriais, etc, podem ser assimilados em complementação as análises da Geografia Cultural, que conta com objetivações mais particulares, como os estudos sobre os simbolismos das paisagens, das percepções e representações do espaço, das identidades territoriais, estudos de gênero, religiões, festas, entre outros (HEIDRICH, 2016).

Entretanto, é importante deixar claro que esses campos possuem suas próprias metodologias de método qualitativo, sobretudo quanto ao recorte espacial, dimensão do participante(s) e o aprofundamento de suas subjetividades. Nesse sentido, elegemos Lefebvre (1974) e sua teoria do espaço social como possibilidade na busca da elucidação da problemática desta pesquisa. Assinalamos aqui, a capacidade da teoria de Lefebvre de sempre gerar novas possibilidades a partir das interações e dos rearranjos de seus diferentes

conceitos, nunca como uma resposta absoluta, mas como um novo caminho, como pontua Soja (1996).

A este desafio metodológico adiciona-se a necessidade do aprofundamento das percepções do indivíduo e do seu imaginário sobre o espaço, medida esta que Lefebvre propõe acolher em sua metodologia com a dimensão fenomenológica, sempre resguardando sua importância como parte integrante da totalidade de seu método de análise, e não um modelo ou característica separada a ele. Portanto, é um método qualitativo e fenomenológico, pois busca uma explicação casual para os fenômenos sociais que se dão dentro do íntimo da sociedade urbana, normas e coações sociais que influenciam diretamente na sensibilidade e na percepção humana permeando suas formas de interação, desde as mais visivelmente elucidadas até as mais complexas e ocultas, que enganam interpretações ou simplesmente escapam no marasmo da trivialidade. Ao propor o diálogo de metodologias, trazemos um enriquecimento não só metodológico para a compreensão do comportamento humano dado por suas relações sociais e espaciais, mas também um enriquecimento interdisciplinar, ao falarmos dos fatores psicológicos como exemplo, já previamente citados.

Assim sendo, propõe-se o método de análise do espaço social de Lefebvre como uma alternativa para a compreensão da realidade urbana, correlacionando as apreensões do espaço e as variações que se dão da sociabilidade do seu uso, seja em qual lugar for: como a cidade ou as partes específicas dela - um bairro ou uma zona industrial, uma comunidade periférica ou uma região que naturalmente concentre reuniões e encontros, inclusive de temporalidades (arquiteturas antigas e modernas) como a região central de uma cidade. Essas representações de sociabilidade no espaço sempre irão se posicionar em um espaço-tempo onde cabe a análise da sua discussão prática: quem está falando, de onde, a respeito do que e para qual público se objetiva esta fala.

As análises que visam a aproximação da realidade demandam um profundo arcabouço teórico, bem estruturado e que dialogue com a rigurosidade do método científico, a fim de criar um procedimento coerente entre a metodologia

e a prática de campo para uma melhor captação e interpretação dos objetos de estudo, manifestados no espaço urbano. As pesquisas no campo das ciências humanas, sobretudo as que possuem uma grande confluência de diálogos e metodologias, visam englobar elementos subjetivos e abstratos como fatores essenciais da abordagem da realidade, sobretudo as que compõem caráter fenomenológico. Sendo assim, a abordagem qualitativa apresenta-se como uma importante ferramenta não somente para uma análise mais profunda, mas de maior incorporação entre a descrição de seus detalhes. Teremos como base a perspectiva de Creswell (2010), que assinala que a pesquisa fenomenológica se utiliza de três elementos: a análise de declarações significantes, a geração de unidades de significado e o desenvolvimento de uma descrição da essência. Logo, para atingir o objetivo desta pesquisa adotou-se o método de pesquisa qualitativa com caráter exploratório, a fim de se elucidar as muitas dimensões que compõem os fenômenos sociais presentes na paisagem urbana, das quais muitas vezes são invisíveis aos métodos quantitativos. Um olhar mais subjetivo é necessário para compreender o jogo das contradições que se manifestam na totalidade social do cotidiano, separando, correlacionando e reinterpretando-as, entre seus aspectos positivos e negativos, a fim de revelar as dinâmicas que estão impressas na sua organização estrutural.

Entre as qualidades deste método está a sua flexibilidade em investigar a vida cotidiana. Tendo o sujeito como recorte central em suas expressões sociais é que se traz à tona a potencialidade deste método, pois busca abranger as dimensões dos diversos atores sociais que compõem a sociedade, possibilitando uma discussão que escapa a realidade pronta e absoluta, para a concepção de uma realidade profunda e diversificada. Sendo assim, esta proposta busca entender como a dinâmica das relações sociais e a percepção que se dá nas vivências de espaços públicos, influenciam nos processos de representação que compõem os elementos vistos como positivos e negativos da vida cotidiana, que ao regressar e serem conformados podem induzir nas relações e percepções futuras, neste caso para os fins de investigação desta pesquisa, a percepção da precariedade nos espaços públicos. Para tal, o principal instrumento para a

aplicação desta metodologia é a observação da vida cotidiana, sendo ela o elo que interliga a produção e a reprodução da vida, das práticas espaciais e o espaço vivido.

A análise da vida cotidiana e dos elementos que compõem a sua cotidianidade possibilitam um maior esclarecimento da sociedade e de seus sujeitos ou grupos sociais, como ela é vista, como ela se percebe e de como ela é vivida ao perpassar diferentes apreensões da realidade. Salientando a importância da demonstração da reprodução da vida humana como evidência das suas mais diversas relações, das mais repetitivas às mais intuitivas, banalizadas no cotidiano, mas sempre a mercê do fetichismo, do prático e da mobilidade que caracterizam a vida contemporânea (LEFEBVRE, 1991). Logo, a caracterização deste espaço vivido só pode ser analisada por meio da experiência cotidiana de seus agentes participantes. A pesquisa qualitativa pode incluir outras informações além das palavras das entrevistas, como sons, fotografias, mapas mentais, observação participante, entre outras ferramentas, onde, de acordo com Creswell (2010 p. 184): “se baseiam em dados de texto e imagem, têm passos únicos na análise de dados e usam estratégias diversas de investigação”.

Para o emprego das entrevistas, é necessário percorrer uma série de técnicas, metodologias, estilos e modelos, a fim de se coletar dados e apreensões sobre um determinado objetivo orquestrado por um pesquisador, com o fim de obter informações sobre o que as pessoas sabem, acreditam, fazem, sentem, desejam, interpretam, etc. Dessa maneira, a aplicação da entrevista torna-se uma importante ferramenta para a análise qualitativa na elucidação de questões que escapam as limitações da apreensão da realidade prática, ao congregar respostas que vão das mais intuitivas e superficiais, até as mais profundas e de difícil expressão; como os sentimentos, percepções, imaginários, ideais, valores, etc, que se bem captados, podem revelar as opiniões ocultas – como preconceito, medo, descaso, desprezo, entre outros. Ou seja, a entrevista possibilita o contato do pesquisador com elementos substanciais e reais da visão de mundo dos entrevistados, que podem aflorar durante o decorrer da entrevista à medida que o

entrevistado se relaciona com o mediador-entrevistador frente à problemática da pesquisa (CRESWELL, 2010).

Há várias formas de se realizar uma entrevista, que vão desde conversas mais informais e descontraídas, até outras mais formais e com perguntas mais reguladas. Não necessariamente o entrevistador deve seguir de forma rígida a essas recomendações, pois é importante fazer parte da sua metodologia de entrevista a busca de bons resultados, o que exige saber lidar de maneira flexível ante as diferentes situações. Para Thompson (2002), há algumas qualidades que são essenciais para que um entrevistador seja bem sucedido, sendo elas: respeito pelas pessoas, mostrar-se interessado e compreensivo por suas respostas, saber ser profissional com as suas reações e, o mais importante, ser paciente para escutar cada entrevistado em seu tempo, sem interrompe-lo.

Inicialmente, foram realizados campos para o mapeamento e a observação do local de análise, levantando informações básicas e essenciais para posteriormente elaborar as formas de abordagem, assim como as primeiras perguntas de teste. Essas perguntas são chamadas de perguntas exploratórias, essenciais para compreender o ambiente de pesquisa e dos entrevistados, afim de se experimentar qual a correspondência dos dados recolhidos com o objeto de pesquisa, se estão seguindo em concordância com a metodologia ou se precisam sofrer alterações e necessitam o levantamento de outras fontes (THOMPSON, 2002). Para isso, é essencial que o entrevistador esteja munido das informações básicas do local, procurando relacionar os contextos históricos às especificidades atuais, para que as suas perguntas possam seguir de acordo com a forma de entrevista escolhida. Em entrevistas estruturadas isso pode variar, afim de ajudar o entrevistado a se manter preso a um determinado tema, ou informação relevante. Já num modelo de entrevista não tão engessado, mais livre e aberto, demanda um conjunto de perguntas que possibilitem uma apropriação do tema pelo entrevistado, deixando-o articular suas ideias e expor suas opiniões por completo, trazendo muitas vezes dimensões ou probabilidades não esperadas, que podem vir a enriquecer a conclusão da pesquisa.

Logo, a prioridade do entrevistador é dar voz as percepções do entrevistado, potencializando sua interpretação a cerca da sua sociedade, da sua relação espacial e de sua vida cotidiana. É também um fato importante a ser elencado, sobre o próprio papel social que um entrevistador representa como transformador social, uma vez que perguntas bem assertivas podem causar uma “pulga atrás da orelha” no caminho para casa do entrevistado, podendo temporariamente acompanhá-lo nas reflexões da sua realidade (THOMPSON, 2002). As entrevistas foram realizadas durante o dia, sobretudo no período de manhã e da tarde, com duração variada de 10-20 minutos por cada entrevista, com termo de consentimento oral e com o uso de gravador na maioria delas. Optou-se pelo anonimato dos entrevistados, à medida que caracteriza-se como um componente facilitador para entrevistas semi-estruturadas, que podem ser flexibilizadas ou afrouxadas, para que o entrevistado se sinta mais confortável e solto para expor suas opiniões durante o processo da entrevista, visto que nas entrevistas exploratórias, muitos entrevistados ficaram desconfiados com a finalidade da entrevista. Tratando-se de uma pesquisa sobre um espaço público central para a imagem da cidade, muitos entrevistados perguntaram se era algum tipo de pesquisa de marketing para a cidade. Procurou-se evitar meses de datas festivas e simbólicas, como o Natal, a Páscoa e o Carnaval, ao perceber que essas datas, embora que de forma mínima, influenciam na percepção dos entrevistados, como citaremos a seguir nos processos que seguiram ao desenvolvimento da entrevista, e que a própria alusão ao fenômeno festivo poderia caracterizar uma diferente problemática para um futuro projeto de pesquisa.

Como abordado anteriormente, o recorte espacial de análise escolhido foi o calçadão da Rua XV de Novembro, no centro da cidade de Curitiba, que tem um papel central de interligação entre 5 pontos onde há um grande fluxo de transição e passagem de pessoas, sendo eles respectivamente: as praças Tiradentes, Rui Barbosa, Osório, Zacarias e Carlos Gomes. Essas praças recebem grande parte do público que passa por elas e de onde a maior parte das pessoas entrevistadas passaram. Sua aplicação se deu de forma semi-estruturada, aproximando-se de

um diálogo corrente e livre entre o entrevistador e o entrevistado, porém, com perguntas chaves, chamadas de “perguntas geradoras”, que direcionam o diálogo para o objeto de estudo. As perguntas foram construídas visando conhecer as apreensões do cotidiano dos entrevistados, ou conforme as preposições da teoria lefebvriana, suas práticas, suas formas de vivência e representações espaciais, perguntas simples e diretas, mas abertas, permitindo uma elucidação construtiva de ideias do entrevistado. Para facilitar essa construção, as perguntas foram desenvolvidas seguindo temas e aspectos que se correlacionam, a medida que uma resposta pode elucidar uma outra pergunta, complementando-a e direcionando-a como um mapa (THOMPSON, 2002).

Logo, um roteiro foi realizado seguindo a proposta de três momentos: com a apresentação e abertura de diálogo, o primeiro momento foi composto de perguntas consideradas de levantamento de dados estruturais, ou seja, conhecimentos genéricos do entrevistado, como idade, gênero e atividade (para caracterização do grupo social), seguindo de perguntas relacionadas às localidades do recorte espacial, como: “Você costuma andar pelo centro?” “Realiza algum trajeto?”.

O segundo momento foi composto de perguntas de caráter mais pessoal, com possibilidades de interpretações que enriquecem os dados e as informações recolhidas. Perguntas que são compostas pela alusão de elementos descritivos da paisagem imaginária do local. São perguntas como “O que mais lhe chama a atenção na Rua XV e seus entornos?”, “Quais são os elementos (coisas) que mais te agradam”, “Quais são os elementos (coisas) que mais te desagradam?”, “Como você descreveria o público que frequenta a Rua XV?”.

O terceiro e último momento propôs encerrar a pesquisa com perguntas que envolvem os elementos levantados anteriormente, questionando a percepção progressiva-temporal desses problemas ao colocar uma forte ênfase nas suas concepções pessoais. Foram as perguntas: Você sentiu alguma mudança, de alguns anos atrás? Você consideraria isso normal para uma cidade grande? Na sua opinião, quem é o responsável por solucionar esses problemas?

Desta forma, realizou-se uma análise dessas perguntas contrapondo os aspectos levantados pelos diferentes grupos sociais, junto com as observações empíricas realizadas pelo pesquisador.

3.3 A percepção da precariedade no espaço vivido do calçadão da rua xv de novembro em Curitiba

Figura 12: As relações do calçadão da Rua XV de Novembro.



FONTE: Wagner de Melo (2019)

Para compreender as multiplicidades das relações de percepção do vivido no espaço público, buscou-se analisar as narrativas de diferentes indivíduos que compõem esta paisagem urbana. O critério para a escolha dos entrevistados, baseou-se em atores sociais que percorressem este calçadão e possuísem diferentes relações e práticas com o espaço de estudo, seja para passeio, para trabalho, para passagem ou para moradia, depreendendo-se assim diversas

alternativas de percepções e concepções espaciais. Desta forma, buscou-se dividir em grupos diferentes, sendo eles: transeuntes, trabalhadores locais, moradores da região e turistas.

Compreende-se que uma grande parcela dos entrevistados são também trabalhadores ainda que de outras regiões do país, mas que estavam a passeio, como os turistas. Alguns transeuntes que estavam de passagem pelo local a passeio ou para realizar compras ou outras atividades eram também trabalhadores, porém de outras localidades da cidade e, de igual modo, os moradores locais que possuem sua moradia nas proximidades do calçadão. Desta forma, a categoria trabalhadores aqui assinalada se refere aos trabalhadores locais, que representam os sujeitos que exercem as diversas atividades laborais no calçadão ou ao redor dele, podendo ser lojistas, ambulantes, panfleteiros, artesãos, artistas, entregadores, motoristas, dentre outras funções. Dos 34 entrevistados, 13 são trabalhadores locais, 9 transeuntes, 6 moradores e 6 turistas, de idades e atividades variadas, sendo 19 homens e 15 mulheres.

Seguindo a proposta de analisar as perguntas em momentos, as primeiras perguntas buscaram demonstrar a frequência e o tempo de permanência no recorte espacial, ou seja, o quanto o calçadão da Rua XV é utilizado diariamente pelos participantes entrevistados e quais outros lugares do centro de Curitiba os entrevistados também vivenciam, como praças, ruas, galerias entre outros, como por exemplo, o caminho do ponto de ônibus até o trabalho, a uma loja, faculdade ou à própria moradia.

Sendo o calçadão da rua XV de Novembro e seus arredores locais de concentração de pessoas e de estabelecimentos comerciais, foi esperado que a maior parte dos entrevistados fosse de atores sociais que cotidianamente utilizam-se e transitam nesse espaço público para exercer suas atividades laborais. Dentre os integrantes da categoria “trabalhadores locais”, foram entrevistadas 13 pessoas, sendo 5 mulheres e 8 homens, as idades variaram de 19 a 65, sendo que a maior parte das pessoas entrevistadas passa muitas horas nesse ambiente visto que seus trabalhos são vinculados ao espaço do calçadão.

A maioria desloca-se de ônibus até o local, passando por praças como a Tiradentes, Rui Barbosa e Santos Andrade.

Entre os moradores da região entrevistados, as idades variaram de 29 a 65 anos, sendo a maioria composta por pessoas mais velhas que se deslocam a pé ou de bicicleta, no caso dos mais jovens. Foram entrevistadas 6 pessoas, sendo 2 mulheres e 4 homens. Como são moradores das proximidades da Rua XV, costumam passar ou utilizar diariamente o espaço do calçadão, assim como seus arredores como a Praça Tiradentes, a Reitoria e o Largo da Ordem.

Da categoria dos transeuntes foram entrevistadas 9 pessoas, sendo 4 homens e 5 mulheres. A idade variou de 17 a 67 anos, diversificando entre aqueles que diariamente passam pelo calçadão, como estudantes ou trabalhadores que fazem conexão para outros bairros, e aqueles que passam casualmente para realizar consultas médicas, procurar ou efetuar entrevistas de emprego, fazer compras ou para conversar com amigos. A maioria desloca-se de ônibus ou de carro, também passando por praças e ruas próximas ao calçadão.

Dentre os turistas, foram entrevistadas 6 pessoas, sendo 3 homens e 3 mulheres, com idades que variaram entre 27 e 68 anos, todos trabalhadores com exceção de uma senhora aposentada e que já morou em Curitiba. Alguns estavam visitando o calçadão pela primeira vez, enquanto outros já haviam o visitado em outras ocasiões, assim como as localidades ao redor. A Praça Tiradentes e a Catedral foram lugares citados, provavelmente pelo fato de ser o ponto de início do principal ônibus de turismo da cidade, que cruza o calçadão na altura da Rua Ébano Pereira e regiões próximas, como o Paço da Liberdade, Centro Histórico e Rua 24 horas. Com os turistas pôde-se flexibilizar o local de realização das entrevistas, visto que dois turistas mencionaram estar seguindo seus itinerários, sendo que um deles afirmou já ter realizado uma pesquisa prévia sobre outras localidades turísticas da cidade. Outros entrevistados também citaram os espaços característicos da representação da imagem da cidade, como o Jardim Botânico, o Museu do Olho, a Ópera de Arame e os parques Barigui e Tanguá. Muitos deslocaram-se até o local por meio de motoristas de aplicativo.

Essencialmente, cada indivíduo irá possuir apreensões e significações particulares, neste caso, visto a generalização das perguntas e das informações coletadas neste primeiro momento, será analisado quais são as proximidades entre essas significações que se dão na vivência conjunta de realidades. Logo, alguns grupos sociais irão compartilhar práticas sociais semelhantes, impressas pelo uso cotidiano em comum dos espaços vividos. Seja no ônibus parecido que utilizam para se deslocar, dos restaurantes que usufruem – podendo contrapor-se entre servente e servido - das músicas que escutam ao caminhar ou ao esperar atendimento na loja, ou seja, símbolos que são significados de forma única para cada indivíduo, mas com processos de codificação similares quando correlacionado com os espaços coletivos de vivência em comum. Essa semelhança pode ser verificada sob várias formas entre os grupos sociais estudados, como os moradores e os trabalhadores locais que usam durante várias horas este espaço, ou os caminhos até as praças que os transeuntes e os trabalhadores locais utilizam cotidianamente. Uma moradora e uma transeunte podem compartilhar da mesma sensação de medo em um trajeto mais escuro, ou a sensação de alívio entre um transeunte e um trabalhador ao chegar ao ponto de ônibus com ele presente.

Embora pareça mais fácil de assimilar os processos de produção e reprodução do espaço de cada indivíduo, partindo da generalização das suas informações, também se faz necessário analisar as suas diferenças. Quando relacionamos, por exemplo, os turistas a um dos grupos sociais, vemos que as suas realidades e o uso desses espaços constituem vivências passageiras, com diferentes níveis de apreensões estéticas, não tão viciadas às relações banais do cotidiano. Um turista pode se ver muito satisfeito com a comida de um restaurante local, ao passo que um trabalhador ou morador local pode se ver enjoado de comer ali diariamente, o mesmo pode ser dito sobre o entusiasmo de uma paisagem turística ou atração local rotineira. De outros grupos sociais uma comparação pode ser feita entre um morador que utiliza um ônibus lotado pela primeira vez e um transeunte que o utiliza cotidianamente, ou mesmo entre os próprios transeuntes.

Observou-se que muitos dos trabalhadores locais que estão atrelados ao espaço do calçadão são jovens, com trabalhos que variam desde lojistas e atendentes, a outras atividades mais mecânicas e repetitivas, como entregadores, ambulantes ou panfleteiros, por exemplo. Como exercem grande parte da sua função em pé, se locomovendo ou interagindo e abordando os transeuntes, também tendem a utilizar constantemente os bancos e os canteiros para descanso ou estacionar suas bicicletas, visto que a poucos locais adequados para isso no calçadão. Notou-se também que muitos dos panfleteiros e ambulantes, principalmente os anunciadores de restaurantes, populares e mais baratos, durante toda a extensão do calçadão, são pessoas mais velhas e humildes, algumas mais idosas que trazem consigo uma expressão abatida e de cansaço.

Há alguns momentos de picos de movimentação de transeuntes e trabalhadores no calçadão durante o dia, sobretudo no período entre as 8 e 9 horas da manhã, quando vários comércios e estabelecimentos começam a abrir. Outros horários observados de ampla movimentação, principalmente de compradores, de acordo com um lojista local, se dá entre as 10 horas e 11 horas, após o almoço entre 13 e 14 horas, e no final da tarde a partir das 17 horas. O deslocamento de carros é bastante intenso durante o dia, principalmente na chamada hora do “rush”, assim como o fluxo de entregadores, motoboys e ciclistas, principalmente de aplicativos, nos períodos que antecedem e precedem o horário do almoço. Embora seja proibido andar de bicicleta, alguns ciclistas utilizam o calçadão para se locomover, o que intimida os transeuntes e trabalhadores locais. Dentre toda a extensão do calçadão, observou-se a maior presença de turistas no seu começo, próximo a Boca Maldita. Esta parte do calçadão apresenta uma grande concentração de estudantes, devido as universidades presentes no local, assim como algumas lojas, serviços e restaurantes mais sofisticados. Como citado anteriormente, é também onde há a maior presença de exposições e atividades culturais, sobretudo próximo a chamada “Pedra” e ao Bondinho da leitura, dependendo da época do ano há feiras e festivais na Praça Osório.

Passando para o segundo momento, buscou-se conhecer quais são as percepções superficiais e o imaginário construído do local de estudo, enquanto a segunda e terceira perguntas objetivam elucidar quais são os elementos mais apreendidos esteticamente pelos entrevistados, quais são as lembranças que são mais confortavelmente relacionadas, ou aquelas que são mais incômodas. Por fim, a última pergunta investiga quais são as impressões de interação social que o entrevistado enxerga, tanto pessoal, quanto dos outros atores sociais que estão ao seu redor e compõem significações de seu imaginário social. Os dados coletados foram sintetizados nas tabelas a seguir:

Tabela 01: Entrevista dos trabalhadores locais.

TRABALHADORES LOCAIS					
	Idade	Atividade	Gênero	Aspectos positivos	Aspectos negativos
Trabalhador 1	20	Entregador	Masculino	Arte na rua, árvores e paisagismo.	Assalto, violência.
Trabalhador 2	20	Cozinheira	Feminino	Acessibilidade para usos comerciais e serviços.	Nada.
Trabalhador 3	21	Lojista	Feminino	Shopping, lojas, banquinhos para descansar e praças.	Moradores em situação de rua, muitas pessoas.
Trabalhador 4	23	Entregador	Masculino	Muito trabalho, lojas legais, região plana.	Público distraído, polícia, não tem ciclovía.
Trabalhador 5	25	Vendedor Ambulante	Feminino	Segurança e movimentação de pessoas.	Pessoas arrogantes, trabalho esgotante, metas. Caminho da volta perigoso.
Trabalhador 6	28	Motoboy	Masculino	Comércio, paisagismo e árvores.	Sujeira e cheiro ruim.
Trabalhador 7	29	Ambulante	Masculino	Calçadas, movimentação, artistas.	Polícia, motoristas irritantes, moradores em situação de rua.
Trabalhador 8	37	Instalador	Masculino	Diversidade, bom convívio, pouca divisão social.	Calçamento ruim, mal cheiro, sujeira, baixa acessibilidade.
Trabalhador 9	39	Gari	Masculino	Movimentação, muitas lixeiras.	Descaso com o lixo, pobreza, moradores em situação de rua, pouca ajuda.
Trabalhador 10	47	Motoboy	Masculino	Ruas excelentes, limpeza, policiamento, praças, pessoas de bem, paisagismo, governo federal.	Nada, tráfico e mendigo estão diminuindo.
Trabalhador 11	51	Lojista	Masculino	Datas festivas, calçadão.	Roubos, sujeira, estacionamentos, periquitos.
Trabalhador 12	57	Artesã	Feminino	Cotidiano, apresentações musicais, infância.	Violência, medo, moradores em situação de rua, vento e frio, ônibus, polícia.
Trabalhador 13	65	Panfleteira	Feminino	Comunicação, exposições artísticas, conversar.	Pessoas arrogantes, roubo, moradores em situação de rua.

Fonte: (O autor 2020)

Tabela 02: Entrevista dos moradores.

MORADORES

	Idade	Gênero	A. Positivos	A. Negativos
Morador 1	29	Masculino	Gosta do clima da rua, da arquitetura, Acústica, bancos de descanso e infraestrutura.	Moradores em situação de rua, ambulantes gritando, polícia.
Morador 2	32	Masculino	Acessibilidade, lojas baratas e restaurantes baratos.	Moradores de rua, se incomodava, mas hoje nem tanto, quer fazer trabalho voluntário.
Morador 3	38	Masculino	Arquitetura, movimento artístico, peculiaridades das pessoas.	Moradores em situação de rua, humildes em abandono, mais atenção para essas pessoas.
Morador 4	48	Feminino	Rua agradável e movimentada, muita gente. Bonitas e feias.	Rua muito suja e poluição, difícil de respirar.
Morador 5	56	Masculino	Limpeza, acessibilidade	Muita movimentação, gritaria, carros não respeitam os pedestres, vice versa, mal cheiro e muitos moradores em situação de rua.
Morador 6	65	Feminino	Limpeza, paisagismo, educação.	Nada.

Fonte: (O autor 2020)

Tabela 03: Entrevista dos turistas.

TURISTAS				
	Idade	Gênero	A. Positivos	A. Negativos
Turista 1	22	Masculino	Limpeza, organização, educação.	Nada.
Turista 2	27	Feminino	Rua muito limpa, diversidade comercial.	Cheiro forte, abordagem de muitos ambulantes, só porque percebem que é turista.
Turista 3	30	Masculino	Comércio, movimentação.	Muitos moradores em situação de rua.
Turista 4	42	Feminino	Ruas muito limpas, bem sinalizadas.	Pouca acessibilidade para deficientes, possui familiar na situação e pretende trazê-lo, muita gritaria.
Turista 5	44	Masculino	Praças, organização, paisagismo.	Moradores em situação de rua, poucos banheiros públicos.
Turista 6	68	Feminino	Limpeza, acessibilidade, organização.	Usuários de drogas, insegurança.

Fonte: (O autor 2020)

Tabela 04: Entrevista dos transeuntes.

TRANSEUNTES				
	Idade	Gênero	A. Positivos	A. Negativos
Transeunte 1	17	Feminino	Arquitetura, estrutura dos prédios, estilo das pessoas, diversidade, cafeterias.	A noite perigosa, desigualdade social, moradores em situação de rua, muitas crianças pedintes.

Transeunte 2	19	Feminino	Acessibilidade, diversidade comercial.	Nada
Transeunte 3	19	Masculino	Arquitetura.	Violência, assaltos (foi roubado).
Transeunte 4	19	Feminino	Comercio, limpeza, muitas lixeiras.	Insegurança, pessoas estranhas, moradores em situação de rua não se ajudam.
Transeunte 5	23	Masculino	Poste de luz, baixo fluxo de pessoas.	Muitos moradores em situação de rua, violência.
Transeunte 6	24	Feminino	Lojas, restaurantes, paisagismo e chafariz, partes turísticas	Insegurança, vandalismo, andarilhos.
Transeunte 7	45	Feminino	Paisagismo, cores coloridas, poste de luz, datas festivas.	Muitas pessoas, barulho muito alto, pessoas distraídas, pobreza.
Transeunte 8	62	Masculino	Árvores, limpeza.	Moradores em situação de rua, pouco policiamento, insegurança.
Transeunte 9	67	Masculino	Rua limpa e organizada, canteiros e florais, postes bonitos.	Usuários de drogas, de manhã é horrível, pessoas mal educadas, muita gritaria.

Fonte: (O autor 2020)

A grande maioria dos entrevistados descreveu que o que mais lhes chamava a atenção sobre o calçadão é o grande fluxo de pessoas, seja para atividades de comércio ou de serviços. Muitos citaram também características estruturais e do seu paisagismo, como prédios históricos e a arquitetura antiga, calçada própria, as flores, os chafarizes, às áreas verdes, os postes decorados, as floreiras e os bancos para sentar. Esses elementos positivos da infraestrutura do calçadão são de suma importância para os trabalhadores locais, pois além de atrair os consumidores pelo seu aspecto estético agradável, também é importante para a própria vivência local desses trabalhadores, visto que passam muitas horas nesse espaço, sobretudo os ambulantes, panfleteiros e entregadores que utilizam-se dos bancos para descanso ou prender as bicicletas. Confirmando essa proposição, a maioria dos turistas e transeuntes expressaram essas características estéticas do paisagismo como um componente descritivo do calçadão. Outro elemento percebido pelo próprio grupo social dos trabalhadores locais foi à percepção de outros trabalhadores que cotidianamente compartilham

esse espaço, foi observado que muitos deles mantêm relações sociais, seja para conversas ou brincadeiras rápidas, de disputas pela concorrência da atenção dos transeuntes ou mesmo para utilizar um serviço do outro. Os moradores da região foram o único grupo a ter indivíduos que citaram esse espaço como um lugar calmo e tranquilo, e característico de uma rua principal de qualquer grande cidade.

Um aspecto importante desta primeira pergunta realizada, é que muitos entrevistados já trouxeram em suas respostas elementos e características agradáveis deste espaço, enquanto que os aspectos negativos ou desagradáveis foram pouco citados, como um transeunte que citou a presença de muitos indigentes, e um morador e outro transeunte, ambos de idade mais avançada, que citaram que o calçadão já foi melhor no passado. Isso já configura uma importante análise sobre quais são as apreensões superficiais que são rapidamente significadas por esse lugar e as influências do concebido sobre o espaço vivido desses participantes.

Entre os elementos agradáveis mais citados pelos grupos sociais, estão os anteriormente levantados, como o paisagismo, as áreas verdes e a arquitetura, a infraestrutura, a ampla movimentação de pessoas, que para alguns trazem a sensação de “calor” humano, a acessibilidade a muitos comércios ou serviços, reconhecendo o calçadão como um lugar de facilidade para “achar produtos”, ou seja para realizar o consumo – esse elemento foi citado por todos os grupos sociais e não somente pelos lojistas. As datas festivas e as feiras locais foram citadas por todos os grupos, assim como as expressões e atividades artísticas, está citada principalmente pelos trabalhadores locais e moradores, dos quais três deles opinaram dizendo que deveria haver mais apresentações artísticas, responsabilizando as barreiras burocráticas impostas pela prefeitura local. Os transeuntes e os turistas foram os grupos sociais que mais citaram a limpeza das ruas e das calçadas como um aspecto positivo, tendo muitas lixeiras no calçadão de maneira acessível. Alguns turistas comentaram a respeito das apresentações natalinas e outros pontos turísticos locais como o bondinho da leitura. Outras opiniões positivas que foram citadas, foram a diversidade social e a pouca divisão

social, a qualidade do asfaltamento das ruas, o policiamento, a forma das pessoas se vestirem - com “padrões europeus”-, entre outras particularidades, como o efeito dos postes da cidade ao entardecer ou mesmo quando o calçadão está deserto.

Até as presentes interpretações analisadas que atribuem características perceptivas para descrever o calçadão, ou que definem seus elementos positivos, podemos dizer que a maioria segue um caminho de correlações de discursos entre concepções e vivências deste espaço público, como as de paisagismo, de diferentes apreensões estéticas do belo, de expressões culturais e de calor humano, ou seja, de relações constantes onde estão impressas as simultaneidades dos encontros e das facilidades da codificação dos símbolos que se conectam e se significam entre o imaginário social e a imagem da cidade.

É por essa razão que muitas das respostas dessas duas primeiras perguntas tiveram conteúdos que se repetiram ou se confundiram, da reunião da ordem distante – como um programa do estado - com a ordem próxima e a ressignificação dela (da ordem próxima), o que não quer dizer que são apreensões artificiais ou diretamente determinadas, pois as práticas sociais e as vivências estão a todo momento em mutação e transformação, por influência das representações do espaço mas também por influência de outras realidades, que possibilitam expressar outras opiniões que “escapam”. Desta maneira, quando vemos correlações em meio a essas diferenças, elas (as correlações) podem ser representadas como um “resquício” do imaginário social que compõem a representação da cidade. Ou seja, não são determinantes, mas solidificam-se como um componente de “força” para limitar mais ou menos a transparência dos conteúdos que são apreendidos da realidade.

Entretanto, quando a pergunta passa a buscar elucidações desagradáveis ou sobre a descrição de outros indivíduos, muitas possibilidades são reveladas, porque as realidades, ou seja, as práticas espaciais e as percepções irão buscar uma extensa variabilidade de experiências pessoais que são extensivamente interferidas pelo espaço vivido. Todavia, por representar o compartilhamento de vivências sobre o mesmo espaço vivido coletivo, muitas das apreensões da

realidade também irão se relacionar aos aspectos negativos que estarão inerentes à vivência daquele cotidiano.

Nesse sentido, alguns aspectos negativos levantados foram verificados nas respostas da maioria dos entrevistados, como por exemplo, a presença de moradores em situação de rua, dependentes químicos ou pedintes. Somado a isso estão as percepções acerca da violência, roubos e insegurança local, principalmente durante a noite. Somente no grupo dos turistas esses elementos não prevaleceram, sendo que dos dois entrevistados um deles já havia morado em Curitiba e o outro já havia frequentado o calçadão diversas vezes. Alguns moradores comentaram sobre a alta presença de moradores em situação de rua durante a manhã, devido a própria dinâmica de vida desses atores sociais, que ao amanhecer deslocam-se para as praças adjacentes.

Muitos trabalhadores e moradores locais teceram críticas sobre a sujeira das ruas, do mau cheiro, da presença de muito lixo nas calçadas e da falta de limpeza, contrários às opiniões anteriores da limpeza com algo agradável. Dois entrevistados também associaram a sujeira do calçadão à população de rua. Outros elementos foram compartilhados entre participantes das diferentes categorias analisadas, como o medo do trânsito, principalmente de ônibus, por trabalhadores locais e transeuntes, e o vandalismo e as pichações por transeuntes e moradores.

Alguns também citaram a presença de muitas pessoas como um sinal negativo, associando a demora no uso de serviços, ao trabalho extensivo e ao barulho alto, sobretudo de carros e ambulantes. A pertinência das abordagens dos ambulantes foi descrita como desagradável por uma transeunte e uma turista, um aspecto negativo que também pode ser relacionado a questões de gênero. As particularidades das apreensões das vivências dos indivíduos nesses espaços coletivos se tornam um fator importante para compreender as suas interpretações, questões sociais de gênero, idade, raça, entre outros, passam a se tornar a “força” maior nas suas percepções do espaço e na busca de seus próprios imaginários dos problemas da cidade, o concebido se subverte como aliado na formação do vivido.

Nessa perspectiva, quatro entrevistados, um entregador, um ambulante, uma artesã e um morador que é músico, citaram a presença da polícia como um elemento negativo, devido a sua agressividade e por “olhar de cara feia” ou “cuidar”, nas palavras de um entregador que atribuía esse “cuidar” como um olhar preconceituoso sobre os trabalhadores de origem mais humilde. Em contrapartida, um transeunte afirmou que deveria ter mais policiamento no calçadão, sobretudo mais ostensivo. Dois entrevistados relataram ter pouca acessibilidade para deficientes físicos e poucos banheiros públicos, enquanto que trabalhadores e transeuntes criticaram os estacionamentos caros da região, assim como a presença de muitos guardas de trânsito, vulgarmente chamados de “periquitos”.

Um motoboy criticou o cheiro constante de cigarro, e um entregador afirmou que os transeuntes (as pessoas) são muito distraídos, item observado anteriormente quando fazíamos as primeiras observações do campo de estudos, visto que muitos transeuntes se mostravam intimidados com o uso de bicicletas ou patinetes no calçadão. Uma artesã foi a única entrevistada a opinar sobre um aspecto climático, referindo-se ao frio e aos corredores de vento que se formam na ampla verticalização do calçadão e dos seus arredores. O medo que sentia pelos moradores em situação de rua foi outro elemento desagradável inicialmente apresentado por ela, entretanto, de acordo com a mesma, à medida que ela começou a conviver com eles deixou de ter medo e comunica-se diariamente com os mesmos, chegando a afirmar que gostaria de poder ajudá-los mais.

Outros três entrevistados também elencaram a importância de resgatar esses atores sociais a partir de uma consciência de valorização humana, onde um deles apontou a presença de muitas crianças pedintes e realizou uma crítica quanto à necessidade de ressignificação da definição de elemento desagradável à condição que esses atores sociais se encontram, e não a sua presença como degradante do espaço público, como alguns dos outros entrevistados majoritariamente assinalaram. Por fim, quatro entrevistados afirmaram não perceber nenhum elemento desagradável no calçadão ou ao redor dele.

Logo, é nesta mesma miríade de possibilidades citadas anteriormente, que também se desnudam as contradições sob a forma de pequenos resquícios do concebido, que ao se atrelar as vivências, podem interferir nas apreensões da realidade em formas contraditórias que podem esconder ou revelar a essência dos seus conteúdos. Essa dualidade de interpretações foi mais comum na última pergunta, onde muitos entrevistados caracterizaram o público que frequenta o calçadão como sendo de pessoas arrogantes, grossas, sérias, fechadas e mal educadas, mas que às vezes podem ser gentis e sorridentes, sendo que os grupo dos trabalhadores locais e dos moradores foram os que mais citaram essa característica, sendo que os trabalhadores foram os que mais afirmaram realizar algum tipo de interação social. Muitos também citaram que embora a população tenha comportamentos objetivos e reservados, também são muito educados.

Duas pessoas afirmaram que os frequentadores do calçadão são bem “curitibanos”, no sentido do imaginário coletivo frequentemente associado aos moradores de Curitiba, que supostamente não gostam de conversar ou ter interações com pessoas desconhecidas. Outras opiniões seguiram-se baseadas nesse imaginário, como de uma população de maioria branca, de origem europeia, composta por pessoas que se vestem bem. Um morador de idade avançada afirmou ser certo que a população seja assim e outro entregador caracterizou os curitibanos como pessoas decentes enquanto, em contraste, um morador local que é músico, afirmou que embora as pessoas sejam fechadas e não interagem muito, aparentam ficar mais a vontade quando há atividades de expressões artísticas no calçadão, notando que quase sempre há grandes aglomerações ao redor dos artistas em suas performances, com públicos de todo tipo, das diferentes classes sociais, gênero e idades.

A maior parte dos entrevistados descreveu o público do calçadão como sendo composto majoritariamente de trabalhadores, consumidores e turistas, alguns definiram como sendo pessoas simples e de classe média, mas desocupados e desempregados também foram citados. Duas trabalhadoras afirmaram não terem muito tempo para prestar atenção nesse tipo de definição, pois sempre estão esgotadas. Uma delas, que é lojista, comentou que as pessoas

– referindo-se aos consumidores - poderiam ao menos ser um pouco mais agradáveis em suas relações, pois além de tudo não é fácil bater as suas metas de venda. Também citou que sente medo ao voltar para o terminal Guadalupe, ponto de referência para ela que se utiliza do transporte coletivo dessa localidade, por causa do perigo representado nas ruas ao redor.

No terceiro momento, as perguntas foram propostas com o objetivo de investigar qual é a percepção temporal do cotidiano vivido dos entrevistados, relacionando o presente e o passado. Remetendo-se as concepções de cidade grande, caracterizadas e comparadas à cidade de Curitiba, e por fim, relacionar as concepções ideológicas dos entrevistados que constituem o imaginário de organização política e do protagonismo social.

A maioria dos grupos sociais entrevistados respondeu que veem com bastante frequência os principais problemas listados, como moradores em situação de rua, pedintes, usuários de drogas, violência, assaltos e roubos, calçadas sujas, lixo e problemas de trânsito. Estas elucidações ajudam, embora que superficialmente, a auxiliar a compreender o quanto esses problemas estão chamando a atenção dos usuários deste espaço público, compartilhado no cotidiano do vivido ao concebido e vice versa. Houve algumas exceções, como os entrevistados que disseram não perceber nenhum tipo de elemento desagradável ou negativo, e os turistas, que não souberam declarar precisamente devido ao pouco tempo que passaram neste espaço. O mesmo se deu para a pergunta posterior, embora que uma turista declarou que imagina serem problemas comuns. Os dois turistas que afirmaram já terem estado no calçadão antes afirmaram que são problemas recorrentes, entretanto, tiveram opiniões opostas quanto esta percepção temporal amplia para os últimos anos. Para a primeira, que morou 55 anos na cidade e era funcionária municipal, sua percepção foi de que o calçadão sempre foi um lugar agradável, piorou com os problemas, mas tem melhorado nos últimos anos, pontuando que o atual prefeito é um bom administrador da cidade mas um péssimo patrão, pois nunca dava aumento para os funcionários. Ambos citaram anteriormente a presença de muitos dependentes químicos, roubos, assaltos e a falta de policiamento. Para o segundo, esses

problemas pioraram bastante em relação aos últimos anos que tem passado por aqui.

A mesma opinião se refletiu para a maioria dos transeuntes e moradores. Embora parte dos trabalhadores concordam com essa afirmação, a grande maioria respondeu que continua tudo igual ou não viram grandes mudanças. Esta foi outra pergunta que exigiu flexibilidade do entrevistador, pois muitos entrevistados, principalmente os mais velhos, solicitaram um recorte de tempo para que pudessem avaliar e, nesse sentido, sugerimos algo em torno de 5 a 10 anos, abarcando assim o período da crise econômica que atingiu o país de forma mais agravante em meados de 2014 e que conectam-se ao surgimento ou a causa de muitos dos problemas apresentados. Dois trabalhadores e uma moradora declararam sentir que as coisas estavam melhores no calçadão nos últimos anos e que os elementos desagradáveis ou negativos abordados por eles, como a sujeira, a poluição, a acessibilidade e o calçamento estão sendo solucionadas. Um deles, que trabalha como motoboy, afirmou várias vezes que as medidas tomadas pelo governo federal e municipal estão dando resultado, inclusive na redução do número de indigentes e usuários de drogas.

Nesse sentido, em meio a grandes consensos as duas últimas perguntas tiveram muitas respostas que se desenvolveram em opiniões mais assertivas, representando várias concepções pessoais acerca de aspectos políticos, econômicos e sociais quando associados a diferentes escalas de participantes sociais. A maioria dos entrevistados afirmou que o Estado é o responsável pela solução desses problemas, da mesma forma a maioria também considerou esses problemas normais para uma cidade grande. Porém, muitas respostas consideraram Curitiba como uma cidade que está em uma situação melhor em comparação a outras grandes cidades do Brasil. Alguns comentaram que veem esses mesmos problemas em outros países por meio de notícias, filmes, clipes musicais e séries, inclusive em países tidos como desenvolvidos. Entretanto, também houve indivíduos com opiniões opostas, dois trabalhadores e dois transeuntes afirmaram que os problemas podem até ser considerados como algo normal, mas que não deveriam ser. Três entrevistados comentaram que em

outros países, suas grandes cidades não possuem tantos moradores em situação de rua quanto há em Curitiba, e que o governo poderia replicar medidas e políticas de fora que deram certo, amplificando seus argumentos, dois dos entrevistados citaram o abandono de outras regiões do centro por parte do poder público.

Um morador que trabalha com fotos do calçadão e outro transeunte, que estava esperando para realizar um exame médico, atentaram ao fato de que a cidade precisa ser mais acolhedora com as pessoas vulneráveis, buscando reintegrar as pessoas excluídas para a sociedade de forma humana. Os dois teceram críticas às políticas de higienização e limpeza social realizada pela prefeitura, onde um deles afirmou que o prefeito só se interessa com o embelezamento da paisagem e está longe da realidade, ou que o mesmo “cuida mais do asfalto do que das pessoas”, como também afirmou uma artesã em outra resposta. Em contraposição, quatro entrevistados afirmaram que os moradores em situação de rua poderiam fazer mais para se ajudar, que grande parte está nesta situação por escolha própria e não querem trabalhar. Uma das moradoras entrevistadas afirmou que a presença de pessoas em situação de rua deixa a cidade mais feia, mas compreende que é um problema comum.

Entre as soluções, alguns entrevistados sugeriram a ação conjunta entre Estado e iniciativa privada, com campanhas de conscientização e intervenção urbana. Dois transeuntes criticaram a responsabilidade única do Estado ao dizer que ele sempre é ineficiente, mas não souberam explicar um modelo em colaboração com a iniciativa privada. Três entrevistados sugeriram que deveria haver mais atividades culturais diariamente, como acontecem nos finais de semana, para trazer mais vida e calor humano para o calçadão. Por fim, somente dois entrevistados citaram a participação de ONG's e da Igreja Católica em programas de assistência social, outros dois afirmaram a intervenção militar como possível solução, sobretudo para acabar com a violência.

Foram muitos os contrastes e contradições observadas nos desdobramentos das diferentes interpretações realizadas, com a possibilidade de análise das respostas em suas especificidades e reanalisadas sob diferentes

conexões de recortes sociais. Foi compreendido que algumas percepções de precariedades são compartilhadas entre todos os grupos sociais e outras são mais expressivas por determinados grupos, como o cansaço e as dificuldades do trabalho, o zelo pela limpeza e a estrutura, a atenção às autoridades, o trato e as formas de interações, etc. Já em esferas mais particulares, compreendeu-se que as maneiras que essas precariedades são interpretadas são diferentes entre os sujeitos, de acordo com as suas relações neste espaço coletivo, que inclui suas corporalidades e vivências pessoais, como os medos, os assédios, as percepções de interação social, os custos, a constante atenção ao risco, outros indivíduos em precariedade e também as formas de reflexão, sobretudo quando acolhidas em concepções e discursos consolidados. Como por exemplo, o contraste de percepções em relação ao policiamento ou o fato da presença de moradores em situação de rua ser mais incomoda para alguns, ao passo que o descaso e o abandono das suas condições ser mais incomoda para outros.

Todavia, uma das análises mais pertinentes, se deu na associação de precariedades em relação as suas próprias vivências ou de suas atividades sociais. À medida que o olhar da percepção tendeu-se a direcionar ao outro, seja a partir da concepção dada pela representação dos indivíduos, grupos ou mesmo de infraestruturas, de deslocamento ou não de seus imaginários, grande parte dos entrevistados apresentaram percepções em que eles mesmos estão em condição precária ou de precarização. Entre as suas próprias percepções destacaram-se elementos que praticam e vivenciam cotidianamente, desde aquelas relacionadas a atividades laborais, exaustivas, de alta periculosidade, instabilidade empregatícia, baixa remuneração, etc, quanto aquelas relacionadas à apropriação do espaço vivido compartilhado e disputado, como medo, desconforto, insegurança, assédio, desrespeito, indiferença, invisibilidade, desprezo ou abandono.

A repetição destas precariedades são envelopadas por contradições que se instalam na trivialidade do cotidiano, sob a predominância da ausência e da praticidade hegemônica da forma como apresentação. Conformando concepções que banalizam as materialidades e imaterialidades responsáveis por fragilizar as

relações de pertencimento e de ressignificação do espaço, definindo um exército de atores sociais deslocados e ausentes de suas próprias vivências e de suas representações. Direcionando assim, a percepção do belo e do feio, do precário e do normal, para si e para o outro, em meio ao motor da linearidade cotidiana. Nesse sentido, há alguns fatores que se demonstraram importantes na quebra dessa linearidade cotidiana, como a arte que em suas variadas dimensões, traz uma ruptura dos comandos imediatos e repetitivos, exemplificando a plenitude completa da obra, entre forma e conteúdo das representações, que potencializam a possibilidade de ressignificação e apropriação do espaço, do compartilhamento do vivido e dos elementos que compõem e incidem sob o imaginário coletivo.

Sendo assim, evidencia-se a importância do método lefebvriano em estudar a realidade urbana a partir da produção e reprodução espacial desses sujeitos, impressas por suas práticas, percepções e apreensões, que revelam as suas contradições e abrem caminhos de possibilidades para a sua compreensão. Uma importante característica desse método de análise é que ele pode também correlacionar as formas de apreensões mais profundas dos indivíduos, assimilando uma série de processos que embora possuam muitas especificidades e particularidades pessoais atreladas às exclusividades do seu espaço vivido e de suas relações, quando analisadas sob um escopo maior, podem pender para consensos, como em um funil, sob vasta influência de conformações ideológicas em comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São muitas as dimensões que compõem a existência urbana, sendo que algumas são mais fáceis de serem apresentadas e percebidas do que outras. Em meio todas elas, torna-se imperativo a importância da enunciação da vida cotidiana e daqueles que dão significado a ela por meio das suas relações, os atores sociais. Esses diferentes atores irão usar, significar e reinventar o espaço como forma legítima da sua existência, desde as maneiras mais concretas até as mais abstratas, que analisadas em conjunto e postas a historicidade das

transformações do tempo, demonstram ainda mais a ampla complexidade da sociedade humana. A contradição é inerente a sociedade, cada qual produzindo a sua, assim como as suas formas de organização social, política e cultural que engendram tantas possibilidades de uso do espaço, seja para produzi-lo ou reproduzi-lo. Desta forma, o espaço se torna o principal loco das impressões da totalidade humana, um produto fruto das trocas de práticas, de concepções e de vivências, individuais e coletivizadas, um espaço de relacionamentos, de contato, de encontro, de disputa, de injustiças e de alegrias.

Este trabalho teve como objetivo captar parte dessas contradições, analisando suas dinâmicas estruturais e os diferentes fenômenos que operam a sua apropriação e representação. Para compor esta análise foi utilizado como referencial teórico a teoria lefvriana da produção do espaço, à medida que buscam revelar as intenções e as possibilidades de diferentes codificações de formas e de conteúdo, em contínuo movimento e disputa, associadas às complexas interações sociais dos diferentes sujeitos que integram a sociedade contemporânea capitalista. Cada grupo social irá desenvolver suas próprias formas, usos e concepções do espaço dentro da sociedade, sobretudo quando conjugadas ao processo histórico de produção e representação da cidade.

Desta forma, são muitas as significações e codificações que serão apresentadas cotidianamente em um mar de representações, que quando estas entrepostas sob a análise da dialética triádica, revelam as especificidades e os padrões, nem sempre transparentes, mas também nem sempre ofuscados, mas que transbordam as suas possibilidades de discussão. Logo, também foi levantada a argumentação teórica de outros autores que dialogam ou complementam esta teoria, a fim de enriquecer a sua discussão, sobretudo quanto aos caminhos metodológicos e a legitimação do método qualitativo. Lefebvre nos mostra que a disputa das representações não podem ficar divididas somente entre as ciências parcelares, seja unicamente para as ciências da “razão ou da emoção”. É necessário transcender tais concepções reducionistas e buscar alianças em outros campos epistemológicos, para o confronto e a evolução das noções geográficas, pois ela conduz o homem para a percepção presente do seu

cotidiano e à autoconsciência daquilo que perfaz a própria existência, superando as representações, pois “o ato criador perpassa o mundo das representações e as supera” (LEFEBVRE, 2006 p. 263).

Nesse sentido, várias foram as interpretações coletadas das percepções do objeto de estudo, o que demonstra o quanto algumas concepções podem ser facilmente correlacionadas aos processos dominantes das superestruturas, apresentando os meios que os discursos ideológicos se instalam como resquícios nas percepções do cotidiano, potencializando as contradições presentes na sociedade e entre os atores sociais, sobretudo do compartilhamento de suas vivências frente as suas concepções políticas como classe e de prática social, dada as suas próprias definições de precário, presentes nas percepções dos seus cotidianos. Por essa razão buscou-se a denúncia sobre a percepção da precarização das relações sociais e de moradores em situação de rua, como componente essencial da compreensão das contradições da sociedade, onde se procurou trazer questionamentos nesta pesquisa, como: A presença desses atores sociais na estrutura da sociedade afeta a nossa percepção de precariedade? Como diferenciamos o precário do normal? Quais fatores influenciam no reconhecimento do outro?

Da mesma maneira, houve muitas interpretações e percepções diferentes e de especificidade própria, proponentes da trivialidade e da repetição do cotidiano que evadem as premissas da padronização social estruturalista, conformando novos caminhos e problemáticas de abordagem muito mais profundas à condição simbólica e subjetiva. Ressalta-se também a possibilidade da integração e o uso de outros métodos de análise das ciências das humanidades, complexos e de extenso arcabouço teórico e riqueza interdisciplinar, que podem produzir outras interpretações para a problemática desta pesquisa, como as metodologias puramente fenomenológicas, coesas ao método qualitativo e que percebem dimensões profundas da apreensão da realidade, ou a corrente dos situacionistas e a teoria da deriva por exemplo, que propõem análises psicogeográficas das dinâmicas do espaço urbano.

A compreensão da produção do espaço social a partir da análise do espaço vivido é outra dimensão que pode ser favorecida no futuro, ao investigar a importância da vivência dos atores sociais que reinventam as relações espaciais na cidade, produzindo novas ressignificações e espaços diferenciais, abrindo portas para novas maneiras de concepção e percepção do espaço, como os grafiteiros, músicos, catadores de recicláveis, artesãos, pessoas em situação de rua, ambulantes, entre outros, atores sociais que resistem e sobrevivem à realidade que escapa a promoção dominante da imagem da cidade. O espaço vivido emerge como um síntese criadora da promoção da realidade do outro, da conjugação dos espaços percebidos e concebidos para uma apresentação da banalidade repetitiva que imprime os conflitos e disputas diárias da vida cotidiana.

O vivido torna-se o palco do protagonismo da transformação do espaço e sobre ele inserem-se as ideologias e as percepções que o reformulam, recriam ou o reproduz, que se desenvolvem projetos de manipulação, como o acobertamento de realidades ou de libertação, como a arte. Nesse sentido, percebeu-se nas apreensões desse trabalho, o papel da arte ao representar um protagonista procurado na batalha das atenções, além das fugas do trabalho e a busca do lazer, mas também como uma ferramenta de denúncia e conscientização social. Em uma cidade que apresenta repetidamente no seu cotidiano tantas precariedades, é uma fuga da desumanização, da despersonalização e do desinteresse pelo outro, das suas dores e da sua negação de direito à cidade.

A arte incomoda e chama a atenção, ela escapa à realidade dos comandos e objetivos repetitivos das práticas banais, contesta as concepções dominantes e busca a relação calorosa e a presença no outro para se consolidar. Por esta razão ela também promove reconstruir a cidade como “obra”, evidenciando a sua essência de simultaneidade e encontro, a partir da valorização do espaço coletivo, o espaço compartilhado, que é de todos e deve ser reconhecido no imaginário social com um espaço de promoção de relações, de transformação social, luta política e de crítica constante.

A geografia pode se nutrir dessa dimensão, tanto para (re)conhecer os espaços vividos, resgatando a importância das representações espaciais como

meio de análise das contradições, tal como para compreender os processos que compõem suas concepções e linguagens. Diferentes análises podem ser abordadas para revelar as dinâmicas que compõem a produção e reprodução do espaço, concebendo uma valorização dos olhares destinados aos espaços vividos coletivos, aos atores sociais marginalizados e as pequenas (e grandes) insurgências sociais cotidianas.

Figura 13: Crianças brincando no chafariz da Praça Osório



FONTE: Wagner de Melo (2018)

*Eu
à poesia
só permito uma forma:
concisão,
precisão das fórmulas
matemáticas.
Às parlengas poéticas estou acostumado,
eu ainda falo versos e não fatos.
Porém
se eu falo
“A”
este “a”
é uma trombeta-alarma para a Humanidade.
Se eu falo
“B”
é uma nova bomba na batalha do homem.
(Vladimir Maiakovski)
Eu*

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, T. **Goiânia: as imagens da cidade e a produção do urbano**. In: Cavalcanti, Lana de Souza (org). Geografia da cidade. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- ABILIO, L. C.; MACHADO, R. **Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia**. IHU ON-LINE (UNISINOS. IMPRESSO), v. 01, p. 20-28, 2017.
- BRAGA, R. **A política do precariado. Do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BACHELARD, **The Poetics of Space**. Trad. M. Jolas. Boston: Beacon Press, 1957.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 15ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2011.
- BUTLER, J. **Vida precária. Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2012.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed.; Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto. Tradução de Estela dos Santos Abreu, 1997.
- FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Portugal, Coimbra: Livraria Almedina, 1980. GOMES, P.C.C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAN, C. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2 ed. ampl. Petrópolis, Vozes, 2017. 128 pp.

HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna**, São Paulo, Loyola. (2002)

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005

HEIDEGGER, M. **El ser y el tiempo**. México: Fondo de Cultura Económica. 1971.

HEIDRICH, A. L.. **Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade**. In: HEIDRICH, Álvaro; PIRES, Cláudia. (Org.). Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura. 1ed.Porto Alegre, Rio Grande do Su: Letra 1, 2016, v. 1, p. 15-33.

INNERARITY, D. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: MartinsFontes, 1999. Coleção a.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira, Sérgio Martins. (do original: La production de l'espace. 4. éd. Paris: Éditions Anthropos). Belo Horizonte: fev. 2006. 476 p. Não oficial.

_____. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

_____. **A vida quotidiana no mundo moderno**. Tradução de Jorge Alvarez. Lisboa: Editora Ulisseia, 1969.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008c.

_____. **The Production of Space**. Tradução Donald Nicholson-Smith. Oxford/Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

_____. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. México: Fundo de Cultura Econômica, 2006.

_____. **La production de l'espace**, Paris, Ed anthropos, 1974.

_____. **Lógica formal, lógica dialética**, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1983.

_____. *Metaphilosophie*. Paris: Édition Syllepse, 2000.

_____. **O direito a cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2008b.

LUNA, L. A. **Representação e produção do espaço**: duas conceituações analisadas por Henri Lefebvre, *Revista Diaphonía*, v. 3, n. 1, 2017.

MARTINS, J.. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, J. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. **Precariedade**: uma genealogia sócio-histórica do conceito. *Revista Piauiense de História Social e do Trabalho*, v. 1, p. 29-38, 2015.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Sobre literatura e arte**. São Paulo: Global editora, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MITCHELL, D. **The right to the city**: social justice and the fight for public space. London: Guilford Press, 2003.

MOREIRA, RUY. **Geografia e Práxis**. São Paulo Editora Contexto, 2012.

NIETZSCHE, F. **On truth and Lie in an Extra Moral Sense**. Trad. Walter Kaufmann. In: KAUFMANN, Walter (org.). *The Portable Nietzsche*. New York: Viking, 1968, pp. 42-47.

LOSURDO D. **Nietzsche e a crítica da modernidade**. Comp. São Paulo. Ideias e letras, 2016;

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2000. 201p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 3ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.

SCHMID, C. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. *Geosp*, São Paulo, v. 32, p. 89-109, 2012.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Paisagem, lugar e região: Perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos**. GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N°33, pp. 168- 185, 2013.

_____. **Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SILVA, J. **As Tecnologias do Imaginário**. Porto Alegre, Sulina. 2003

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar. 1993

_____. **Thirdspace**: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Massachusett, USA: Blackwell Publishing, 1996.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.